

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

GABRIELA LUIZ SCAPINI

**'RUMO À VITÓRIA COM A PERMISSÃO DE DEUS':
campanhas eleitorais das vereadoras evangélicas em 2016**

Porto Alegre

2019

GABRIELA LUIZ SCAPINI

**'RUMO À VITÓRIA COM A PERMISSÃO DE DEUS':
campanhas eleitorais das vereadoras evangélicas em 2016**

Dissertação apresentada ao Programada de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia de Freitas Moritz.

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Scapini, Gabriela Luiz
'Rumo à vitória com a permissão de Deus': campanhas
eleitorais das vereadoras evangélicas em 2016 /
Gabriela Luiz Scapini. -- 2019.
113 f.
Orientadora: Maria Lúcia Rodrigues de Freitas
Moritz.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Evangélicas. 2. Representação Feminina. 3.
Trajetória Política. 4. Campanha Municipal. I.
Rodrigues de Freitas Moritz, Maria Lúcia, orient. II.
Titulo.

GABRIELA LUIZ SCAPINI

**'RUMO À VITÓRIA COM A PERMISSÃO DE DEUS':
campanhas eleitorais das vereadoras evangélicas em 2016**

Dissertação apresentada ao Programada de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Dissertação apresentada em 07 de março de 2019, sob o exame da seguinte banca:

Profª Drª Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz – PPGCP/UFRGS
(Orientadora)

Prof. Dr. Hélio Ricardo do Couto Alves – PPGCP/UFRGS
(Examinador Interno)

Profª Drª Fabíola Rohden – PPGAS/UFRGS
(Examinadora Externa)

Profª Drª Natália Pietra Méndez – PPGH/UFRGS
(Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pela bolsa que me possibilitou continuar estudando. À minha orientadora, Professora Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz, por me aceitar como sua orientanda — as suas críticas foram fundamentais para que eu concluísse esta pesquisa; às professoras Fabíola Rohden, Natália Pietra Méndez e ao professor Hélio Ricardo do Couto Alves, por aceitarem o convite para comporem a banca de defesa, além de todos os incentivos para que eu continuasse me dedicando a esta pesquisa.

Agradeço às minhas amigas que sempre me incentivaram a continuar esta pesquisa, em especial as colegas de pós-graduação Mayara Bacelar Rita, Florência Guarch, Iara Passos, Caroline Sarmento, Pamella Irisimel e Renato Bicca. Toda a ajuda de vocês é fundamental, cada incentivo, sorriso e abraço carinhoso me fez chegar até este momento.

Agradeço à minha mãe Eliane, sempre apta para me ajudar em tudo o que preciso. Ao meu pai Marcos, que sempre trabalha incansavelmente para que eu possa estudar, agora também sou Mestra, assim como tu és um Mestre de Obras. À minha irmã Eduarda, amiga de longa data e meu motivo de orgulho. Também agradeço ao meu companheiro Esley, que há quatro anos está ao meu lado em todos os momentos da minha vida, compartilhar a minha vida contigo faz com que tudo seja melhor e menos difícil, muito obrigada.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma maneira, atravessaram o meu caminho e me possibilitaram chegar até aqui, em especial ao Lucas do PPGCPOL/UFRGS, sempre apto e disponível para auxiliar em todas as minhas dúvidas, tu és uma pessoa incrível. Deixo aqui o meu agradecimento a toda a equipe técnica que mantém o funcionamento desta universidade, aos trabalhadores e trabalhadoras que atuam nos RUs e nos fornecem uma boa alimentação e também à equipe de limpeza da universidade. Há poucos anos eu desconhecia a UFRGS e hoje ela transformou a minha vida e da minha família, fico grata por todas as oportunidades que obtive e espero que este trabalho auxilie, de alguma maneira, a compreender os processos políticos vivenciados nos últimos anos.

RESUMO

O campo da política mantém-se como um espaço dominado por homens. O reflexo dessa desigualdade política é percebida na sub-representação feminina, onde as mulheres ocupam 15% das vagas no Congresso Nacional brasileiro e o mesmo se repete nos âmbitos regional e municipal. Um fenômeno eleitoral recente tem chamado a atenção: a eleição de mulheres vinculadas às igrejas evangélicas e seu constante crescimento político nas duas últimas décadas, especialmente nas Câmaras Municipais. No ano de 2016 foram eleitas 29 vereadoras identificadas como evangélicas, estando concentradas no eixo ideológico de direita e centro e distribuídas em 15 capitais no país. Essa ocorrência torna-se instigadora para analisar a representação feminina ligada ao campo evangélico. Para dar conta do propósito desta dissertação, foram transcritos e analisados 657 vídeos de campanha eleitoral veiculados nas páginas da web (Facebook) dessas 29 representantes, entre os meses de Julho a Outubro de 2016. Dessa forma, buscou-se identificar como e por quê elas entraram para o campo da política representativa e quais foram os capitais acionados em suas campanhas eleitorais. Também verificou-se como as questões de gênero foram apresentadas nos discursos das referidas vereadoras. Além disso, identificou-se como o "sujeito mulher" foi construído em seus discursos de campanha eleitoral. A metodologia adotada foi a qualitativa e a partir da ferramenta NVIVO tornou-se possível apreender os sentidos atribuídos às variáveis selecionadas. A análise foi feita à luz das teóricas feministas e das autoras que debatem a intersecção entre gênero, religião e política. Assim, concluiu-se que a maioria das vereadoras foi autorizada por suas igrejas à disputa eleitoral, recebendo amplo apoio de uma rede nacional de bispos/pastores. A maternidade e os estereótipos de gênero foram centrais para a construção do "sujeito mulher". Além disso, a maioria delas defendeu os valores tradicionais cristãos, sobretudo da família tradicional heteronormativa.

Palavras-chave: Evangélicas. Representação. Feminina. Trajetória Política. Campanha Municipal.

ABSTRACT

The political field remains as a space dominated by men. The reflection of this political inequality can be perceived through the lack of female representation in Brazil, where women occupy 15% percent of the seats in National Congress, a situation repeated in the regional and municipal spheres. A recent electoral phenomenon has been calling attention: the election of women related to evangelical churches and their constant political growth within the past two decades, especially in City Councils. In the year 2016, twenty-nine councilwomen who identified as evangelicals were elected, belonging mostly to the center-right ideological axis and distributed amongst 15 state capitals in the country. This occurrence instigates an analysis on the female representation connected to the evangelical field. In order to fulfill the purpose of this dissertation, the 657 political campaign videos shared in the 29 representative's Facebook pages were transcribed and analyzed, between July and October 2016. Then, we sought to identify how and why they entered the political field, and what were the resources utilized by their campaigns. We also checked how gender issues were presented in the councilwomen's speeches. Furthermore, the manner in which the "woman subject" was constructed in their political campaigns were identified as well. The methodology adopted was of a qualitative nature, and through the use of the tool NVIVO it became possible to apprehend the meanings attributed to the selected variables. The analysis was conducted through the lenses of feminist theorists and the authors that debate the intersection between gender, religion and politics. From there, we concluded that most of the councilwomen had been authorized by their churches to run for council, receiving wide support from a national network of bishops/pastors. Maternity and gender stereotypes were fundamental in the construction of the "woman subject". Moreover, the majority of them defended traditional Christian values, especially the traditional heteronormative family.

Keywords: Evangelical Women. Female Representation. Political Trajectory. City Council Campaign.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Três Ondas Pentecostais no Brasil	15
Quadro 2 – Definição das Categorias analíticas	25
Quadro 3 – Vereadoras Evangélicas x Distribuição Regional (2016).....	50
Quadro 4 – Vereadoras Evangélicas x Distribuição Ideológica (2016).....	51
Quadro 5 – Candidatas oficiais nas Denominações x Vereadoras Eleitas (2016).....	55
Figura 1 – Palavras mais citadas durante as campanhas eleitorais.....	57
Gráfico 1 – Distribuição do Capital Político	64
Quadro 7 – Ocupações x Vereadoras Evangélicas (N).....	72
Figura 2 – Principais palavras veiculadas nos discursos sobre violência.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pessoas que se declaram evangélicas no Brasil: 1980 – 2016 (%).....	12
Tabela 2 – Evolução da Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados.....	20
Tabela 3 – Vereadoras Capitais x Vereadoras Evangélicas (2016).....	22

LISTA DE SIGLAS

AC – Análise de Conteúdo

AD – Assembleia de Deus

ADHONEP – Homens de Negócios do Evangelho Pleno

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

BPC – O Brasil para Cristo

CCB – Congregação Cristã do Brasil

CGADB – Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil

COADC – Círculo de Oração da Assembleia de Deus em Curitiba

DEM – Democratas

IB – Igrejas Batistas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEQ – Igreja do Evangelho Quadrangular

IEADC – Departamento da Família da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Central

IIGD – Igreja Internacional da Graça de Deus

IPDA – Igreja Pentecostal Deus é Amor

IURD – Igreja Universal do Rio de Deus

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgerêneros.

MBL – Movimento Brasil Livre

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MIR – Ministério Internacional da Restauração

NER – Núcleo de Estudos da Religião

ONGs – Organizações não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PP – Progressistas

PATRI – Patriota

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PNDH – Programa Nacional dos Direitos Humanos

PR – Partido da Republica

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 BREVE HISTÓRICO DOS (NEO)PENTECOSTAIS NO BRASIL.....	14
1.2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS EVANGÉLICOS.....	19
2 GÊNERO E RELIGIÃO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA TRANSVERSAL	28
2.1 IDENTIDADE FEMININA: (IN)DEFINIÇÕES TEÓRICAS NO DEBATE FEMINISTA.....	30
2.2 SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA E IDENTIDADE EVANGÉLICA.....	38
2.3 IDEOLOGIA DE GÊNERO: ANTECEDENTES E SEU USO POLÍTICO ATUAL.	43
3 TRAJETÓRIA POLÍTICA DAS VEREADORAS EVANGÉLICAS	49
3.1 CAPITAL PARA ENTRADA NA POLÍTICA.....	51
3.2 CANDIDATAS AUTORIZADAS VERSUS NÃO AUTORIZADAS: CAMPO POLÍTICO E RELIGIOSO EM DISPUTA.....	55
3.3 DESEMPENHO ELEITORAL DAS VEREADORAS EVANGÉLICAS.....	63
4 SUJEITO MULHER NOS DISCURSOS DAS VEREADORAS EVANGÉLICAS ...	74
4.1 SUJEITO MULHER: O IDEAL DA MULHER-MÃE.....	83
4.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	87
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
APÊNDICE A - PROMESSAS ELEITORAIS DAS VEREADORAS EVANGÉLICAS (2016)	109
APÊNDICE B - PERFIL DAS VEREADORAS EVANGÉLICAS (2016)	112

1 INTRODUÇÃO

Nesta introdução, apresentaremos como o campo religioso evangélico tem se configurado no Brasil, destacando a sua interação com o campo da política. De forma geral, resgataremos as origens das igrejas evangélicas no norte global e sua expansão para a América Latina durante as missões evangélicas no século XX. Assim, será possível compreendermos o contexto de emergência destas igrejas e quem são “os evangélicos” no país. A seguir abordaremos como tem sido a interação entre esses setores com o campo da política institucional, em especial com a formação das “bancadas evangélicas”. Dessa forma, entraremos no tema principal desta dissertação, a representação política de mulheres evangélicas. Também definiremos o desenho deste estudo, apresentando o nosso recorte analítico, objetivos, hipótese e metodologia de pesquisa.

O aumento da população brasileira identificada como evangélica é um fato inegável (MARIANO, 2014). Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reforçado pelo Instituto DataFolha, apontam seu crescimento: em 1980 eram 6,6% evangélicos; passados 36 anos, esse número chegou a 29%¹, conforme a tabela abaixo demonstra. Entre os diferentes segmentos religiosos, os evangélicos pentecostais são os que mais crescem no país (PIERUCCI, 2004). Atualmente o campo evangélico brasileiro é liderado pelas igrejas Assembleia de Deus (AD) e Congregação Cristã do Brasil (CCB), com 12 milhões e 2,5 milhões de adeptos respectivamente.

Tabela 1 – Pessoas que se Declaram Evangélicas no Brasil: 1980 – 2016 (%)

1980	1991	2000	2010	2016
6,6%	8,9%	15,6%	22,2%	29%

Fonte: IBGE (2010) e Instituto DataFolha (2016). Elaborado pela autora.

Diversos estudos têm analisado as várias transformações ocorridas no campo religioso brasileiro nos últimos anos, apresentando os impactos do aumento dos

¹ Entre os 29% de evangélicos, destaca-se que os pentecostais correspondem à 22% e apenas 7% são protestantes históricos. De forma geral, três em cada dez brasileiros com 16 anos ou mais se autoidentificam como evangélicos. DataFolha, Disponível em: http://www.pesquisas.org.br/wp-content/uploads/2017/08/perfil_e_opiniao_dos_evangelicos_no_brasil.pdf Acesso em: 14.jun.2018.

(neo)pentecostais em diferentes espaços sociais, despertadas pelo interesse no âmbito acadêmico (MACHADO, 2012; MARIANO, 2014) em estudos que contemplam desde as transformações das igrejas evangélicas (FREESTON, 1994; BOHN, 2004; MARIANO, 2014), seus embates com religiões de matriz afro e com a igreja católica (ALMEIDA, 2003), a presença marcante dos evangélicos em meios televisivos – televangélicos – e outras mídias sociais (FONSECA, 2003) e no mercado musical com os/as cantoras gospel. Há, ainda, estudos acerca da relação dessas igrejas com as juventudes (SANTOS; MANDARINO, 2005; NOVAES, 2012) ou com as mulheres (MACHADO, 2005; SOUZA; LEMOS, 2009; SOUZA, 2013), bem como sobre os impactos dos grupos evangélicos na representação política (PIERUCCI, 1989; FREESTON, 1994; MACHADO, 1989; ORO, 2006; FONSECA, 2003). Tendo em vista os inúmeros caminhos para compreensão da expansão evangélica no Brasil, escolheu-se como objeto de estudo as mulheres evangélicas e sua presença no campo da política representativa, em especial na esfera municipal. Para avançar nessa caminhada, torna-se necessário definir o que se entende por esse campo religioso e verificar como ele tem interagido com o campo da política.

Ainda que haja uma extensa produção acadêmica sobre os "evangélicos", por vezes nos deparamos com certa imprecisão sobre sua definição. Esse segmento religioso ora é apresentado como um grupo homogêneo, unitário e conservador, com regras rígidas sobre vestimenta e conduta², ora contrastando com outros grupos evangélicos mais flexíveis sobre esses temas (NATIVIDADE, 2008). Sendo assim, a diversidade no campo evangélico e suas diferentes dinâmicas impõem a necessidade de entendimento teórico e prático sobre quem são, afinal, os evangélicos. No Brasil, em linhas gerais, esse segmento corresponde ao campo religioso formado pelas denominações cristãs oriundas da Reforma Protestante europeia entre o século XVI e até o final do século XIX, representando as igrejas protestantes históricas³ e as pentecostais⁴ (MARIANO, 2014, p. 10). Esse último grupo é o nosso foco na presente dissertação.

² A Igreja Assembleia de Deus e a Congregação Cristã no Brasil são exemplos de igrejas que compartilham maior rigidez quanto aos costumes. Dentre outras regras, há algumas que versam sobre as condutas e roupas adequadas, especialmente para as mulheres. De outro lado, a Igreja Universal do Reino de Deus, a Bola de Neve Church ou, até mesmo, as conhecidas "igrejas LGBT inclusivas" – Ministério Inclusivo Avivar (AM), Comunidade Cristã Nova Esperança (PE) –, compõem um grupo de igrejas onde há maior liberdade nas vestimentas e condutas dos membros.

³ Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Batista, Metodista

⁴ Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Universal do Reino de Deus entre outras.

Na segunda metade do século XIX, o conceito wesleyano⁵ se expandiu e originou o pentecostalismo. Considera-se que "o movimento pentecostal, originalmente concebido como uma renovação das igrejas existentes, começou a solidificar-se em grupos independentes, separados por querelas doutrinárias" (FRESTON, 1994, p. 74), resultando de um movimento com origem nos Estados Unidos. Da mesma forma que as igrejas protestantes, as denominações pentecostais migraram para diversos países e chegaram ao Brasil em meados de 1910. Tal expansão deriva do processo de globalização e transnacionalização do protestantismo popular (ORO, 2006; ALVES; ORO, 2012; MARIANO, p. 09, 2014). De forma geral, diferentemente da doutrina protestante, os pentecostais acreditam que Deus se manifesta na cura dos enfermos, na concessão de milagres e expulsão dos demônios que afetam a população (MARIANO, 2014).

1.1 BREVE HISTÓRICO DOS (NEO)PENTECOSTAIS NO BRASIL

Considerando as divergências quanto à classificação dos pentecostais, adota-se neste trabalho a definição apresentada por Paul Freston (1994) e Ricardo Mariano (2014). Ambos analisam o pentecostalismo no Brasil a partir de três ondas: pentecostais tradicionais, deutropentecostais⁶ e neopentecostais⁷. Nos anos recentes, debate-se a existência de uma quarta onda de expansão pentecostal no país (RIBEIRO; CUNHA, 2012). No quadro abaixo é possível observar uma breve síntese das três principais ondas pentecostais no Brasil.

⁵ John Wesley renovou a prática cristã. Dirigiu-se à população empobrecida e contribuiu no estabelecimento de novos fundamentos para a prática missionária (SOUZA, 2012, p. 125).

⁶ O radical *deutro* significa segundo ou segunda vez. Conforme Mariano (2014) esse é o melhor termo para nomear a segunda vertente pentecostal.

⁷ O prefixo *neo* é o mais adequado para nomear a terceira onda, pois ele capta o caráter novo e inovador contido nessa vertente (MARIANO, 2014).

Quadro 1 – Três Ondas Pentecostais no Brasil

Onda	Período	Denominação	Local de Origem	Fundadores/as	Expansão inicial no Brasil	Atuais Líderes
1° Onda	1910–1950	Congregação Cristã no Brasil (CCB)	Estados Unidos da América	Louis Francescon	São Paulo	Cláudio Marçola
		Assembleia de Deus (AD)	Suécia	Vingren e Berg	Pará	José Wellington Júnior
2° Onda	1950–1970	Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ)	Estados Unidos da América	Aimee Semple McPherson	São Paulo	Mário de Oliveira
		O Brasil para Cristo (BPC)	Brasil	Manoel Mello	São Paulo	Luiz Bergamin
		Igreja Pentecostal Deus é Amor (IPDA)	Brasil	David Miranda	São Paulo	Ereni Miranda
3° Onda	1970–	Universal do Reino de Deus (IURD)	Brasil	Edir Macedo	Rio de Janeiro	Edir Macedo
		Internacional da Graça de Deus (IIGD)	Brasil	R.R Soares	Rio de Janeiro	R.R Soares
		Cristo Vive	Brasil	Miguel Ângelo	Rio de Janeiro	Miguel Ângelo

Fonte: Freston (1994) e Mariano (2014). Elaborado pela autora.

Conforme o quadro acima, a primeira onda pentecostal ocorreu entre 1910 e 1950, período em que 80% da população brasileira vivia em áreas rurais (NOVAES, 2012) e que contou com duas igrejas pentecostais: a Congregação Cristã no Brasil (CCB) e Assembleia de Deus (AD). A primeira destaca-se como a igreja pentecostal mais antiga do país (1910) e por quase 40 anos também foi a maior. A CCB caracteriza-se pelo modelo de parentesco patriarcal, conferindo um caráter sectário: homens e mulheres separados durante os cultos, sendo que as fiéis devem usar véus (FRESTON, 1994).

A Assembleia de Deus foi a segunda igreja pentecostal a chegar ao Brasil, formada por missionários suecos, em 1911, fixando-se no Pará. As condições econômicas favoreceram à penetração dessa igreja nas regiões mais pobres do país: os fundadores da AD eram pobres e marginalizados socialmente, tanto na

Suécia protestante quanto no Brasil católico. Nos primeiros 15 anos, sua expansão convergiu ao norte e nordeste, onde concentram grande número de fiéis até hoje. Essa igreja é a maior do Brasil, contando com 48,5% dos pentecostais em 2010. Porém, é necessária certa cautela quando se analisam esses números, pois a AD abrange várias denominações concorrentes que se encontram sob o mesmo guarda-chuva. As denominações maiores se vinculam a duas grandes convenções nacionais rivais (MARIANO, 2014)⁸. Além disso, a igreja têm apresentado um contínuo interesse no campo da política representativa, especialmente no pós-1986 (MARIANO, 2014; PIERUCCI, 2004), dispendo de um Conselho Político Nacional das Assembleias de Deus no Brasil, responsável por coordenar o processo político da Convenção Geral das Assembleias de Deus.

A segunda onda iniciou em meados do século XX, período marcado pela industrialização e pelo aumento da população urbana no Brasil. A primeira denominação pentecostal dessa fase é a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), oriunda dos Estados Unidos (Los Angeles) e fundada pela canadense Aimee Semple McPherson – a única igreja pentecostal liderada por uma mulher naquele período. Em 1951 a IEQ chegou ao Brasil e quarenta anos depois já contava com cerca de 10.000 pastores e pastoras – é comum que as mulheres sejam pastoras titulares e seus maridos as auxiliem. Em relação à política representativa, a igreja seleciona previamente seus candidatos, seguindo o padrão de recrutamento encontrado na AD, onde o apoio aos "irmãos" é prática comum. O atual líder da IEQ, o Ministro Mário de Oliveira, exerceu o cargo de Deputado Federal em sete legislaturas⁹, entre 1983 até 2011.

O movimento neopentecostal constitui a terceira onda, com início no final dos anos 70, representando a vertente pentecostal que mais cresceu nos últimos 20 anos no Brasil. Esse movimento realiza "as mais profundas acomodações à sociedade, abandonando vários traços sectários, hábitos ascéticos e o velho estereótipo de fechamento para a vida presente pelo qual os crentes eram

⁸ Cada Ministério da AD é constituído por uma igreja-sede com suas respectivas filiadas, as congregações e subcongregações. Dessa forma, a igreja possui maior autonomia administrativa e financeira. Há, também, uma Convenção Geral das Assembleias de Deus, localizada no Rio de Janeiro. O mais expressivo dos ministérios independentes da AD se localiza em Belém e é dirigido pelo pastor J. W. B. da C., pai de uma das vereadoras que compõem esta pesquisa, a representante paulistana Vereadora 25 (PSD).

⁹ Mário de Oliveira foi eleito Deputado Federal em 1983 pelo MDB e reeleito em outras seis legislaturas por distintos partidos políticos. Exerceu seu último mandato político na 53ª legislatura como Deputado Federal pelo PSC.

reconhecidos e, implacavelmente, estigmatizados" (MARIANO, 2014, p. 08). Soma-se também a incorporação de novas práticas e crenças, como relaxamento de certos costumes comportamentais. Ancoram sua atuação na Teologia do Domínio¹⁰ e na Teologia da Prosperidade¹¹, priorizando a vida no aqui e agora. O paraíso ainda tem importância em suas pregações; porém, buscam desfrutar ao máximo dos prazeres oferecidos em vida. O contato com Jesus durante os cultos, a vasta pregação em rádio e TV constituem estratégias das igrejas (neo)pentecostais para ampliar seu número de fiéis (MARIANO, 2014)¹².

De forma geral, as igrejas neopentecostais não são definidas isoladamente e usam-se parâmetros relacionais para classificá-las, tendo como referência as igrejas pentecostais clássicas e as deutropentecostais: "Em contraste com a segunda onda de igrejas paulistas fundadas por migrantes de nível cultural simples, a terceira onda é sobretudo de igrejas cariocas fundadas por pessoas urbanas de nível cultural um pouco mais elevado" (MARIANO, 2014, p. 35). As três principais igrejas neopentecostais são a Universal do Reino de Deus (1977), liderada por Edir Macedo, a Internacional da Graça de Deus (1980), fundada por R.R Soares, e Cristo Vive (1994), liderada por Miguel Ângelo¹³.

Em relação ao perfil socioeconômico, no quesito classe social, constata-se que a maioria dos evangélicos, especialmente os pentecostais, são oriundos dos extratos mais pobres da população, recebendo até um salário mínimo *per capita* (63,6%). Tal dado também é reforçado quando analisa-se a penetração dessas

¹⁰ A Teologia do Domínio se popularizou por meio do *Fuller Theological Seminary* no final dos anos 80. Ela é baseada nas batalhas espirituais contra os demônios hereditários e territoriais. Tem como característica a dramatização nos rituais de exorcismo coletivo para libertar e converter os adeptos das religiões de matriz afro-brasileira entre outras (MARIANO, 2014, p. 43).

¹¹ A Teologia da Prosperidade foi originada nos EUA (*Health and Wealth Gospel, Faith Movement, Faith Prosperity Doctrines, Positive Confession*) em meados dos anos 40. Ela se expandiu no Brasil durante os anos de 1970 através das igrejas neopentecostais. De forma geral, no lugar de pedir e suplicar os seus adeptos são instruídos a exigir, decretar, determinar. Esse giro implica que se valorize a fé em Deus como um meio para obter saúde e riqueza (MARIANO, 2014, p. 158).

¹² A Universal do Reino de Deus, liderada pelo Bispo Edir Macedo, obteve a concessão de inúmeras redes de rádio e televisão em diversas cidades do país. A IURD é dona da Rede Aleluia, a qual possui mais de setenta e seis emissoras de rádio AM e FM, cobrindo cerca de 75% do território brasileiro. Além disso, a TV Universal conta com mais de vinte retransmissoras. Integram, também, os meios de comunicação na web, no portal Universal.org, e os meios de comunicação impressos, tais como a Folha Universal e as revistas Plenitude, Obreiro de Fé e Mão Amiga. O Grupo Record, com suas emissoras de rádio e televisão, amplia a interlocução da IURD na área de comunicação. Por fim, a RecordTV, ainda que não seja de domínio direto da IURD, pertence ao Bispo Edir Macedo, concessão obtida em 1997, constituindo uma das principais redes televisivas de alcance nacional do Brasil.

¹³ Edir Macedo, R.R Soares e Miguel Ângelo faziam parte da mesma igreja, a Nova Vida, onde fizeram um "estágio", e anos depois criaram suas próprias denominações pentecostais (MARIANO, 2014).

igrejas em regiões mais pobres do Brasil (BOHN, 2004). Apesar de reconhecer a correlação entre pobreza e pentecostais, não é possível afirmar que a expansão pentecostal é fruto da pobreza (MARIANO, p. 12, 2014). Nos últimos anos houve mobilidade interna e denominações originalmente ligadas às camadas populares apresentam uma penetração maior entre membros da classe média. O espaço religioso dessas igrejas pode facilitar a ascensão social de seus membros, devido às práticas de trocas de favores entre “irmãos” (oferta de serviços) e o investimento educacional exercido por algumas denominações, que possibilita a seus membros que adquiram formação superior e, posteriormente, possam auxiliar nas questões administrativas da igreja (SCOTT; CANTARELLI, 2004).

Quanto à raça/etnia, os pentecostais se destacam por ser o grupo com mais pessoas autoidentificadas como pardas (48,9%) e negras (8,48%), superando o número de pardos (43,4%) e negros (7,52%) na população brasileira. Tais dados se correlacionam com os de renda, na medida em que a população negra e parda encontra-se entre as mais pobres e menos escolarizadas no país (MARIZ; GRACINO, 2013, p. 172).

As mulheres são a maioria nas igrejas evangélicas, representando 56% (23,5 milhões) (MARIZ; GRACINO, 2013). Dessa forma, algumas denominações possuem um “rosto feminino”, como é o caso das igrejas pentecostais Evangelho Quadrangular, Deus é Amor e Universal do Reino de Deus (MACHADO, 2005). Ainda que as mulheres sejam a maioria entre os evangélicos, elas possuem dificuldades de ascensão em cargos de poder nesses espaços (SOUZA; LEMOS 2009) e sofrem inúmeras violências de gênero (VILHENA, 2009). Atentas às demandas sobre violência contra as mulheres, algumas denominações têm criado espaços específicos para debater esse tema, acolhendo as mulheres vítimas de agressão e disponibilizando serviço psicológico e jurídico gratuito.

Apesar disso, ainda são poucos os estudos que abordam a interação entre mulheres evangélicas e cargos de poder, sobretudo na esfera institucional. Para dar continuidade à introdução deste tema, a seguir faremos uma revisão sobre a interação desses segmentos com a esfera da política. Assim, no próximo item serão abordados o contexto social e as motivações que conduziram à mudança de postura dos evangélicos em relação à política institucional, deixando a apatia política e passando a atuar ativamente nesse campo, especialmente entre as igrejas (neo)pentecostais.

1.2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS EVANGÉLICOS

Os evangélicos participam da vida pública nacional desde que chegaram ao Brasil, por meio do trabalho assistencial e educacional; entretanto, sua presença na política *stricto sensu* é um fenômeno mais recente e se dá a partir da Nova República. Até então, a igreja católica mantinha certo monopólio na representação política (ORO, 2006, p. 103). Durante a Primeira República (1889 – 1930), a presença protestante na política nacional foi quase nula (FREESTON, 1994; PIERUCCI, 1996) e eventuais manifestações aconteceram durante a Era Vargas em reação à hegemonia católica (ORO, 2006)¹⁴. Nesse período o número de deputados federais evangélicos se manteve estável, havendo apenas 12 representantes pertencentes a essas igrejas. Tal quadro é bastante alterado durante as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, quando em 1986 foram eleitos 33 deputados federais evangélicos. A participação dos evangélicos na política institucional brasileira aconteceu em quatro principais fases, sendo elas: (a) fase metodista, entre 1946 – 195; (b) fase presbiteriana, entre 1951 – 1975¹⁵; (c) fase batista, de 1975 – 1987; (d) após 1987, fase pentecostal com o predomínio da Assembleia de Deus.

Como já foi mencionado, a formação da primeira "bancada evangélica"¹⁶ ocorreu durante a Assembleia Nacional Constituinte. Apesar das diferenças político-partidárias entre esses parlamentares, eles estiveram ligados ao campo político conservador e se manifestaram como "políticos de Cristo" (ORO, 2006, p. 108). Em termos gerais, a "bancada evangélica" assumiu uma posição contrária "à legalização dos jogos de azar, ao homossexualismo, à liberação das drogas, ao feminismo, à pornografia e à liberação dos métodos contraceptivos abortivos" (ORO, 2006, p.

¹⁴ Guaracy Silveira, pastor metodista, foi eleito Deputado Federal (1934 e 1945) a partir da mobilização evangélica. Defendeu o Estado Laico e o direito ao divórcio. Sua postura liberal e a relação amistosa com os católicos desagradou alguns segmentos evangélicos do período (CAMPOS, 2005).

¹⁵ Destaca-se que a participação dos evangélicos no regime civil militar foi de apoio, a igreja luterana foi a única que se manteve opositora ao regime. Ainda assim, poucos parlamentares evangélicos se elegeram durante esse período.

¹⁶ Almeida (2017) considera que as "bancadas evangélicas" possuem baixa organização, são poucos os temas que unem os evangélicos eleitos. Em sua grande maioria, esses se unem em torno dos temas *morais*. Feita essa ressalva, optou-se por usar o termo nesta dissertação para indicar o pertencimento de representantes políticos aos segmentos evangélicos. Porém, de antemão, se assume que nem todos se comportam da mesma maneira e possuem os mesmos interesses em termos de atuação na esfera da política.

109). Também manifestou seu conservadorismo na esfera cultural (PIERUCCI, 1996). Duas razões levaram à participação dos evangélicos na ANC, especialmente da AD: (a) suspeitavam que a Igreja Católica estaria se articulando para retomar o papel da "Igreja do Estado", visando impedir a *liberdade religiosa* para outras religiões, e (b) consideravam o avanço de pautas progressistas e feministas uma ameaça à instituição "família" – a possibilidade de descriminalização do aborto, das drogas, do casamento entre homossexuais alarmou os setores evangélicos e conservadores do país (ORO, 2006).

Os evangélicos ganharam visibilidade durante a Assembleia Constituinte de 1988, quando a maioria de seus representantes se posicionou de forma alinhada nas discussões parlamentares, atuando como uma bancada religiosa, mais precisamente evangélica. As investigações sobre a inserção eclesial e o comportamento dos atores religiosos naquele contexto destacavam o fisiologismo, o conservadorismo e o corporativismo dos evangélicos (MACHADO apud SOUZA, 2013, p. 108).

Observa-se, portanto, a interação dos evangélicos com a política representativa, confirmando "a existência de uma fronteira relativamente fluida entre elas, em razão de continuidades, pontes, passagens e trânsitos, ora mais intensos ora mais reduzidos, segundo as situações e os movimentos históricos" (ORO, 2006, p. 75). O modelo instaurado pela IURD, desde as eleições para a Constituinte, demonstra que as igrejas com maior sucesso eleitoral são aquelas que possuem projetos bem definidos para se inserirem no campo da política: utilizam seus templos e seus espaços virtuais para viabilizar seus candidatos (ORO, 2005). Com isso, o desempenho nas urnas da "bancada evangélica" na Câmara dos Deputados demonstra seu contínuo e expressivo crescimento no pós-democratização: dos 44 eleitos em 1998, passou para 89 representantes em 16 anos (TAVALD, 2015). Além disso, constata-se a formação de "bancadas evangélicas" nos diferentes níveis da política representativa, das Câmaras Municipais ao Congresso Nacional (ORO, 2006).

As mulheres evangélicas também passaram a demonstrar interesse nos debates públicos e isso decorre em função de: (a) crescimento do número de mulheres que se identificam como pertencentes a vertentes evangélicas¹⁷, (b) o maior interesse por parte dos líderes religiosos em apoiar candidaturas femininas

¹⁷ As mulheres representam a maioria entre os fieis evangélicos, alcançando cerca de 56% (MACHADO, 2006).

nas eleições proporcionais, impulsionados pela lei de cotas nas listas partidárias, a partir de 1996. Esses fatores combinados entre si geraram uma maior inserção desse grupo de mulheres nas instâncias representativas, como por exemplo vêm ocorrendo nas duas últimas Legislaturas (54° e 55°) da Câmara dos Deputados, conforme dados da tabela abaixo.

Tabela 2 – Evolução da Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados

Ano	Deputados Federais Evangélicos	Deputadas Federais Evangélicas
2002	32	1
2006	68	2
2010	70	8
2014	89	12
2018	91	16
TOTAL	350	39

Fonte: TSE (2019) Elaborado pela autora.

O crescimento das representantes evangélicas no Brasil também é constatado em outros níveis da arena política. Tomando como referência as eleições municipais, seu resultado nas capitais brasileiras nas duas últimas eleições expressam o aumento dessas representantes: em 2012, foram eleitas 16 vereadoras evangélicas e, quatro anos depois, esse número passou para 29 mulheres. No pleito de 2016 houve um crescimento substancial (60%), sendo maior nas regiões nordeste e sudeste.

Tabela 3 – Vereadoras Eleitas nas Capitais x Evangélicas (2016)

Capital	Nº de Vagas Câmara de Vereadores	Vereadoras Eleitas	Vereadoras Evangélicas
Curitiba/PR	38	5	1
Florianópolis/SC	23	1	–
Porto Alegre/RS	36	4	–
São Paulo/SP	55	11	6
Rio de Janeiro/RJ	51	7	2
Belo Horizonte/MG	41	4	1
Vitória/ES	15	1	–
Goiânia/GO	35	5	2
Cuiabá/MT	25	–	–
Campo Grande/MS	29	2	–
Rio Branco/AC	17	2	1
Porto Velho/RO	21	4	2
Belém/PA	35	3	1
Boa Vista/RR	21	3	1
Macapá/AP	23	3	1
Manaus/AM	41	4	–
Palmas/TO	19	2	–
Maceió/AL	21	4	–
Salvador/BA	43	8	4
Recife/PE	39	6	4
Aracaju/SE	24	2	1
João Pessoa/PB	27	3	1
Natal/RN	29	8	1
Fortaleza/CE	43	6	–
São Luís/MA	31	3	–
Teresina/PI	29	3	–
TOTAL	811	107	29

Fonte: TSE (2016). Elaborado pela autora.

Conforme a tabela acima, é possível constatar que as mulheres representam 13,2% do total de vagas na Câmaras Municipais nas capitais do país. Entre essas, as evangélicas representam cerca de 27% das eleitas – uma em cada quatro vereadoras eleitas nas 15 capitais é evangélica. Sendo assim, essas eleitas se inserem numa dupla relação de poder: (a) dentro dos espaços religiosos e (b) no campo da política representativa. Ambos campos historicamente construídos pelos homens como de seu domínio. A partir do cenário anteriormente descrito, a proposta desta dissertação é resgatar as trajetórias políticas e analisar as campanhas eleitorais das vereadoras evangélicas eleitas em 2016. Busca-se, assim, enfrentar o desafio de olhar com as lentes da ciência política essas mulheres identificadas como políticas e evangélicas.

O resultado eleitoral do pleito municipal de 2016 indica que 7,8 mil mulheres foram eleitas em todo o Brasil. A partir dessas informações, a seleção da amostra desta pesquisa se iniciou com a coleta dos nomes das vereadoras eleitas nas capitais do país nesse pleito; após, identificou-se o seu pertencimento religioso. Visando maior rigor metodológico, os nomes dessas vereadoras foram comparados com os dados obtidos em outras pesquisas¹⁸, tornando possível compará-los e chegar ao total de 29 vereadoras evangélicas eleitas em 15 capitais¹⁹. Tendo em vista esse recorte temático e temporal, buscou-se compreender como essas representantes se inserem no campo da política e quais foram os atravessamentos das questões de gênero.

Para dar conta desse objetivo, foram analisadas as campanhas eleitorais veiculadas na web das 29 vereadoras evangélicas entre julho e outubro de 2016. Optou-se por analisar os materiais das campanhas eleitorais devido à importância que a internet assumiu nos últimos pleitos eleitorais, conforme observado em outros países. O uso de redes sociais também auxilia na maior aproximação entre candidatos e eleitores (BRAGA, 2010)²⁰. Além disso, os materiais disponibilizados na web são encontrados com maior facilidade e não possuem limitações no tempo

¹⁸ Em especial a pesquisa realizada por Oro e Carvalho (2017) e publicada na revista Debates do NER.

¹⁹ Os dados analisados foram dispostos em apêndices na seguinte dissertação. No Apêndice A, é possível obter informações sobre os slogans de campanha eleitoral e as principais promessas das 29 vereadoras evangélicas. No Apêndice B, há um quadro geral com o perfil das 29 vereadoras evangélicas.

²⁰ Apesar de analisarmos os materiais disponíveis na web, a seguinte dissertação não tem como objetivo verificar o impacto das redes sociais nas campanhas eleitorais.

de fala e na exibição, como ocorre nas propagandas do horário eleitoral gratuito transmitidas em rádio e televisão.

Dessa forma, os materiais de campanhas foram analisados para identificar os seguintes pontos: (a) Como elas entraram no campo da política representativa?; (b) quais foram os capitais acionados durante as campanhas eleitorais?; (c) elas foram protagonistas de suas trajetórias e campanhas eleitorais? Ou estiveram ancoradas em outros atores religiosos e políticos?; (d) as questões de gênero apareceram em suas propostas eleitorais? Se sim, como elas foram apresentadas?; finalmente, (e) como o "ser mulher" foi construído em seus discursos de campanha eleitoral? Por fim, lança-se mão da seguinte hipótese: as vereadoras evangélicas eleitas em 2016 evocaram o tradicionalismo de gênero para construir "o sujeito mulher" em suas campanhas eleitorais. Nesta dissertação, entende-se que os estereótipos de gênero ou de feminilidade referem-se a um conjunto de crenças sobre os atributos pessoais adequados social, política e culturalmente a homens e mulheres. Esses padrões envolvem uma percepção moral e ética (normativa e valorativa) de caráter tradicional, operados por aquilo que a literatura na ciência política chama de "masculinidades hegemônicas" em oposição às "feminilidades subalternas" (MATOS; PINHEIRO, 2012, p. 57).

A metodologia adotada nesta dissertação é a qualitativa e a partir da ferramenta NVIVO será possível apreender os sentidos atribuídos às variáveis selecionadas. O material selecionado para análise foi obtido no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nele foram obtidos os dados que compõem o perfil sociodemográfico dessas eleitas, tais como o partido político, a faixa etária, o estado civil, a etnia/raça, votação nas eleições de 2016 e a posição que ocuparam nas câmaras municipais. Além disso, também foram coletados os dados disponíveis nas páginas virtuais oficiais das 29 vereadoras²¹, tais como os vídeos de campanha eleitoral e as informações sobre o número de filhos e o pertencimento religioso das vereadoras analisadas.

A partir da coleta desses dados, foram organizadas 29 planilhas em Excel com as principais informações do perfil sociodemográfico das eleitas. Para fins de análise, foram transcritos e analisados 657 vídeos disponíveis nessas páginas durante o período de 14 de Julho até 04 de outubro de 2016. Todo o material foi

²¹ Facebook e Blogs.

organizado em planilhas em Excel individuais, e os vídeos transcritos organizados por ordem temporal. As falas durante a campanha eleitoral foram agrupadas em quatro categorias analíticas dispostas no Quadro 2. É importante destacar que as manifestações orais se interseccionam e podem pertencer a mais de uma categoria²²; assim, seu enquadramento se deu a partir do conteúdo que mais se destacou nas falas de campanha eleitoral das vereadoras evangélicas, seguindo as diretrizes metodológicas propostas por Bardin (1977). Abaixo o quadro com os quatro principais nós e seus respectivos conteúdos.

Quadro 2 – Definição das Categorias analíticas

Categoria	Conteúdo da Categoria	Frequência
Religião	Discursos sobre Deus; Passagens bíblicas; Presença de figuras do campo religioso (pastores/bispos); Propostas políticas direcionadas para os segmentos evangélicos (cristãos).	610
Mulher	Discursos sobre comportamentos "femininos", uso de estereótipos de gênero; Propostas políticas direcionadas para as mulheres.	562
Família	Defesa da instituição família; Presença de familiares durante as campanhas eleitorais; Propostas políticas direcionadas para a "família".	143
Violência	Discursos sobre violência contra as mulheres; Propostas políticas para combater a violência.	85

Fonte: Dados coletados em Campo (2019). Elaborado pela autora.

A presente dissertação pretende contribuir com as reflexões sobre sub-representação política feminina, por um lado, e compreender a crescente ampliação da bancada evangélica feminina, de outro. O quadro de sub-representação feminina na política nacional é mais alarmante quando se observa que o Brasil, em 2017, ocupava a 154ª posição no ranking internacional da representação parlamentar das

²² A codificação das categorias de análise foi executada em observância às diretrizes estabelecidas na AC, dividida em três principais etapas: 1) pré-análise; 2) a exploração do material; 3) tratamento dos resultados, interpretando-os. A Análise Temática de Bardin (1977, p. 135) "consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objeto analítico escolhido".

mulheres²³. Diversos trabalhos vêm analisando as razões dessa desigualdade e sua permanência após a consolidação democrática e a implementação da política de cotas partidárias²⁴. A relevância desse tema é fruto da crescente discussão em torno das "questões de gênero", e envolve os temas ligados à violência contra as mulheres, empoderamento feminino e a igualdade no acesso a cargos de poder.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma, além desta introdução. O capítulo 2 tem como objetivo apresentar as recentes discussões em torno da intersecção entre gênero, religião e política. Este capítulo foi dividido em três principais itens: no primeiro são revisados os estudos sobre gênero e religião no contexto nacional; após, foram resgatadas as contribuições sobre identidade feminina à luz das teóricas feministas, abrangendo também as discussões em torno da sub-representação feminina na política institucional. Por fim, encerra-se o capítulo com a reflexão teórica sobre a emergência da "ideologia de gênero" no plano internacional. Também foram identificados os impactos dessas discussões no cenário político nacional.

O capítulo 3 analisa as trajetórias políticas das 29 vereadoras evangélicas. Essas conquistaram mandato eletivo em 15 capitais do país no pleito eleitoral de 2016. Dessa forma, o capítulo está organizado da seguinte maneira: no primeiro item foram introduzidos os dados sobre a distribuição regional e ideológica das vereadoras. O item seguinte busca compreender como as igrejas evangélicas atuaram durante as campanhas eleitorais, onde constatou-se que a maioria dessas vereadoras foi autorizada a entrar na disputa eleitoral, recebendo apoio de uma rede nacional de pastores/bispos. Também analisou-se como os diferentes capitais (político, midiático e familiar) atuaram durante as suas campanhas. Essas análises apontaram que majoritariamente as representantes evangélicas tiveram seu protagonismo mediado por outros atores religiosos e/ou familiares, os quais participaram com mais frequência nas campanhas de vereadoras "novatas" e "herdeiras", apresentando-as como uma "continuidade" de seus mandatos eletivos.

No capítulo 4 foram analisados as falas veiculadas nas campanhas eleitorais para identificar como o "sujeito mulher" foi construído pelas 29 vereadoras. Dessa forma, o capítulo está subdividido em três principais itens: no primeiro foram

²³ UN Women, Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2017/4/women-in-politics-2017-map#view>. Acessado em: 28.março.2018

²⁴ Lei 9.504/1997 e Lei 12.034/2009.

analisadas as principais propostas de campanha eleitoral, verificando como questões de gênero apareceram no *corpus* analítico da dissertação, constatando-se a preponderância de vereadoras apresentadas como as representantes oficiais suas igrejas, que defenderam com maior ênfase os valores cristãos e a "instituição família". A análise do item seguinte abordou como o "sujeito mulher" foi construído nas falas das 29 vereadoras evangélicas. Sendo assim, o resultado demonstrou que todas as representantes usaram "estereótipos de gênero" para ancorar a entrada (ou permanência) delas no campo da representação. Além disso, o "sujeito mulher" esteve conectado aos papéis encontrados na esfera familiar, reforçando o ideal da "mulher-mãe". O terceiro item verificou como o tema da violência de gênero apareceu nas falas de campanha eleitoral. Por fim, são apresentadas as considerações finais das análises empreendidas na seguinte dissertação.

2 GÊNERO E RELIGIÃO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA TRANSVERSAL

Neste capítulo vamos tratar da intersecção entre gênero, religião e política a partir das recentes discussões teóricas. Primeiramente apresentamos as principais considerações sobre as relações entre gênero e religião no contexto brasileiro. Nelas também estão incluídos os debates sobre identidade feminina e o conceito de gênero, bem como sua centralidade para a organização da política institucional, fio condutor desta dissertação. O tema de sub-representação feminina na política institucional também será revisado. Por fim, em vista da preponderância das discussões sobre ideologia de gênero, refletimos sobre a emergência e difusão desses debates no plano internacional e sua repercussão nacionalmente.

A pertinência do tema vincula-se ao elevado número de mulheres que se identificam com o credo das igrejas evangélicas, bem como à ampliação da sua representação na arena parlamentar nas duas últimas legislaturas (54° e 55°) na Câmara Federal. A partir da sua atuação parlamentar surgem questões relevantes a serem analisadas e ampliadas. O campo de estudos sobre gênero e religião no Brasil tem crescido nos últimos anos e diversos trabalhos analisam tal relação, abordando principalmente a situação da mulher tanto no espaço religioso quanto no familiar (MACHADO, 1996; ROSADO-NUNES, 2008; 2015; LEMOS, SOUZA, 2009; VOULA, 2015).

O reconhecimento sobre a importância da intersecção entre gênero e religião enfrenta dois obstáculos na consolidação desse campo: de um lado, os estudos feministas que *subestimam* o papel da religião e das tradições religiosas na vida das mulheres, pois desconsideram aspectos de empoderamento e libertação feminina ligada à religião. De outro lado, os estudos pela ótica da religião apresentam as mulheres essencializadas a partir de seu pertencimento a determinada tradição religiosa. Nesse caso, o papel da religião é *superestimado* nas análises: "A religião, de forma muito generalizada, é explicada como a raiz da submissão da mulher – e religião, neste caso, entendida principalmente como instituições ou dogma, ou sua internalização como "cultura" (latino-americana)" (VOULA, 2015, p. 41).

Também é pertinente questionar de qual maneira os/as fiéis evangélicos incorporam as normas religiosas em seu cotidiano, ou em qual medida essas

normas são transgredidas por esses indivíduos. Compreender como o gênero impacta nas religiões e vice-versa é tarefa fundamental para a construção do campo de estudos que articulam esse binário (ROSADO-NUNES, 2015). O campo de estudos sobre a religião evangélica consolidou-se como um espaço, assim como outros, dominado pelo viés masculino e excludente às mulheres nas suas análises. Por outro lado, nos anos recentes, a perspectiva feminista vem sendo incorporada nessa área acadêmica. Ambiciona-se que a categoria de gênero seja transversal e esteja presente nos diversos estudos da ciência humana, em geral, e da ciência política em particular (PEDRO, 2015). Vários trabalhos²⁵ interseccionam a religião evangélica com a subjetividade feminina/masculina, indicando que os homens se convertem em pentecostais a partir da sua condição de desemprego, dificuldade financeira e problemas de saúde, ou seja, questões associadas à ideia de masculinidades hegemônicas. Enquanto as mulheres o fazem a partir do seu papel de cuidadora e protetora da família, buscando às igrejas pentecostais devido aos conflitos domésticos vivenciados na esfera familiar.

Contudo, a associação entre essas igrejas e a construção da subjetividade feminina e seus papéis sociais não deve ser compreendida através de uma lógica de total submissão das mulheres frente aos homens: os próprios homens evangélicos também recebem certas "doutrinas" do *ethos* pentecostal para que sejam mais dóceis, participativos com as questões de ordem familiar²⁶ e mais envolvidos com o mundo dos afetos.

Uma característica estrutural do pentecostalismo que favorece tal redefinição é a ênfase nas características femininas e materiais de Deus: generosidade, compreensão, capacidade de perdão, entre outras. Assim, a busca feminina da santificação expressa um aperfeiçoamento de alguns atributos do ideal de mulher predominante na sociedade inclusiva, mas constitui também uma tentativa de transcender o lugar de subordinação reservado às mulheres na ordem patriarcal [...] é como se o pentecostalismo redefinisse os gêneros masculinos e femininos, tornando os 'pais maternos' e as 'mães paternais', e oferecendo um modelo alternativo ao já desagradado patriarcalismo mediterrâneo, mas preservasse o fundamental deste sistema de gêneros: a desigualdade entre mulheres e homens (MACHADO, 1996, p. 39).

²⁵ Destacamos a importância das autoras Maria das Dores Campos Machado (2005), Rosado–Nunes (2012) e Sandra Duarte de Souza (2015).

²⁶ Para fins da presente análise, assume-se a esfera familiar ligada ao âmbito privado.

Mesmo exercendo papéis de cuidadoras e protetoras do lar e da família, as mulheres evangélicas também têm a sua subjetividade reconstruída ao serem inseridas em grupos femininos nas igrejas evangélicas. Por exemplo, algumas assumem a liderança em projetos sociais religiosos. Como consequência, os espaços femininos têm sido fortalecidos em algumas dessas igrejas e as mulheres ampliam sua autoestima à medida que desenvolvem atividades extradomésticas e criam redes de sociabilidade, favorecendo, assim, a individualização feminina (MACHADO, 2005, p. 389). Também é importante revisar a condição feminina na distribuição de autoridade dentro das igrejas evangélicas. Na última década houve um crescimento de pastoras ou bispas, movimento que ocorreu nas Igrejas Batistas, Metodistas e na neopentecostal Igreja Reina. Ainda assim, a maioria das mulheres que alcançam cargos nas igrejas o fazem através dos laços familiares, sobretudo devido à influência exercida pelos seus pais/maridos nas referidas denominações.

O conceito de gênero emergiu em meados dos anos 70 e disseminou-se nas ciências sociais a partir dos anos 80. Originou-se para distinguir e separar o sexo – dimensão biológica –, do *gênero*, ligado à construção social, histórica e política (MATOS, 2008, p. 336). Assim, esse conceito tem suas raízes na junção de duas ideias: por um lado, a base material da identidade e, por outro lado, a construção social do caráter humano (NICHOLSON, 2000). Os debates sobre o seu significado são inúmeros e variam conforme as análises de diferentes autoras feministas²⁷. Susan Okin; por exemplo, apresenta o conceito de gênero como uma construção social, que se refere à institucionalização social das diferenças sexuais, muitas delas socialmente construídas (OKIN, 2008, p. 306 apud KRITSCH, 2012, p. 18). A concepção de gênero adotada nesta dissertação considera-o como a forma primeira de significar as relações de poder; assim, ele é constitutivo das relações sociais fundadas sobre a diferença percebida entre os sexos (SCOTT, 1989). A partir dessas considerações, o item seguinte dedica-se a revisar as principais discussões em torno da "identidade feminina" à luz das teóricas feministas. Tal revisão contribui substancialmente para a construção dos marcos analíticos desta dissertação.

2.1 IDENTIDADE FEMININA: (IN)DEFINIÇÕES TEÓRICAS NO DEBATE FEMINISTA

²⁷ Entre as autoras, destacam-se Joan Scott (1991), Nicholson (2000), Judith Butler (2003), Susan Okin (2008) e Joana Pedro (2015).

Para dar conta do objeto de análise desta dissertação, também faz-se necessário incorporar os debates sobre a Identidade feminina, tomando como referência as discussões das autoras identitárias Nancy Fraser (2003), Seyla Benhabib (2007) e Anne Phillips (2013). Também serão apresentados os contrapontos visões identitárias elaborados pela teórica Judith Butler (2003). Tal opção analítica é fruto da relevância teórica dessas autoras nas discussões feministas, sobretudo no campo teórico da ciência política: "são teóricas que se tornaram referência quando se trata do tema dos novos direitos e das novas formas de participação política" (PINTO, 1999, p. 58).

A autora Nancy Fraser (2003; 2007; 2012) direciona suas críticas às teorias multiculturalistas e à predominância dos debates culturalistas que tomaram conta do imaginário feminista nos últimos anos, encobrando os debates sobre as relações econômicas. Assim, Fraser analisa as discussões sobre relações de gênero durante a "segunda onda feminista", dividindo-a em três principais fases, para então desenvolver a concepção de justiça bifocal. A primeira fase da segunda onda, nos anos 60, caracterizou-se pela clara influência marxista. Os debates de gênero relacionaram-se à política econômica, as análises sobre a situação das mulheres foram permeadas por visões economicistas da divisão sexual do trabalho. Algumas feministas mostraram-se insatisfeitas com essa subordinação a explicações economicistas e conduziram as discussões sobre a identidade, visão que marcou a segunda fase desta onda.

Nos anos 90, as ideias marxistas perderam espaço e parte dessas feministas se encaminhou para o chamado "giro cultural", onde as relações de gênero foram concebidas como fruto da identidade, ou como uma "construção cultural" (FRASER, 2012, p. 269). A relevância assumida pelas teorias de cultura e identidade impactaram o campo da política feminista e levaram a consequências na atuação desse movimento. As discussões sobre reformas econômicas foram encobertas pelas pautas de reconhecimento da diferença sexual: a desconstrução da oposição entre a categoria de masculino e feminino, assim como o respeito étnico e racial (FRASER, 2003; 2012). De forma semelhante, Anne Phillips (2009) argumenta que as discussões culturais deslocaram as materiais, assim como as políticas de identidade deslocaram as de classe: "a diferença, em especial, parece ter deslocado

a desigualdade como preocupação central da teoria política e social" (PHILLIPS, 2009, p. 223).

A transformação da atenção do feminismo representou uma nova concepção sobre "justiça de gênero" – não se limitando mais à justiça redistributiva e as reformas econômicas (FRASER, 2003). Porém, é exatamente neste momento que o capitalismo globalizado se expande e agrava as desigualdades econômicas. O resultado da política da diferença, conforme Fraser (2007, p. 296), foi o "infeliz casamento" entre neoliberalismo e culturalismo, em que as feministas estadunidenses não conseguiram responder adequadamente ao avanço neoliberal. Sendo assim, o feminismo deve revisar a sua conceituação de gênero evitando que fortaleça – sem perceber – as políticas neoliberais. Fraser, portanto, sai em defesa de um feminismo que incorpore as oportunidades de lutas políticas em espaços transnacionais no processo de globalização, iniciado na terceira fase da segunda onda feminista (FRASER, 2007, p. 293).

Para aproximar as mulheres do movimento feminista, é preciso que ambas demandas (redistribuição e reconhecimento) sejam incorporadas: "Redistribution or recognition? Class politics or identity politics? Multiculturalism or social democracy? These, I maintain, are false antithesis. It is my general thesis that justice today requires both redistribution and recognition. Neither alone is sufficient" (FRASER, 2003, p. 09). As relações de gênero, portanto, devem ser analisadas a partir de uma ótica bifocal: na ordem *redistributiva*, é preciso combater a divisão sexual do trabalho que afeta diretamente a vida das mulheres, na medida em que as desigualdades salariais afetam a vida das mulheres. Da mesma forma, deve-se lutar pelo *reconhecimento* e combater o androcentrismo – padrão institucionalizado de valores culturais que privilegiam tudo o que é associado ao "masculino" e desqualificam o que é associado ao "feminino". As mulheres sofrem formas específicas de subordinação de *status* ligadas ao gênero; por exemplo, violência doméstica, exclusão da esfera pública, agressão sexual, degradação simbólica vinculada aos estereótipos femininos (AMADEO, 2017, p. 254). Além disso, Fraser não considera que uma forma de justiça seja mais urgente e fundamental que a outra; dessa forma, para se alcançar a justiça, é preciso tanto a redistribuição como o reconhecimento (PHILLIPS, 2009, p. 230).

Fraser (2007) defende uma concepção de justiça centrada no princípio da paridade de participação, onde duas condições são requeridas: (a) com a

redistribuição de recursos materiais, de ordem “objetiva”, permitindo que diferentes pessoas tenham independência e voz na participação; (b) e com respeito à diversidade étnica e cultural, de ordem “subjetiva”, que garanta essa participação. Essa visão paritária é aplicada para as relações de gênero, mas também incorpora a classe, raça, orientação sexual, etnia, religião, entre outros (FRASER, 2007, p. 276).

Gênero e “raça” são paradigmas de coletividades bivalentes. Embora cada qual tenha peculiaridades não compartilhadas pela outra, ambas abarcam dimensões econômicas e dimensões cultural-valorativas. Gênero e “raça”, portanto, implicam tanto redistribuição quanto reconhecimento. O gênero, por exemplo, tem dimensões econômicas-políticas porque é um princípio estruturante básico da economia política (FRASER, 2006, p. 233).

Assim, a defesa de Fraser (2007; 2012) busca garantir que esses dois remédios sejam de acesso à população: o primeiro visa combater as desigualdades econômicas (redistribuição), já o segundo combate as desigualdades culturais, abarcando o respeito à diversidade (reconhecimento). No momento em que ambos remédios forem combinados entre si, em uma política de paridade na participação, ampliar-se-á a transformação social. Com isso, as mulheres vão elevar seu status, participando em diferentes locais e com igual respeito.

A visão de Fraser, ora apresentada, é central para compreender o desenvolvimento dos debates de gênero no campo feminista contemporâneo. A partir dos paradigmas de Nancy Fraser (2007; 2012) a autora feminista Seyla Benhabib²⁸ desenvolve seu projeto de *diálogo cultural complexo*. Ambas autoras identificam o papel crescente dos debates identitários e das políticas da diferença como problemáticos à luta política feminista. A relevância assumida pela “política da diferença” gera consequências em dois níveis: no empírico com a redução dos debates de classe; e no nível mais profundo com a transformação do imaginário político sobre como compreendemos a justiça (BENHABIB, 2002, p. 96).

Desse modo, Benhabib (2002) questiona a argumentação dos principais autores multiculturalistas, Charles Taylor (1994) e Will Kymlicka (1995): quem determina qual grupo é merecedor de direitos?; ou qual grupo merece esses direitos enquanto outros não os merecem?. Para que essas ideias sejam colocadas em prática, necessita-se categorizar os grupos e identificar qual deles é merecedor (ou não) desses direitos; essa visão também reforça que há grupos com maior importância na construção da subjetividade individual. A autora acredita que essa

²⁸ Nascida em Istambul e autora de diversas obras influentes no campo teórico feminista.

categorização é complexa e ambígua, podendo causar injustiças aos grupos. Além disso, a visão desses autores subordina os indivíduos às práticas grupais: minorias dentro dos grupos, como as mulheres e crianças, podem sofrer por leis arbitrárias e patriarcais desses grupos, não tendo espaço de autonomia decisória; ou como defende Kymlicka (1995) tendo o *direito* de deixar os grupos que as oprimem – visão questionada por teóricas feministas (BENHABIB, 2002; OKIN, 2013). Por fim, concluí que a visão dos autores reforça o poder de elites grupais e encaminha-se para rumos não liberais e politicamente perigosos, não conduzindo a questionamentos e reflexões para a construção democrática.

Na obra *El feminismo y la cuestión del posmodernismo* (2006) a relação entre o pós-modernismo e feminismo recebe atenção de Benhabib. A análise inicia-se com as ideias de Jane Flax, com as três mortes no pós-modernismo: Homem, História e Metafísica. De forma geral, Benhabib (2006) apresenta as incompatibilidades dessas três mortes com o feminismo: a versão da morte da História gera certa negação *prima facie* de qualquer narrativa histórica que se centre em práticas macro. A morte da Metafísica desemboca na ausência de uma filosofia, sem isso não há crítica social e o projeto feminista encontra-se comprometido. Por último, a morte do Homem pressupõe a dissolução do Homem (ou do Sujeito), e como consequência desaparecem também os conceitos de intencionalidade, responsabilidade, autonomia e autorreflexão.

Assim, sua crítica direciona-se a Judith Butler (2003). Butler afirma que o sexo também encontra-se permeado pelo discurso que o define, não sendo um pré-discursivo anterior à cultura. Para Seyla Benhabib (2006) essa visão destitui qualquer conceito de identidade pessoal, da capacidade decisória e autônoma, e gera consequências negativas à luta feminista. Além disso, a autora questiona: como devemos ler a obra de Butler? se o “sujeito” significa o “objeto do discurso”, e Butler também é uma autora pensante que produziu tal texto, com suas intenções e propósitos de comunicação. Desse modo, não apenas a própria política feminista, como também toda a teorização se tornam impossíveis. Assim, feminismo e pós-modernismo são incompatíveis: se adotarmos as concepções pós-modernas, estaremos retirando o caráter emancipatório das mulheres e abandonaremos as utopias de transformação social.

Por outro lado, a filósofa contemporânea Judith Butler vai contrapor a ideia de identidade feminina e sujeito mulher defendida por Benhabib (2006). Para Butler, a

teoria feminista ancora-se na existência de uma identidade feminina que englobe todas as mulheres – os objetivos e interesses feministas vão ser pautados por esse "sujeito do feminismo". Buscando efetivar à luta política das mulheres, a teoria feminista desenvolveu uma linguagem capaz de representá-las. Porém, tal visão recebeu críticas e questionamentos: o sujeito do feminismo não é estável ou permanente, tampouco há concordância sobre quais elementos constituem a categoria das mulheres²⁹.

A existência de uma identidade que englobe as mulheres tornou-se alvo de inúmeras críticas: elas não consideram as desigualdades de classe, raça, etnia e sexualidade interseccionadas ao gênero. Para a autora, a estrutura patriarcal de dominação como base universal para o feminismo, que atravessa diferentes culturas e unifica as mulheres, é fadada ao fracasso: essa noção é colonialista e encontra-se permeada pelo discurso ocidental. As inúmeras fragmentações dentro do feminismo e a oposição de mulheres à luta feminista (paradoxalmente) mostram as limitações de uma visão unificadora do sujeito mulher, ou da categoria das mulheres. Essas divergência nos sugerem os limites *necessários* da política da identidade³⁰.

Butler (2003) desenvolve a concepção de sexo, gênero e desejo; rompendo com a ideia de que o gênero reflete o sexo, ou que se restringe a ele. O significado de “sexo” é alvo de questionamentos da autora: seria o sexo anatômico, cromossômico ou hormonal? Da mesma forma, cabe também à teoria feminista questionar os discursos médicos que incidem sobre os corpos. O gênero recebe

²⁹ A crítica ao "sujeito do feminismo" não é uma novidade elaborada por Butler, as feministas negras, desde muito cedo, apresentavam contrapontos importantes à visão hegemônica do feminismo *mainstream* (RIBEIRO, 2017). O conceito de “interseccionalidade” é fundamental para que as múltiplas opressões que afetam as mulheres sejam consideradas em uma pesquisa feminista. A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2018, p. 15).

³⁰ Butler (2003, p. 18) ancora-se na abordagem Foucaultiana, onde os sistemas jurídicos de poder produzem os próprios sujeitos que passam a representar. Noções essas que são permeadas por relações de poder, e que vão regular toda a vida política, criando limitações e regulamentações que afetam os indivíduos. Partindo dessa ideia, toma-se que “o sujeito do feminismo” é uma formação discursiva, um efeito de determinada política representacional – o sujeito feminista é discursivamente construído. Por meio da construção política do sujeito, vinculada inevitavelmente à legitimação e exclusão, que as operações políticas são ocultadas e naturalizadas (BUTLER, 2003, p. 19). Dessa forma, o feminismo deve não apenas questionar como as mulheres podem se fazer representar na política ou na linguagem; é preciso questionar como o sujeito do feminismo, e a categoria das mulheres é produzida pelas mesmas estruturas de poder das quais buscam por emancipação.

novos contornos em Butler (2003, p. 25): “O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos”. A heterossexualidade busca criar certa unidade sobre o que significa "ser mulher" e conferir estabilidade entre sexo, gênero e desejo. Para ela, essa heterossexualidade pressuposta nas relações de gênero é marcada por sua opressão. É preciso refutar tal estabilidade, desconstruir o sujeito e subverter as identidades para alcançar a radicalização da democracia (MARIANO, 2012, p. 487).

A argumentação da autora, portanto, vai além da visão recorrente de gênero como uma construção cultural, ou uma interpretação cultural do sexo. Em meio às reflexões sobre tal tema, o “corpo” é tomado como meio ou instrumento, onde significados culturais vão operar. Porém, ela destaca que é preciso considerar o corpo também como uma construção – não há como afirmar que determinado corpo possui qualquer significação antes do marcador de gênero. Se o gênero for compreendido como uma construção cultural, a cultura se torna o destino, no lugar da biologia (MARIANO, 2012, p. 492). Sendo assim, é preciso reconhecer como as relações de gênero encontram-se permeadas por visões universalistas, ligadas ao discurso cultural hegemônico. Necessita-se explorar as afirmações totalizantes da economia significativa masculinista, mas a crítica feminista deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes no próprio feminismo (BUTLER, 2003, p. 33).

A partir das constatações acima, a teorização de Butler (1998; 2003; 2017) defende a não unificação da identidade feminina. As visões universalistas vão pautar-se pela ideia de estruturas compartilhadas de opressão, onde “as mulheres” vão ser submetidas,, Visões globalizantes como essas são marcadas pelo privilégio de classe e raça, rejeitando a multiplicidade das intersecções culturais, políticas e sociais das “mulheres” (BUTLER, 2003, p. 35). A autora rejeita a concepção de unidade do sujeito do feminismo como requisito para a luta política feminista: mesmo quando busca-se pelo “diálogo” é preciso considerar como essa noção é culturalmente específica e permeada por relações de poder que vão condicionar e limitar as possibilidades dialógicas. Assim, sua visão aponta para unidades provisórias que podem emergir em contextos de ações concretas.

O reconhecimento em Butler distancia-se da concepção defendida por Fraser: as teorias do reconhecimento, entre elas a de Fraser, pressupõem um sujeito preexistente, que luta pelo reconhecimento. Para Butler, a luta pelo reconhecimento é um ato de transformar a si. Quando se é reconhecido, deixa-se o *Eu anterior*, tornando-se o *Eu reconhecido*. O mesmo é válido para quem reconhece: a humanidade de si mesmo é alterada quando se reconhece a humanidade do outro. Tal ideia implica uma dialética do reconhecimento, envolvendo uma "transformação do outro que reconhece, que pode se autorreconhecer como ameaçado pela necessidade de reconhecer aquele que interrompe sua visão de completude" (PINTO, 2016, p. 1084).

As inúmeras manifestações pró e contra Butler demonstram os impactos de sua concepção teórica. A autora é alvo de inúmeras críticas, seja entre as teóricas feministas ou entre setores conservadores. Seyla Benhabib e Judith Butler debateram sobre a necessidade de um sujeito do feminismo para a luta política ser possível e Nancy Fraser mediu esse debate na obra *False antitheses: a response to Seyla Benhabib and Judith Butler (1995)*. Assim, nota-se que os debates sobre gênero na contemporaneidade encontram-se ativos e possibilitam importantes reflexões sobre as desigualdades que afetam as mulheres e tornam possível (re)pensarmos diferentes conceitos centrais para a luta política feminista: gênero, identidade, orientação sexual, raça, etnia, classe, religião, entre outros. O saldo positivo encontra-se na própria existência desses debates e nas concepções teóricas distintas entre as autoras. Nas palavras de Butler, em entrevista concedida para a Boitempo após os ataques sofridos no Brasil pelos setores conservadores e religiosos, em novembro de 2017³¹:

Toda essas liberdades associadas ao movimento feminista, ao movimento LGBT desestabilizam uma ideia mais tradicional de dominação masculina sobre a família e a ideia de que o casamento heterossexual e reprodução heterossexual são, de alguma forma, mandamentos de Deus ou da Bíblia [...] o mundo que os conservadores querem destruir, o mundo gay e lésbico, o mundo feminista, já é muito poderoso. Eles não têm nenhuma chance de destruí-lo. E eles realmente sabem que não é apenas muito poderoso, como está se tornando mais poderoso, está se tornando mais aceito. E quanto mais aceito é, mais raiva eles ficam.

³¹ Boitempo, Judith Butler no Brasil, Quem tem medo de falar sobre gênero? [legendado], Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cozmjJpMakM>. Acessado em: 17.jan.2018.

2.2 SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA E IDENTIDADE EVANGÉLICA

Como já foi mencionado, há diversos trabalhos explicando as razões da sub-representação feminina no Brasil e sua permanência. As explicações para essa permanente desigualdade política das mulheres varia conforme a perspectiva teórica adotada nas análises. De forma geral, alguns estudos apontam o caráter institucional das regras do jogo político (ARAÚJO, 2013) que dificulta a inserção das mulheres na política representativa; outros apontam as barreiras nos partidos políticos para apoiar, efetivamente, candidaturas femininas (GROSSI; MIGUEL, 2001). Ainda que tais fatores sejam importantes e devam ser considerados para fins de análise, também deve-se incorporar a relação entre os papéis de gênero e a lógica da dicotomia entre público e privado como importantes causas da exclusão das mulheres da arena decisória e de outros espaços de poder. Conforme Pateman (2013, p. 55), “a dicotomia entre o privado e o público é central para quase dois séculos de escrita e luta política feminista”.

Para Iris Marion Young (2013, p. 318), a teoria política normativa e a prática política moderna são permeadas pela distinção entre o universal e público, de um lado, e o particular e privado, de outro. O ideal de espaço público (racional e universal) é construído por meio da exclusão dos desejos e afetos. Como consequência, a exclusão das mulheres possibilitou a criação de um público cívico, supostamente racional e despido de qualquer afeto. Assim, reconhece-se um ideal de sujeito político, guiado pela razão, que vai conduzir “a política” de forma impessoal e imparcial. O uso dessa razão justificou a exclusão feminina do espaço da política, pois as mulheres sempre foram associadas ao cuidado e aos afetos/sentimentos. Nessa visão, é o homem branco, heterossexual e burguês que cumpre os critérios aparentemente universais que imperam na sociedade civil (PATEMAN, 2013; MIGUEL, 2001; KRITSCH, 2012).

Alegam que, ao construir um ideal de esfera pública e instituições políticas fundadas numa moral racional, pretensamente imparcial e universal, a sociedade moderna teria desvalorizado e excluído a experiência moral das mulheres mais particularista, específica e afetiva. Incorporar as mulheres à esfera pública significaria exigir delas que abandonassem sua identidade particular em nome de uma universalidade que lhes é alheia (SORJ, 1992, p. 145).

Cada vez mais as teóricas feministas apresentam críticas ao paradigma do direito e da justiça. Ainda que se reconheça a importância dessas críticas, elas mantêm uma distinção entre público e privado, com papéis separados entre cada uma dessas esferas (entre justiça e cuidado). Para Young (2013, p. 306) deve-se questionar o próprio ideal de imparcialidade como um ideal adequado para qualquer contexto concreto. É impossível obter um nível de impessoalidade e imparcialidade em qualquer uma dessas esferas: a existência de um universal implica reconhecer o não universal, o que é diferente. “A diferença se torna, assim, uma oposição hierárquica entre o que está dentro e o que está fora da categoria, valorizando mais o que está dentro do que o que ficou de fora” (YOUNG, 2013, p. 312). Desse modo, os ideários de imparcialidade cumprem funções ideológicas que legitimam a exclusão feminina nos cargos de poder.

A relação entre feminismo e liberalismo sempre foi complexa. Ambas doutrinas surgem no nascimento do individualismo, pautando-se pela liberdade e igualdade na vida social. Apesar das duas teorias compartilharem de uma base comum (o indivíduo), elas se afastam gradualmente: o feminismo tem criticado de diferentes formas, desde 200 anos atrás, a dicotomia entre público e privado defendida pelos teóricos liberais (PATEMAN, 2013; KRITSCH, 2012). A crítica ao caráter patriarcal do liberalismo tem importância para a maioria das teóricas feministas: quando esses debatem temas do individualismo, eles tendem a excluir as mulheres das discussões – as mulheres se encontram, portanto, excluídas do universal. Como consequência, mulheres e homens são tratados de forma desigual nos espaços públicos e privados, cabendo às primeiras o exercício das tarefas domésticas, do cuidado e proteção. Os homens, sobretudo os brancos e heterossexuais, por outro lado, possuem domínio em ambas esferas: eles participam da esfera pública, onde acessam cargos de maior remuneração e status social, além de costumarem atuar como os chefes da família (PATEMAN, 2013).

Visando valorizar essas funções sociais que são majoritariamente exercidas pelas mulheres, algumas feministas vincularam-se à ética do cuidado e afirmaram que as mulheres possuem uma ética distinta dos homens, principalmente quanto aos princípios de justiça e igualdade. O ponto de partida para o desenvolvimento dessas teorias se deu a partir das pesquisas de Carol Gilligan (1977), em que apontou que as mulheres vivenciam o mundo por meio da interdependência e conexões, com relações morais baseadas no cuidado com os outros – as mulheres

seriam acostumadas a cuidar de outros indivíduos, em especial dos mais indefesos. Por outro lado, a experiência dos homens estaria ligada à independência e separação, com fronteiras delimitadas de separação de si e dos outros (SORJ, 1992; MIGUEL; BIROLI, 2013). Por seu turno, a psicanalista Nancy Chodorow (1997) apontou que os padrões de socialização das crianças são os principais responsáveis por perpetuar essas relações, sobretudo nos arranjos familiares nucleares: as filhas mulheres teriam maior proximidade à mãe e internalizariam os padrões de relacionamento baseados no cuidado, enquanto os pais estariam distantes do processo de criação de seus filhos.

Os resultados dessas pesquisas possibilitaram a construção da teoria conhecida como pensamento maternal (*maternal thinking*) difundida pelas autoras Jean B. Elshtain (2005), Sarah Ruddick (1995) e Virginia Held (2005). Essas autoras defenderam que a ética distinta das mulheres traria contribuições positivas para a esfera pública; dessa forma, a defesa para a inclusão das mulheres no espaço público, inclusive na esfera da política institucional, derivaram dessa sensibilidade moral distinta compartilhada por todas as mulheres: "dar espaço à representação política feminina seria dar voz, nas discussões públicas, a esta outra sensibilidade, que hoje permanece circunscrita à esfera doméstica" (MIGUEL, 2001, p. 257-258). Assim, as mulheres levariam seus atributos de cuidado e proteção para o campo da política representativa, tornando a atividade política mais branda – já que, na concepção dessas autoras, a agressividade encontrada na atividade política é ligada aos homens que dominam esse campo (MIGUEL, 2001; RAMOS, 2015).

A visão da ética do cuidado foi criticada por outras teóricas feministas (MOUFFE, 2003), as quais consideram que essa vertente assume uma postura essencialista sobre a identidade feminina: a diferença feminina não aparece como natural e inerente aos aspectos biológicos; porém, ela assume centralidade no pensamento das autoras de tal forma que, no limite, encontra-se naturalizada (BIROLI, 2018). A concepção de que as mulheres tornariam a política mais branda também não se sustenta, pois a experiência concreta mostra que as mulheres e homens assumem comportamentos semelhantes quando acessam os cargos políticos. Em que pese às mulheres, quando exercem a representação política, assumirem com maior frequência os temas "sociais" (*soft politics*) do que os "econômicos" (*hard politics*), esse envolvimento não é apenas uma escolha das mulheres: muitas vezes é o único nicho que elas conseguem acessar quando eleitas

(MIGUEL, 2001). Além disso, critica-se também o tratamento rígido conferido à oposição entre o mundo público e o privado reforçado nessa visão do pensamento maternal: a dualidade tradicional encontrada no discurso filosófico liberal é reproduzida por esse discurso feminista, conduzindo a consequências negativas que, no limite, naturalizam os papéis sociais de homens e mulheres na sociedade e as condicionam a tarefas ditas “femininas” (SORJ, 1992).

Os argumentos contemporâneos encontrados tanto em algumas correntes feministas como no liberalismo reforçam a ideia da dicotomia entre público e privado, tomadas como categorias distintas e separadas. Assim, os debates sobre tais temas incorrem no erro de separá-los rigidamente ao longo das discussões e análises; entretanto, muitas vezes esses conceitos são permeados de ambiguidades e pouco definidos. Okin (2008) utiliza os termos de público/doméstico em suas análises e aponta para as consequências negativas da divisão sexual do trabalho e como elas condicionam as mulheres às tarefas ligadas ao doméstico (KRITSCH, 2012).

As tarefas da ordem privada e familiar associadas ao “feminino” desafiam as mulheres que buscam cargos de poder: o cuidado dos filhos e demais familiares, as tarefas domésticas e toda a organização desse espaço são designados às mulheres (GROSSI; MIGUEL, 2001). Seyla Benhabib argumenta que tal enclausuramento das mulheres às esferas tipicamente femininas de atividades acarreta uma exclusão do debate público (KRITSCH, 2012, p. 26-27). Desse modo, "as tensões existentes na tentativa de conciliar a carreira política e a vida familiar indicam que a 'dicotomia entre público e privado', temática tão cara ao discurso feminista [...] é um ponto central com o qual as mulheres se defrontam no cotidiano" (GROSSI; MIGUEL, 2001). O trabalho invisível ocupa considerável tempo e dificulta o crescimento profissional das mulheres; por exemplo, a carreira política e o processo eleitoral demandam tempo livre e energia: as candidatas percorrem cidades em busca de votos, participam de comícios, reuniões partidárias, entre outros. Muitas vezes, pela incumbência de tarefas da esfera doméstica ser designada às mulheres, elas precisam balancear a vida pública com essas atividades, enquanto os homens dedicam-se quase exclusivamente à carreira pública (PINTO, 2001; MIGUEL; BIROLI, 2013; GROSSI; MIGUEL, 2001). Tal assimetria impacta e se evidencia nos resultados eleitorais: as mulheres que ultrapassam o obstáculo das urnas são poucas e constituem uma pequena parcela entre os eleitos.

A inclusão feminina na política institucional é relevante para sanar o déficit democrático de representação política das mulheres. Esse grupo encontra-se subordinado na economia, nas relações familiares e na sociedade em geral. A modificação de tal situação dificilmente será alcançada sem uma representação política com a maior participação de mulheres na construção de políticas públicas (MATOS, 2008). Se metade do congresso nacional brasileiro fosse formado por mulheres, a presença de debates sobre violência de gênero e aborto poderia ser maior (PINTO, 2010). A ampliação da representação política feminina é uma questão importante por si só, e uma maneira de contestar a exclusão da maioria da população; é importante também para transformar a agenda política (PHILLIPS, 2009, p. 234) e possibilitar a visibilidade das mulheres em cargos de poder.

Porém, é fundamental não confundir a maior inclusão de mulheres na política representativa com a visão de que mulheres, por si só, representam os “interesses das mulheres”. Visões como essa são essencialistas e estimulam a ideia de que qualquer mulher pode representar todas as mulheres; obscurecendo as diferenças de poder entre as próprias mulheres. Phillips (2013) defende a tese de que a política das ideias pode sobreviver sem a presença. É possível; por exemplo, que ideias feministas sejam postas em prática em um parlamento formado por homens (PINTO, 2010, p. 18). Para ela, a política das ideias é um veículo inadequado para tratar da exclusão política, mas é preciso reconhecer que os ganhos na defesa de uma política da presença são baixos (PHILLIPS, 2001, p. 289). Assim, a esperança de um sistema de representação mais justo pode ser encontrada na relação entre ideias e presença, e não na oposição falsa entre ambas.

A reflexão teórica de Phillips (2001; 2009; 2013) embasa a análise sobre as mulheres evangélicas na política institucional brasileira. O fato de elas acessarem espaços na política institucional não implica que elas estejam representando indiscriminadamente todas as mulheres e tampouco que os temas de uma agenda feminista serão colocados em prática por elas. Diversas mulheres acessam o campo da política e defendem posições antifeministas, apresentando as questões de gênero sob um viés conservador e moralista. As inúmeras manifestações de mulheres que visam combater a "ideologia de gênero", o direito ao aborto legal e o próprio feminismo demonstram as implicações de encerrar a justiça de gênero no simples acesso das mulheres à representação política (PHILLIPS, 2001; 2009; 2013). Por exemplo, a postura conservadora, evidenciada nos debates ocorridos em

2014, visava impedir discussões de gênero no espaço escolar (ROSADO-NUNES, 2015; SEFFNER, PICCHETTI, 2016), assim como em 2017, quando a garantia do direito ao aborto legal esteve ameaçado pela PEC 181 pelos setores conservadores-religiosos no Congresso Nacional.

Por outro lado, uma política centrada apenas nas ideias pode ser insuficiente para responder adequadamente às experiências concretas de grupos que, em virtude de sua raça/etnia, gênero, sexualidade, religião, foram excluídos da arena decisória. A inclusão política, cada vez mais, volta-se para a presença. Portanto, abordar a ausência feminina na representação política implica debater a complexa relação entre mulher e poder (PINTO, 2010). As relações de poder e de dominação em que as mulheres se encontram são fundamentais para compreender a exclusão feminina dos espaços decisórios da esfera pública.

2.3 IDEOLOGIA DE GÊNERO: ANTECEDENTES E SEU USO POLÍTICO ATUAL

A Organização das Nações Unidas (ONU) inaugurou, no final dos anos 70, a Década da ONU para a Mulher (1976 – 1985), período marcado pela organização feminista em torno dos direitos humanos das mulheres, culminando em importantes transformações na década de 1990 (SOUZA; FARIAS, 2009). Nesse momento, os direitos humanos passam a discutir temas ligados à equidade de gênero, à diversidade sexual e, também, aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Considera-se que, nos anos 90, o movimento feminista internacional efetuou um “giro teórico-político quanto a sua agenda estratégica e organizativa” (VIGOYA; RONDÓN, 2017, p. 119). As demandas do movimento feminista foram refletidas em diferentes projetos e iniciativas que alteravam as políticas públicas e eram marcadas pela equidade de gênero. A partir dos avanços conquistados pelo movimento feminista, cada vez mais, as ONGs ligadas ao feminismo e à causa LGBT pleitearam um espaço nas grandes conferências internacionais. Entre elas, destacam-se a Conferência do Cairo, em 1994, e a Conferência de Pequim, em 1995. Reconhece-se ambas as conferências como fundamentais por incluírem as ideias da saúde sexual e reprodutiva, priorizando o seu acesso às mulheres e, também, pela inclusão da palavra gênero em seus documentos oficiais.

A década de 1990 também é marcada por intensas transformações em nível mundial, em especial no campo de direitos humanos voltados às mulheres e à

população LGBT. Essas transformações são decorrentes de e se relacionam diretamente com o surgimento das discussões anti-gênero que vem alastrando-se em diferentes países europeus, como na Alemanha, Bélgica, Espanha, França entre outros e também na América Latina, principalmente na Argentina, Colômbia, Brasil e Equador (VIGOYA, 2017).

O conceito de gênero, nos anos 90, foi definido a partir da perspectiva de diferentes teóricas feministas. De forma geral, o uso do gênero nos documentos oficiais representou o reconhecimento “da construção social da diferença sexual” (VIGOYA, 2017, p. 224). Assim, o uso desse conceito na Conferência de Pequim e o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos na Conferência do Cairo conduziu a uma reação imediata dos delegados que representavam países localizados na América Latina, no Norte da África e no Oriente Médio e também o Vaticano. Eles insistiam que os documentos finais substituíssem a expressão de “gênero” por “sexo” e acusavam as “feministas de gênero” ou “feministas radicais” como as responsáveis por desconstruir o sistema binário do sexo. Associaram o gênero ao trabalho da feminista Anne Fausto-Sterling: “essa teoria, desconhecida para a maioria das mulheres que participaram da Conferência, foi utilizada por esses setores conservadores para gerar ‘uma onda de pânico moral’” (CORRÊA apud VIGOYA, 2017, p. 225).

Entre os presentes nessas conferências estava a escritora e ativista Dale O'Leary, representante da National Association for Research & Therapy of Homosexuality e da Family Research Council. Ela foi a responsável por alertar as redes cristãs da perversidade que as “feministas de gênero” estavam difundindo nas conferências internacionais. Ainda antes da Conferência de Pequim, ela alertou para os “perigos” da “ideologia de gênero”³². Essas ideias rapidamente foram apropriadas pela Igreja Católica e desde então, o Vaticano tem advertido sobre os perigos dessa ideologia, assumindo protagonismo na campanha anti-gênero que se alastrou para diversos países. Em especial, essa campanha propagava que a “ideologia de gênero” atua enquanto uma “colonização ideológica”, ou seja, a igreja católica se apropria dos discursos pós-coloniais para defender que a estrutura familiar mais “pura” encontra-se em países do sul global, onde os vícios da modernidade ainda não a destruíram (VAGGIONE, 2017).

³² Dois anos após a Conferência apresentou sua formulação no livro *The Gender Agenda*, alertando sobre as consequências nefastas da “ideologia de gênero”.

A oposição à categoria de gênero não se constituiu em um monopólio apenas da Igreja Católica, em que pese seu importante papel. Nos últimos dez anos, observamos a emergência de diversos movimentos anti-gênero, se alastrando por diferentes contextos nacionais, especialmente aqueles ligados às igrejas evangélicas (BRACKE; PATERNOTTE, 2016), aos fundamentalistas espíritas (MIGUEL, 2016) e, até mesmo, aos movimentos não confessionais que acreditam na visão biológica da diferença sexual (KUHAR; ZOBEC, 2017). É interessante observar que os argumentos mobilizados para “barrar” a “ideologia de gênero” englobam visões ligadas à religião; por exemplo, na defesa dos preceitos divinos e da leitura bíblica, e também argumentos biológicos/naturais, onde homens e mulheres possuem papéis determinados e complementares para manter a reprodução da humanidade. A concepção da complementaridade entre os sexos encontra-se na gênese dos principais argumentos contrários à “ideologia de gênero”.

In other words, 'gender theory', alluding to the idea that there is a coherent body of scientific work known as 'gender theory' (which is not the case), became a synonym for some kind of conspiracy theory, aiming at a cultural revolution in which biological facts about men and women will be denied and fluidity of gender will be promoted. 'Gender theory' is therefore constructed as a project of social engineering where men are no longer masculine and women are no longer feminine and one is free to choose one's own gender and sexual orientation, even 'several times a day' (KUHAR; ALEŠ, 2017, p. 34).

Essa empreitada anti-gênero também envolve a oposição à “ideologia feminista”, segundo a qual, conforme a interpretação dos propulsores desse movimento, as mulheres desejam ser libertas da heterossexualidade e, por consequência, a família tradicional está ameaçada. Além dessa ameaça, há outras relacionadas ao divórcio, ao casamento infantil, à poligamia, ao aborto, à união entre pessoas do mesmo sexo e, até mesmo, à eutanásia. Todas elas possuem uma conexão que as une: ameaçam a família heteronormativa e, no limite, impõem ameaças à humanidade (BRACKE; PATERNOTTE, 2016). De forma geral, percebemos que o discurso contra “a ideologia de gênero” atua como um aglutinador de diferentes posições que afetariam a estrutura dessa família tradicional, composta por um homem, sua esposa e seus filhos. Nessa visão de “família tradicional” observa-se uma recorrência: o homem é colocado como o elo principal, aquele que detém o controle sobre o restante da família, a qual é composta por “sua mulher” e “seus filhos”.

Não é encontrada, entre os segmentos conservadores, uma definição precisa do que entendem por “ideologia de gênero”. Adotamos neste trabalho a visão defendida por Mayer e Sauer (2017), de que o potencial da “ideologia de gênero” reside, justamente, na sua fluidez e pluralidade de sentidos. Assim, a “ideologia de gênero” age como um significante vazio. Esse é um conceito fundamental para compreender a amplitude e os impactos da ideologia de gênero em diferentes países.

The creation of a frontier works through a ‘signifier representing the chain as a totality’, and the process of representation of a totality by a particular demand through equivalential chains is called ‘hegemony’. To create hegemony, the chain of equivalences needs to be extended, while its “connection with the particularistic demands which assume the function of universal representation” becomes weaker and weaker (MAYER; SAUER, 2017, p. 23).

Kuhar e Zobec (2017) alertam para os múltiplos significados que os discursos anti-gênero assumem. Com isso, localizamos duas consequências primordiais que alimentam os movimentos anti-gênero. Primeiro, por sua imprecisão, que possibilita a diversos setores conservadores se aglutinarem e formar coalizões para combater a ideologia de gênero. Ou seja, é possível encontrar segmentos ligados à igreja católica, defendendo tanto a ideia da complementaridade entre os sexos com base na doutrina cristã como na ideia da “natureza” imutável, encontrada nas ciências naturais (VAGGIONE, 2017). Nesta equação, os setores seculares se afastam de argumentos religiosos e sustentam seus argumentos contrários à ideologia de gênero com um embasamento científico, especificamente usando argumentos da biologia - ciência que, supostamente, não pode ser contestada³³. Dessa maneira, o secularismo estratégico capta diversas manifestações de resistência à ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos, de outros direitos associados às mulheres e às pessoas LGBT (VAGGIONE, 2017).

Em segundo lugar, os ataques à ideologia de gênero podem ser direcionados para diversos setores da sociedade. Essas acusações variam conforme cada contexto particular, mas são fruto do antagonismo “nós” contra “eles”. Assim, diferentes lutas pela ampliação de direitos às mulheres e à comunidade LGBT são colocados, neste discurso, como propulsores da ideologia de gênero, que visa

³³ Para ver mais sobre esse tema, conferir os trabalhos de Fabíola Rohden, especialmente: ROHDEN, F. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, Coleção Antropologia e Saúde. (2001).

“destruir” as famílias. Os alvos desse movimento podem ser as feministas que defendem a “autonomia do corpo feminino”, o direito ao aborto seguro e gratuito, o divórcio e, por isso, são vistas como aquelas que querem destruir a feminilidade e promover a destruição da família. De forma semelhante, essas acusações se direcionam para a comunidade LGBT que, segundo a visão anti-gênero, deseja impor a homossexualidade às crianças. Os ataques anti-gênero também são direcionados às Universidades. Há um senso comum de que a produção da “ideologia de gênero” é elaborada nos espaços universitários, especialmente nos cursos das chamadas “ciências humanas”. Sendo assim, o caráter científico das áreas humanas e, sobretudo, da produção de pesquisas na área de gênero e feminismo são contestados por seu caráter “ideólogo” e “anti-científico”.

No Brasil, as manifestações contra a “ideologia de gênero” assumiram características muito semelhantes às aquelas observadas em outros países. Há certas particularidades encontradas no contexto brasileiro; por exemplo, o projeto de lei “Escola sem Partido”, que circula em diferentes câmaras municipais e no Congresso Nacional, o qual busca impedir qualquer debate sobre temas considerados “ideológicos”. Para os propulsores das campanhas anti-gênero, as ideologias são ligadas ao campo teórico-político da esquerda, fruto do “marxismo cultural”. Entre as justificativas para este projeto, destacam-se a proteção às crianças da doutrinação ideológica marxista e feminista, valores considerados adversos à sociedade. Sendo assim, seus alvos são as/os professoras que abordam esses temas em suas aulas, especialmente nas aulas das “Ciências Humanas” (história, filosofia e sociologia) (MIGUEL, 2016). Portanto, o processo educacional é um dos alvos preferenciais dos movimentos anti-gênero. Por sua vez, o contraponto à suposta ideologia propagada pela esquerda reside na neutralidade e na ausência de ideologias. Essa neutralidade, conforme seus precursores defendem, reside no campo das ciências exatas e naturais. Em linhas gerais, é possível concluir que o processo educacional se constitui como uma arena de disputas sobre verdades e saberes (FOUCAULT, 2010).

Os movimentos anti-gênero devem ser compreendidos como importantes atores na produção do ativismo religioso conservador que tem se materializado no espaço da política institucional. Os segmentos religiosos também compartilham a visão de que suas crenças morais são suprimidas pelos setores progressistas da população, colocando-os em desvantagem frente aos últimos (MACHADO, 2018).

Tal visão foi veiculada em inúmeros discursos de conservadores e das religiosas no Congresso Nacional brasileiro. As considerações acima apontam que estamos diante de uma reação dos setores conservadores e religiosos aos avanços do movimento feminista e LGBT conquistados nos últimos anos. Tal reação pode ser compreendida como um *backlash*³⁴ que afeta diretamente a produção de conhecimento no espaço escolar, a formulação de políticas públicas, entre outras iniciativas. A citação de Vigoya (2017) sintetiza o cenário político no país:

En Brasil, este espacio se convirtió en un escenario de enfrentamiento de discursos antagónicos o contradictorios alrededor de los derechos de género y sexualidad, entendidos bien como garantes de la libertad y la individualidad, bien como mecanismos de control y exclusión de ciertos modos de vida (VIGOYA, 2017, p. 1).

No próximo capítulo serão abordadas as trajetórias políticas das 29 vereadoras evangélicas. Dessa forma, os dados sobre a distribuição regional e ideológica dessas representantes serão analisados, assim como o papel exercido pelas denominações evangélicas em suas trajetórias e campanhas eleitorais. Também serão verificados como os diferentes capitais (político, midiático e familiar) foram acionados por essas representantes evangélicas.

³⁴ Conceito extraído da obra *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*", publicado em 1991 e escrito pela jornalista e feminista Susan Faludi. O conceito *backlash* surge para denunciar as mentiras antifeministas que se alastraram durante os anos 80. "Este refluxo antifeminista, ou backlash, é extremamente insidioso: travestido de versão popular da Grande Mentira, enfeita-se pomposamente com um halo de verdade e proclama que as mesmas iniciativas que levaram a mulher a uma posição superior foram responsáveis pela sua ruína. O backlash é ao mesmo tempo requintado e banal, decepcionantemente 'progressista' e orgulhosamente retrógrado. Ostenta as "novas" descobertas da "pesquisa científica", assim como o moralismo bolorento do passado; transforma em notícias de TV tanto a oratória psicologizante dos analistas de tendências, quanto a frenética retórica dos defensores da Nova Direita" (FALUDI, 1991, p. 17).

3 TRAJETÓRIA POLÍTICA DAS VEREADORAS EVANGÉLICAS

As pesquisas dedicadas a analisar a interação entre segmento evangélico e o campo da política tendem a seguir duas vertentes: a primeira objetiva analisar as propostas e os discursos dos legisladores evangélicos, enquanto a segunda avalia o desempenho nas urnas dos mesmos e mapeia qual a origem sociodemográfica dos seus votos. De forma geral, esse conjunto de estudos dedica seu foco para as esferas estaduais e federais, identificando-se uma lacuna de análises que verifiquem o desempenho dos evangélicos nas eleições municipais (MARIZ, 2017, p. 72). Assim, o recorte desta dissertação deriva dessa lacuna e também da importância política-eleitoral das capitais na composição organizativa do país. Para fins da presente análise, foi criado um banco de dados com as informações coletadas no site do TSE e nas páginas oficiais das vereadoras eleitas nas 15 capitais no referido ano.

Os estudos sobre a trajetória das mulheres na política institucional enfatizam uma série de variáveis que são fundamentais para entender as rotas de acesso à política que são acionadas pelas representantes eleitas (ARAÚJO, 2010). O presente capítulo se orienta a partir desses estudos, em que as variáveis regionais, ideológicas e do pertencimento religioso serão consideradas, bem como a análise do capital acionado durante as campanhas eleitorais das referidas vereadoras, possibilitando assim responder os seguintes questionamentos: (1) Como elas entraram para a política representativa?; (2) Qual o papel exercido pelos atores religiosos e familiares durante suas trajetórias? (3) Quais elementos são mobilizados para maximizar seu desempenho eleitoral?

O resultado da eleição de 2016 indicou que foram eleitas 74 vereadoras nas 15 capitais selecionadas e, dessas, 29 eram evangélicas (27%). Em linhas gerais, constatou-se um predomínio de eleitas nas regiões nordeste (11) e sudeste (9), resultado semelhante ao observado em pesquisas sobre a eleição de Deputadas Federais evangélicas entre os anos de 2002 e 2014³⁵. Além disso, essas duas

³⁵ SCAPINI, Gabriela. A nova onda evangélica: as campanhas eleitorais das deputadas federais evangélicas (2002-2014). In: Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: EST, v. 5, p.229-246, 2017.

regiões são aquelas onde as igrejas evangélicas possuem maior penetração, demonstrando uma correlação positiva entre o crescimento das igrejas evangélicas e a eleição de seus representantes. Por exemplo, a baixa eleição de vereadoras evangélicas na região sul é fruto da menor penetração das igrejas (neo)pentecostais na região, pois no sul ainda predominam os evangélicos protestantes históricos, denominações que possuem menor envolvimento no campo da política institucional (CARVALHO; ORO, 2017). Também é importante destacar que nessas duas regiões as mulheres também obtiveram maior representação política; juntas elas elegeram mais da metade do total de vereadoras eleitas nas 15 capitais analisadas³⁶. Dessa forma, no quadro a seguir é possível identificar quais as regiões do país que mais elegeram vereadoras do segmento evangélico.

Quadro 3 – Vereadoras Evangélicas x Distribuição Regional (2016)

Região	Vereadoras Evangélicas	
	N	%
Nordeste	11	38%
Sudeste	9	31%
Norte	6	21%
Centro-Oeste	2	6,6%
Sul	1	3,3%
Total	29	100%

Fonte: TSE (2016). Elaborado pela autora.

O partido político e a distribuição interpartidária também são variáveis importantes para a análise desenvolvida nesta dissertação. Os partidos políticos exercem papel central em democracias representativas e atuam como um elo entre a sociedade civil e o aparelho estatal, assumindo importantes funções para a manutenção democrática³⁷; conforme determina a legislação brasileira, não é possível lançar-se à disputa eleitoral sem ser filiado/a à uma legenda. Mesmo reconhecendo a fluidez ideológica do sistema partidário brasileiro e a dificuldade decorrente ao enquadrá-los no continuum esquerda, centro e direita, optou-se por manter essa díade na presente análise (MADEIRA; TAROUCO, 2015). Constatou-se

³⁶ As informações sobre a eleição das vereadoras não evangélicas e evangélicas encontra-se na Tabela 3, na página 22 desta dissertação.

³⁷ A interação entre os partidos políticos e as igrejas evangélicas ainda necessita ser melhor estudada para que sejam feitas maiores considerações sobre o impacto da religião no funcionamento das legendas partidárias nacionais.

que as 29 vereadoras evangélicas foram eleitas majoritariamente por partidos de direita e/ou centro, conforme os dados do quadro abaixo demonstram³⁸:

Quadro 4 – Vereadoras Evangélicas x Distribuição Ideológica (2016)

Eixo Ideológico	Vereadoras Evangélicas	
	N	%
Direita	20	69%
Centro	6	21%
Esquerda	3	10%
TOTAL	29	100%

Fonte: TSE (2019). Elaborado pela autora.

Estudos sobre a preferência partidária e os evangélicos apontam que os membros desses segmentos tendem a ser eleitos por partidos de direita ou de centro, ainda que os partidos de esquerda também estejam abrindo espaço para os fiéis evangélicos. A conexão entre os partidos de centro-direita com esse segmento religioso é fruto dos valores tradicionais e conservadores que são encontrados em ambos os grupos. Por exemplo, observa-se que os representantes evangélicos da Frente Parlamentar Evangélica tendem a se unir com os demais políticos conservadores a fim de aprovar projetos de lei que são do interesse dos segmentos religiosos e conservadores.

3.1 CAPITAL PARA ENTRADA NA POLÍTICA

A entrada de mulheres na esfera da política institucional é objeto de análise em uma série de trabalhos, os quais destacam constrangimentos e dificuldades que elas enfrentam para acessar os espaços de poder, sobretudo quando se posicionam como as protagonistas de suas carreiras (VIEGAS; FARIA, 1999). Em linhas gerais, são apontados três principais recursos necessários que ampliam as chances de sucesso nas urnas: dinheiro para financiar as campanhas eleitorais, o tempo livre para formação política e dedicação política, bem como a existência de redes de contato (capital social). A literatura também aponta que grupos subalternos possuem menor acesso a esses recursos, os quais são essenciais para a inserção no campo da política (MIGUEL, 2005). Para fins da presente dissertação, serão analisadas as

³⁸ PRB (7), PSD (3), PSC (2), PHS (2), PR (1), PP (1), DEM (1), PATRI (1), PROS (1), MDB (3), PSDB (3), PSB (2), PDT (1).

redes de contato dessas 29 vereadoras selecionadas. No campo de estudos da ciência política, coexistem explicações diferentes sobre o capital social, implicando em distintas análises sobre a sub-representação feminina. Em vista disso, optou-se por adotar a visão institucionalista derivada da obra de P. Bourdieu (1989).

Já foi identificado que a política institucional é um espaço adverso às mulheres e, por vezes, elas precisam se ancorar em outros atores ligados à família e/ou às igrejas para acessar o campo político e também ampliar as probabilidades de sucesso eleitoral. O núcleo familiar das vereadoras se relaciona diretamente com os tipos de capitais acionados para a entrada no campo da política. Dessa forma, adota-se o conceito de capital social derivado da obra de P. Bourdieu. Tal conceito indica o reconhecimento conferido aos indivíduos para que eles sejam aceitos como atores políticos. Ademais, o capital político é um capital simbólico e só existe quando há seu reconhecimento pelos membros que compõem o campo político (MIGUEL; MARQUES, MACHADO, 2015).

A partir das considerações de Bourdieu sobre o conceito de capital político, é possível elaborar uma divisão tríplice desse conceito: (a) *Capital Delegado* corresponde ao capital que os funcionários públicos possuem – um capital conectado à instituição. O político é, de fato, depositário de um capital que não pertence a ele, mas à organização qual ele pertence; (b) o *Capital Convertido* indica uma forma de capital obtida em outras áreas e transferida à política. Assim, prevê-se uma "taxa de conversão" para que esse capital torne-se um *capital político* – reconhecido e legitimado para acessar o campo da política. A conversão de capital é mais recorrente nos candidatos/as sem relação direta com o campo da política: celebridades, jornalistas, intelectuais, atores do campo religioso (bispos/pastores), esportistas, dentre outros. Ademais, essa taxa de conversão varia conforme a especificidade de cada capital que será convertido. Quanto mais distante ele for das discussões públicas, mais alta será a sua taxa. Por exemplo, intelectuais tendem a ter menor taxa que os esportistas; e (c) *Capital Heroico* associado a lideranças carismáticas, sendo mais comum em conjunturas de crise política ou econômica.

Face a essa tipologia, utiliza-se uma adaptação dos dois primeiros tipos de capital (delegado e convertido). Com isso, formulou-se uma tipologia composta por cinco capitais³⁹. Destaca-se que eles podem aparecer mutuamente na trajetória

³⁹ As autoras Miguel, Marques e Machado (2015) e Moritz (2017) também construíram tipologias baseadas nas obras de P. Bourdieu.

política de uma candidata e se somar para ampliar as chances do seu sucesso eleitoral. O primeiro tipo de capital é o *familiar*, no qual se herda a rede de apoio que pertence aos seus familiares – sejam eles os pais, maridos, irmãos, filhos, tios, dentre outros. Esse não é um capital exclusivo das mulheres, sendo também encontrado em estudos sobre trajetórias políticas masculinas (MORITZ, 2017). Porém, como os homens possuem maior facilidade para alcançar os postos elevados na hierarquia política, as mulheres recorrem mais a esse capital devido à dificuldade que enfrentam para acessar o campo da política. Dessa forma, é frequente que as mulheres ocupem os cargos deixados por eles. Na maioria das vezes, elas também são apresentadas como a "continuidade" do mandato eleitoral de seu familiar. Além disso, esse capital é mais recorrente em mulheres eleitas em partidos de direita (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

O outro capital é o *midiação*, obtido com a popularidade nas mídias eletrônicas de rádio, televisão e em redes sociais (web). Entram nessa categoria jornalistas, radialistas, esportistas, cantoras, atrizes, *youtubers* e celebridades em geral. A mídia é uma ferramenta fundamental para visibilizar candidaturas e é considerada um recurso de amplo alcance, sendo largamente utilizado no país e também em outras democracias ocidentais, tais como nos EUA e na Itália. Acrescenta-se que a existência desse capital também é associada ao sistema de lista aberta vigente no país, o qual prioriza o "personalismo" das candidaturas. Por seu turno, o capital *político* é obtido por meio do exercício de atividades políticas, principalmente no exercício de mandatos eletivos e/ou da liderança em partidos políticos (cargos dirigentes). Tal capital também é fundamental para ampliar as chances de (re)eleição, pois as candidatas apresentam como atuaram nos mandatos eletivos anteriores, o que as legitima para dar continuidade a suas atividades partidárias/eleitorais.

Considerado um dos capitais que assume maior atenção midiática nas últimas eleições, o capital *religioso* envolve o vínculo com a religião organizada, seja na posição de líder do movimento ou como figura autorizada por este. Entram nessa categoria as pastoras, bispas, obreiras, missionárias ou irmãs, as quais recebem apoio direto de suas denominações, entre elas as candidatas/representantes oficiais de suas igrejas. Em muitos casos, elas são casadas ou filhas de pastores/bispos que já ocupam cargos no campo da política, recebendo um duplo capital (familiar e religioso). Todas as vereadoras analisadas nesta dissertação se autoidentificam

como evangélicas. Sendo assim, o capital religioso está presente nas trajetórias dessas 29 representantes. Elas se enquadram no perfil de *religiosas políticas*, que conforme a tipologia proposta por Oro (2003) "são os sujeitos [...] que se utilizam deste pertencimento como capital político, mesmo que de forma sutil, e que, uma vez eleitos, mantêm o seu vínculo religioso de forma explícita" (CARVALHO; ORO, 2017).

Vinculado ao capital religioso, os membros de igrejas evangélicas tendem a atuar em redes de associativismo, conferindo um importante capital social⁴⁰. É importante apontar que, por vezes, a amplitude do *ativismo social* dificulta a sua precisão e, além disso, nem sempre é possível verificar se houve uma real atuação em determinado movimento/projeto assistencialista. A situação agrava-se ainda mais quando os dados sobre a vida pregressa das vereadoras não são totalmente acessíveis à consulta. Com isso, priorizou-se as falas em campanhas eleitorais que evidenciavam a participação nessas redes de associativismo, sobretudo quando associado ao capital religioso.

Apesar dessas vereadoras possuírem o capital religioso, observou-se que ele foi usado de distintas formas, variando conforme (a) o apoio que essas candidatas receberam de denominações evangélicas, o que resultou em uso mais extensivo da "identidade evangélica" durante os discursos de campanha eleitoral e (b) quando esse capital somou-se a outros, contribuindo para ampliar a visibilidade delas, aumentando numericamente a diversidade de atores que as apoiaram. Diante desse quadro analítico, o próximo item será orientado a partir dos seguintes eixos: (1) apoio das denominações evangélicas às candidatas evangélicas e (2) os tipos de capitais que se somaram ao religioso. Com isso, será possível identificar o papel exercido pelos atores religiosos e pelos familiares nas respectivas trajetórias e campanhas das 29 vereadoras. Também serão investigados quais tipos de capitais estiveram presentes nas campanhas eleitorais das vereadoras que foram mais exitosas nas urnas na disputa eleitoral pelo mandato eletivo.

⁴⁰ Em linhas gerais, esse capital pode ser obtido na atuação em movimentos sindicais, estudantis e demais formas de engajamento e participação da sociedade civil. Há maior recorrência dessa atuação em mulheres eleitas nos partidos de esquerda, em especial na atuação delas em movimentos sociais contestatórios (AUGUSTO, ROSA, RESENDE, 2016). Apesar dessa constatação presente nos estudos, há ainda que observar a atuação das mulheres em ativismos ligados à direita.

3.2 CANDIDATAS AUTORIZADAS VERSUS NÃO AUTORIZADAS: CAMPO POLÍTICO E RELIGIOSO EM DISPUTA

A análise do material biográfico das 29 vereadoras evangélicas apontou que elas estão vinculadas a distintas denominações evangélicas, sendo que as igrejas Assembleia de Deus (AD) e Universal do Reino de Deus (IURD) elegeram maior número de representantes. Também as Igrejas Batistas (IB)⁴¹ foram responsáveis pela eleição de quatro vereadoras; outras duas eleitas pertencem à Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD). As demais três vereadoras fazem parte de "denominações menores"⁴².

Há outras três vereadoras que não apresentaram vínculo religioso específico. Esse perfil religioso não é exclusivo dessas vereadoras, sendo também uma prática recorrente entre candidaturas evangélicas masculinas. Por exemplo, vinte e cinco dos 154 vereadores que alcançaram mandato nas capitais do país em 2016 evocaram a sua identidade evangélica "genérica"⁴³ (FRESTON, 2017). Algumas das razões para acionar essa identidade envolvem estratégias para maximizar os votos das candidatas sem base eleitoral ou que não são atuantes no segmento religioso.

Quadro 5 – Candidatas oficiais nas Denominações x Vereadoras Eleitas (2016)

Denominação	Candidatas oficiais nas Denominações	Vereadoras Evangélicas
AD	10	11
IURD	6	6
IB	2	4
IIGD	2	2
Outras	1	3
Genéricas	Não se aplica	3

Fonte: Biografia das candidatas (2016). Elaborado pela autora.

⁴¹ Entre as Igrejas Batistas, há duas representantes que pertencem as ramificações Caminho das Árvores e Getsemani.

⁴² Essas denominações foram agrupadas na categoria "Outras", incluindo as igrejas Comunidade da Graça, Ministério Internacional da Restauração e Manancial da Vida.

⁴³ Paul Freston (2017) chama os evangélicos sem denominação de *desdenominacionalizados*.

A análise demonstrou que todas as 29 vereadoras utilizaram o capital religioso durante as suas campanhas eleitorais. Porém, algumas mulheres que pertencem a pequenas denominações ou que não apresentam forte vínculo religioso construíram suas campanhas a partir outros capitais (midiático, familiar e político)⁴⁴ explorando a vinculação religiosa com menor frequência.

A partir dos dados coletados, constatou-se que 21 vereadoras usaram o capital religioso com maior intensidade durante suas campanhas eleitorais. O fato de elas se apresentarem como as candidatas/representantes "oficiais" das suas igrejas também impactou diretamente no maior uso da identidade evangélica em seus discursos de campanhas. Esse grupo de mulheres foi *autorizado* por suas igrejas para lançarem-se à disputa eleitoral. Assim, elas instrumentalizam seu capital político obtido através da sua vinculação religiosa, no qual a igreja de origem foi a primeira base eleitoral de sua candidatura (CARANZA, 2017, p. 90). Uma vez *escolhidas*, as igrejas usaram os cultos, as festividades religiosas e a mídia própria (rádio, televisão, jornal e Facebook) para tornar mais visíveis suas candidaturas (ORO, 2005). A ideia da escolha de candidaturas aparece nas falas de lideranças evangélicas.

Os candidatos evangélicos são pessoas escolhidas e não indicadas. São homens e mulheres de Deus, com Jesus Cristo no coração. Gente que irá assumir cargos públicos [...] para servir e não para ser servido. E que jamais participarão de atos desabonadores [e que deverão] oferecer as populações algo novo em matéria de representação popular (FOLHA UNIVERSAL apud CAMPOS, 2005, p. 52).

Ao todo, três em cada quatro eleitas receberam o apoio de bispos/pastores para ressaltar suas qualidades e pedir aos obreiros que as apoiassem. Assim, em diversos momentos elas usaram a "identidade evangélica" para atrair votos e ampliar as chances de sucesso (eleitoral) nas urnas. Importa também destacar que essas mulheres não atuaram de forma isolada; por exemplo, elas receberam apoio e integraram uma ampla rede de evangélicos que agem em diferentes frentes, especialmente na política institucional – a formação de bancadas evangélicas é observada tanto nas esferas municipal, estadual e federal (TREVISAN, 2013;

⁴⁴ A soma de capitais será detalhada na próxima sessão.

COWAN, 2014). Diversos *religiosos políticos* (2003) ou *políticos de Cristo* (2005)⁴⁵ apoiaram candidaturas das mulheres evangélicas, demonstrando a existência de uma articulação nacional em torno dos representantes que são apoiados por igrejas evangélicas, principalmente a IURD, AD e IB. Os dados obtidos também apontam uma preponderância de mulheres que competiam por um assento como as "representantes de Deus." O número de vezes que Deus foi mencionado durante as campanhas mostrou-se elevado: essa foi a palavra mais frequente no *corpus* analítico, obtendo 358 menções, conforme fica demonstrado na representação gráfica a seguir.

Figura 1 – Frequência de Palavras nas Campanhas Eleitorais (2016)



Fonte: Dados coletados em campo. Elaborado pela autora.

Diversas vereadoras no decorrer da campanha eleitoral de 2016 se posicionavam como "instrumentos" de Deus e/ou de suas igrejas, afirmando que foram escolhidas para lutar na "guerra" em defesa dos valores cristãos em suas

⁴⁵ Conforme Campos (2005, p. 49) os novos pentecostais desenvolvem o hábito de classificar os seus seguidores usando o adjetivo "de Cristo" após o substantivo, obtendo-se melhor visibilidade de sua presença no cenário social. Esse uso não é exclusividade de políticos e foi adotado em diversas situações, tais como os "atletas de cristo" entre outros.

respectivas cidades⁴⁶. Tal discurso foi identificado nas falas de 14 candidatas. Esse grupo específico de mulheres também afirmou que foram chamadas por Deus para cumprir essa missão. Contudo, elas ressaltaram que o acesso ao campo da política só seria possível caso fosse vontade de Deus. O relato da Bispa e Vereadora 13, Igreja Batista Caminho das Árvores, exemplifica esse ponto:

Eu já plantei muito trabalho em minha vida, aí veio esse chamado de Deus para a política. Eu falei meu Deus: eu? [...] e aquilo ardendo no meu coração [...] preciso das orientações do senhor. Me sinto pronta e preparada. É certa de que a vitória é nossa, pelo sangue de Jesus (VEREADORA 13, 27/08/2016).

Relatos semelhantes são recorrentes no material da campanha eleitoral de outras vereadoras evangélicas, inclusive daquelas que disputavam a reeleição. Esse é o exemplo da Missionária Vereadora 15, da Assembleia de Deus, que afirmou: "estar na política é um chamado verdadeiramente, uma missão do meu ministério, eu tenho convicção que Deus me chamou para isso e a cada dia tem se confirmado em oração" (VEREADORA 15, 03/09/2016). Assim, ela pede votos para os obreiros e obreiras para que ela continue cumprindo a missão que o seu ministério e Deus a designaram.

Importa destacar que a atuação na política dos segmentos religiosos varia conforme as estratégias adotadas pelas igrejas para ampliar a sua representação política. Ou seja, eles desenvolvem seu *modus operandi* na esfera institucional, a partir dos objetivos desses grupos religiosos. Os evangélicos e, mais precisamente, os (neo)pentecostais almejam acessar à esfera política para sair de sua situação de subalternidade e de minoria cultural (CARANZA, 2017), assumindo uma postura calculista no campo da política (CAMPOS, 2005, p. 46). Os estudos sobre a interação entre religião e política apontam o papel exercido pela IURD em alterar significativamente o comportamento político dos pentecostais. Em linhas gerais, os membros *escolhidos* como candidatos e *apoiados* por essa denominação precisam demonstrar que possuem compromissos sérios com a comunidade cristã (CAMPOS, 2005, p. 52)⁴⁷. Além disso, os candidatos devem dispor de certo potencial eleitoral e

⁴⁶ Para Oro (2005, p. 129) as igrejas evangélicas tendem apelar para o discursos das forças invisíveis que atuam na política. Conduzindo à uma guerra entre as forças do bem (religiosos evangélicos) versus do mal (demais políticos)

⁴⁷ Fragmento extraído da Folha Universal 7/7/96.

capital para serem apoiados pela IURD (ORO, 2005, p. 123)⁴⁸, por exemplo, a atuação em projetos sociais dessa denominação e o fato de ela coordenar as setoriais de mulheres em legendas partidárias implica em maior visibilidade para essa obreira; dessa forma, ela apresenta maiores chances de ser escolhida e apoiada pela IURD.

Os materiais audiovisuais divulgados nas campanhas eleitorais de seis vereadoras da IURD confirmam a adoção dessa estratégia. Diversos pastores/bispos dessa igreja "sugeriram" que os obreiros/as obedientes à palavra de Deus aceitassem a sugestão de votar nas candidatas, sobretudo por elas serem "*mulheres de Deus*"⁴⁹. O trecho abaixo veiculado na campanha eleitoral da candidata do Belém, Vereadora 27(PRB), da IURD, exemplifica esse ponto:

Obreiro e obreira de Belém do Pará. você sabe que toda a cidade precisa de bons representantes e nós temos apoiado a candidatura de Vereadora 27. Gostaríamos que todos os obreiros, na sua livre escolha, claro, porque nós somos livres, aceite a nossa sugestão, que você já conhece [...] nós queremos glorificar o nosso Deus colocando uma mulher de Deus na Câmara dos vereadores de Belém (BISPO R, M., 30/09/2016).

Também é importante destacar que todas as candidatas selecionadas pela IURD atuam em projetos sociais dessa denominação, principalmente em ações direcionadas ao público feminino, de acolher vítimas de violência doméstica e/ou auxiliar mães que criam sozinhas seus filhos.⁵⁰ Por exemplo, o projeto social "Mulheres Notáveis" liderado pela vereadora baiana Vereadora 10 objetiva empoderar as mulheres fortalecendo a autoestima feminina.

A mulher tem que se superar e saber o valor que ela tem [...] devido a uma luta muito grande que todas as mulheres enfrentam, discriminação, humilhação, tem tornado muitas mulheres enfraquecidas dentro de si e o nosso projeto tem levado as mulheres a se superar de tudo isso, que ela é capaz e pode se erguer e seguir em frente (VEREADORA 10, 21/07/2016).

⁴⁸ Antes das eleições a IURD lança uma campanha para que os jovens de 16 obtenham o título eleitoral. Também são mapeados os dados eleitorais de seus membros/fiéis. O resultado desse "recenseamento" é apresentado aos bispos regionais para que deliberem juntos sobre o número de candidatos que vão se lançar à disputa em cada estado e município, variando conforme o quociente eleitoral dos partidos e da quantidade de eleitores disponíveis em cada uma das igrejas locais.

⁴⁹ No próximo capítulo serão analisados os discursos que evocam a ideia de feminilidade ideal.

⁵⁰ Entre outros projetos IURD, destacam-se: a Goodlywood Brasil possui três projetos sociais desse tipo: (a) o Projeto Raabe, fundado em 2011, visa acolher e fornecer assistência especializada às mulheres vítimas de violência doméstica; (b) Projeto Mães em Oração, une as mães para que orem por seus filhos e filhas; (c) também o Projeto T–Amar auxilia às mães que criam seus filhos sozinhas, trabalho feito na *Escola de Mães*.

Praticamente todas as vereadoras da IURD eleitas em 2016 são "novatas" e concorriam pela primeira vez, com exceção da Vereadora 28⁵¹. Ademais, elas também possuem mais de um capital em suas trajetórias; porém, nenhuma delas é herdeira política e construíram suas trajetórias a partir da atuação profissional bem sucedida na mídia televangélica ou coordenando as setoriais estaduais de mulheres no PRB. Ressalta-se que essa legenda partidária possui sua gênese vinculada às igrejas neopentecostais, sobretudo a IURD (IVES, 2016). Tal fato explica o porquê de todas as vereadoras dessa denominação serem eleitas por essa legenda. Portanto, é possível concluir que as vereadoras vinculadas à Igreja Universal possuem o perfil composto majoritariamente por candidatas novatas e filiadas ao PRB, evidenciando a atuação coordenada entre essa denominação e a legenda partidária para ampliar a participação de mulheres evangélicas na política⁵².

Estudos apontam que a inserção bem sucedida da IURD na política gerou um efeito *mimético*⁵³ sobre as demais igrejas (neo)pentecostais, as quais têm "copiado" as estratégias inauguradas por ela (ORO, 2005). Em certa medida, tal ponto explica a semelhança encontrada no tipo de campanha eleitoral desenvolvida pelas candidatas "oficiais" das diferentes denominações evangélicas, inclusive nos segmentos evangélicos com menor número de templos/fiéis. Por exemplo, a AD tem lançado mão do slogan "irmão vota em irmão" ressaltando a importância de que esse irmão seja o mais próximo e pertencente à mesma denominação, autorizado por ela (BURITY, 2005, p. 191). Reforçando também a ideia de que esses eleitos possuam uma *conduta cristã*, a afirmação de Vereadora 16 (PHS), eleita em Boa Vista, exemplifica esse uso:

No ano de 2012, pré-qualificada e preenchendo os requisitos legais exigidos pela justiça eleitoral e pelo Projeto Assembleia de Deus/Brasil (AD Brasil) [...] sua ação propõe apoiar os membros das Assembleias de Deus vinculados à Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil

⁵¹ Vereadora 28 foi eleita para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 2008, 2012 e 2016.

⁵² Nas eleições municipais de 2016, o PRB elegeu 48% a mais de candidatas em relação às eleições anteriores. Tal fato foi comemorado pelo PRB Mulher e, conforme a sua coordenadora nacional Rosângela Gomes, esse bom desempenho é fruto do trabalho de parcerias exercido pelas mulheres republicanas nacionalmente, priorizando a diversidade de candidatas – negras, indígenas e do campo.

⁵³ Ari Oro (2005) aponta que as igrejas (neo)pentecostais tendem a reproduzir as estratégias de organização nas disputas eleitorais que foi inaugurada pela IURD. Assim, elas tendem a mimetizar (reproduzir) esse *modus operandi* para conquistar mandatos eletivos para seus membros. Tal efeito também é observado na prática da Igreja Católica, conforme pesquisas sobre as eleições municipais de 2016 apontaram.

(CGADB) que apresentem vocação política e/ou perfil de *conduta cristã* para representar esse público no meio político⁵⁴.

A maioria das vereadoras vinculadas à AD foram candidatas "oficiais", portanto, *escolhidas* pela denominação, à exceção da Vereadora 8 (PATRI/Aracaju), que construiu sua campanha eleitoral a partir de dois eixos: a visibilidade midiática no programa televisivo *Questão de Direito*⁵⁵ e o uso do capital político de seu pai⁵⁶. As demais vereadoras da AD eleitas em 2016 também contaram com o capital advindo de projetos sociais dessa denominação. Sendo assim, a atuação nesses projetos possibilita às mulheres o fortalecimento da autoestima e individualização feminina (MACHADO, 2005), ampliando as redes de contato das vereadoras e proporcionando maiores chances nas urnas. Por exemplo, a Missionária Vereadora 15 (PP), junto com o seu marido, fundou o Ministério Recuperando Vidas com Jesus, por meio do qual levam a "palavra" de Deus e amparam dependentes químicos. Também chama a atenção que metade das eleitas pertencentes à AD já exerceu um mandato eletivo prévio, possibilitando que elas explorassem esse capital político durante os discursos de campanha eleitoral. Mas esse perfil não foi exclusivo das eleitas pela AD, sendo encontrado em outras candidatas que possuem o capital político.

A análise do *corpus* analítico desta dissertação apontou a importância da esfera familiar na construção das trajetórias das vereadoras selecionadas, sobretudo daquelas que possuem relações de parentesco (filhas, esposas ou noras) de lideranças evangélicas masculinas. Essas figuras aparecem diversas vezes em suas campanhas eleitorais, e pediam apoio eleitoral para essas representantes. Por exemplo, na campanha de Vereadora 25 (PSD), filha de uma das principais lideranças religiosas da AD, o pastor J. B. W. C., que esteve presente em grande parte da propaganda eleitoral dessa vereadora. Além disso, sua campanha contou com a presença de mais de 100 pastores da AD, que apareceram nos materiais audiovisuais e solicitaram aos fiéis que votassem em Vereadora 25 (PSD), pois "é

⁵⁴ O seguinte trecho foi obtido no item *história de vida* na página oficial de Facebook da Vereadora 16 (PHS).

⁵⁵ O programa *Questão de Direito* foi exibido entre os anos de 1998 a 2009. Nele eram tratados temas jurídicos direcionados à população de Aracaju/SE.

⁵⁶ J. C. S. exerceu mandatos eletivos na Câmara de Vereadores no município de Lagarto

uma pessoa comprometida com Deus, comprometida com a igreja, uma pessoa que com certeza fará toda a diferença na Câmara Municipal de São Paulo. Esse lugar precisa ter uma pessoa comprometida com Deus" (M. C., 30/09/2016).

De forma semelhante, a fala do Pastor D. J. L. sobre a candidata Vereadora 25 exemplifica o uso da família nas campanhas eleitorais das referidas vereadoras "[...] você vai ter uma grande oportunidade de poder escolher alguém que vai nos representar na Câmara, alguém que nós conhecemos, que nós conhecemos a família. Alguém que vai fazer um grande trabalho para Deus" (PASTOR D. J. L., 23/09/2016). Novamente as relações na esfera familiar aparecem como fundamentais para "legitimar" e conferir credibilidade às candidatas evangélicas, indicando que suas trajetórias na política estiveram diretamente ligadas à família.

Foi identificado que quatro mulheres eleitas em 2016 são bispas/pastoras em igrejas menores (CARVALHO; ORO, 2017; MARIZ, 2017) e as relações na esfera familiar também foram determinantes para que elas alcançassem esses cargos eclesiásticos: essas quatro vereadoras possuem parentesco com os fundadores dessas denominações. A Pastora paulistana Vereadora 20 (PSDB) é nora dos fundadores da igreja Comunidade da Graça, sua campanha eleitoral foi marcada pela presença de seus sogros e marido, o deputado estadual Carlos Bezerra Jr. Essas relações entrecruzadas condizem com o resultado das pesquisas de Machado (2005), as quais apontam a dificuldade enfrentada pelas mulheres para acessarem cargos de poder em suas igrejas. Além disso, as poucas mulheres que acessam esses cargos o fazem devido às relações familiares, reforçando a subordinação feminina à autoridade masculina. Em contrapartida, a socióloga Claudirene Bandine (2015) constatou que as lideranças evangélicas femininas que conquistaram cargos eclesiásticos independentes de seus pais/maridos tendem a incorporar questões feministas em suas pregações, por exemplo, ao incentivar a independência financeira das mulheres em relação aos seus companheiros.

A análise sobre a atuação das igrejas evangélicas indicou que a maioria das vereadoras foi autorizada a entrar na disputa eleitoral. Esse grupo contou com o apoio organizado (corporativista) de suas denominações, tanto entre as mais tradicionais em termos de inserção na política (AD e IURD) como entre igrejas que recentemente organizam-se politicamente para eleger representantes. Entre as candidatas "oficiais" e que se tornaram vereadoras, observou-se que a maioria delas tiveram suas trajetórias construídas a partir das relações na esfera familiar. Por meio

dessas relações, elas conseguiram acessar espaços privilegiados em suas denominações religiosas, conquistando maior prestígio e criando uma importante rede de capital social. Assim, elas foram *escolhidas* e *apoiadas* por suas denominações. No próximo item serão analisados como os diferentes capitais apareceram nas campanhas eleitorais das 29 vereadoras, bem como o desempenho eleitoral de cada uma nas urnas. Com isso, será possível identificar os capitais que estiveram presentes em suas campanhas auxiliando a maximizar os votos das vereadoras evangélicas eleitas.

3.3 DESEMPENHO ELEITORAL DAS VEREADORAS EVANGÉLICAS

Em relação ao desempenho das candidaturas femininas nas eleições de 2016, observou-se que as candidatas evangélicas obtiveram maior sucesso que as demais mulheres (CARVALHO; ORO, 2017), mesmo tendo sido quantitativamente menor o número de candidaturas evangélicas femininas. Sendo assim, elas conquistaram maior votação proporcional em comparação ao restante das candidaturas femininas naquele pleito. Entre as possíveis explicações para esse bom desempenho das candidaturas evangélicas, podemos citar as seguintes: o crescimento do interesse de mulheres evangélicas em participar da política institucional, sobretudo entre as mulheres (neo)pentecostais (MACHADO, 2006); e também o maior investimento por parte das suas denominações religiosas nessas candidaturas, conferindo uma rede importante de capital religioso. Assim, as candidatas evangélicas apresentadas como "oficiais" tendem a ter um melhor desempenho eleitoral do que as candidatas não oficiais e também entre as mulheres em geral.

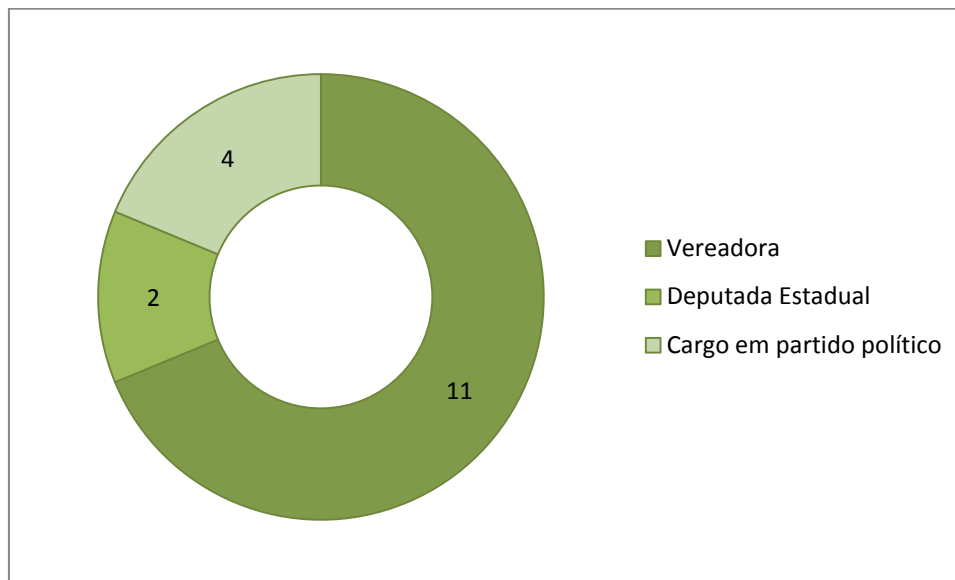
Estudos sobre carreiras políticas femininas apontam que o exercício de um mandato eletivo prévio tem peso positivo e amplia as chances de vitória, o que também se identifica no resultado da disputa municipal de 2016.⁵⁷ A soma de outros capitais (familiar e/ou midiático) também teriam auxiliado no desempenho desse grupo de vereadoras. Em vista das explicações encontradas na literatura especializada, buscou-se analisar o papel desempenhado pelo conjunto de capitais sociais nas trajetórias e campanhas eleitorais das 29 vereadoras evangélicas. Tal

⁵⁷ As informações sobre o perfil das vereadoras evangélicas podem ser encontradas no Apêndice B.

recorte possibilitou maior imersão em dois elementos importantes desta pesquisa: (a) protagonismo feminino ou não nas campanhas eleitorais e (b) tipos de capitais que estiveram presente na trajetória e campanhas das representantes mais bem votadas.

O capital religioso esteve presente nas trajetórias e campanhas eleitorais de todas as 29 vereadoras. Na maioria das vezes, ele foi combinado com outros capitais - familiar, midiático e político. A análise do material biográfico e de campanha eleitoral apontou que o capital político foi o mais frequente, estando presente na trajetória de 17 vereadoras evangélicas.

Gráfico 2 – Capital Político na Trajetória das Vereadoras Evangélicas (2016)



Fonte: Dados coletados em campo. Elaborado pela autora.

A partir das informações dispostas no gráfico acima, observa-se que a maioria dessas vereadoras exerceu mandato eletivo anterior: 11 como vereadora e duas como deputada estadual, mas que regressaram para a atuação municipal. Também é importante destacar que algumas vereadoras exerceram maior número de mandatos eletivos. Por exemplo, Vereadora 18 (PR) e Vereadora 29 (MDB) venceram a disputa eleitoral ainda nos anos 2000, quando ambas estavam no auge de suas carreiras midiáticas (cantoras). Ademais, outras quatro vereadoras conquistaram mandatos eletivos na disputa municipal de 2008.

A análise também evidenciou que a maioria das vereadoras reeleitas permaneceu na esfera municipal. É possível afirmar que dois fatores podem ter

contribuído para isso: (a) o primeiro corresponde à maior dificuldade enfrentada pelas mulheres para acessar cargos elevados na hierarquia do campo da política institucional. A disputa eleitoral para as eleições estaduais e federais são acirradas e demandam mais recursos, tais como tempo livre para que as mulheres se dediquem a suas campanhas eleitorais. Dessa forma, as mulheres encontram-se em desvantagem em relação aos homens (PINTO, 2005); e (b) relacionado as funções do cuidado e a esfera familiar, observa-se que muitas vereadoras optam em permanecer na política local para se manterem próximas do núcleo familiar, pois os cargos na esfera federal demandam o afastamento do município de origem e, conseqüentemente, de suas famílias.

Outro ponto que merece destaque em relação às mulheres reeleitas é o seu pertencimento religioso. Constatou-se que majoritariamente elas receberam apoio das igrejas Assembleia de Deus e Internacional da Graça de Deus. Também chama atenção que mais da metade das vereadoras reeleitas estejam localizadas na região sudeste, mais especificamente nas capitais São Paulo e Rio de Janeiro. Ao todo, das oito vereadoras evangélicas que se elegeram nessas duas capitais, sete delas foram reeleitas. Há possíveis explicações para essa ocorrência: São Paulo conta com mais de 2 milhões de fiéis evangélicos e os grandes templos dessas denominações se espalham pela cidade. De forma semelhante, a capital do Rio de Janeiro é o berço das igrejas neopentecostais IURD (1977) e Internacional da Graça (1990). A inserção das igrejas evangélicas no sudeste tem sido objeto de estudos de diversos trabalhos que abordam a relação entre política, religião e gênero (MACHADO; FIGUEIREDO, 2002).

O capital político também foi usado para legitimar a continuidade dessas vereadoras evangélicas na política institucional. Elas destacaram os projetos de leis e como a atuação no âmbito municipal beneficiou a população, sobretudo nas áreas sociais. Além disso, essas 13 vereadoras que buscavam a reeleição também enfatizaram o papel exercido como as representantes das mulheres — "Eu quero como mulher, cidadã e ativista dos direitos humanos, continuar lutando pelos direitos de todas nós" (VEREADORA 20, 23/09/2016) — e/ou dos segmentos evangélicos:

Esta é a minha igreja, a qual represento na Câmara Municipal de Boa Vista [...] toda a diretoria da igreja, todos os coordenadores, líderes e famílias que confiaram em mim para estar representante, mas agora eu preciso de novo; Vote para eu continuar lutando pelas nossas famílias, lutando pela sua família. (VEREADORA 16, 30/09/2016).

Além das 13 que buscavam a reeleição em 2016, outras 16 vereadoras evangélicas conquistaram seu primeiro mandato eletivo na disputa eleitoral de 2016. É importante destacar que mesmo entre as novatas, quatro delas contaram com o capital político obtido na coordenação da setorial estadual do PRB-Mulher, conforme já apresentado anteriormente. No conjunto das "novatas", observou-se que elas enfatizaram que, se fossem eleitas, renovariam as Câmaras municipais, principalmente por serem mulheres e estreantes na política institucional. O discurso da goianiense Vereadora 23 (PSD), da igreja Manancial da Vida, sintetiza a ideia da renovação e da mulher como novidade na política: "Você conhece minhas propostas e sabe que trabalharei para que nossa amada Goiânia tenha o melhor. Juntos vamos rumo à Câmara Municipal com a força da mulher na renovação da política que Goiânia tanto precisa" (21/09/2016). De forma semelhante, a Vereadora 17 (PSB), da Igreja Batista, também se apresentou como a "renovação política da mulher na Câmara de Vereadores" (29/08/2016). Esses discursos denotam a concepção de que as mulheres possuem uma ética diferenciada e, a partir dela, essas representantes vão transformar as relações na esfera pública.

Os estudos sobre trajetórias políticas das mulheres enfatizam o papel exercido pela família para impulsionar ou criar barreiras para a eleição. De forma geral, as tarefas no espaço doméstico dificultam a maior inserção das mulheres na política institucional: elas deparam-se com barreiras que dificultam o processo de formação política, pois muitas não conseguem ter tempo livre e energia suficientes para participarem dessas atividades em seus respectivos partidos políticos. Além disso, as mulheres enfrentam dificuldades para participarem ativamente no processo de campanhas eleitorais; na maioria das vezes elas são demandadas para as atividades na esfera doméstica e em seu núcleo familiar, implicando em menor tempo livre e energia para essa etapa primordial da disputa eleitoral (PINTO, 2003).

Ainda assim, a esfera familiar pode auxiliar as mulheres que se lançam à disputa eleitoral, operando de duas formas: (a) capital familiar e (b) *maternal thinking*. Diversas representantes herdaram o capital familiar de parentes que atuam ou atuaram no campo da política e também contam com o apelo presente nos discursos que apresentam essas candidatas como boas esposas/mães - maternas, sensíveis, cuidadosas entre outros (RAMOS, 2015). Dessa forma, o conjunto de dados desta pesquisa indicou que metade das vereadoras evangélicas eleitas em 2016 são casadas e esta condição foi amplamente usada para se apresentarem

como "boas esposas" e assim se qualificarem como aptas para o exercício de um mandato eleitoral. Essa referência é uma constante nas autobiografias como nos discursos de campanha eleitoral. Em suas falas, as vereadoras reforçaram a "ideia de um tipo ideal de mulher" – aquela que se doa para família, reforçando um tipo de comportamento considerado adequado para as mulheres.

Nesse sentido, o ponto de vista do "outro concreto" extraído da teórica feminista Benhabib (2006) auxilia a compreender como esses comportamentos considerados adequados são reproduzidos na sociedade. Para a autora, todos nós somos seres racionais, únicos, com histórias de vida próprias, possuindo identidades afetivas-emocionais. Assim, Seyla (2006) afirma que os indivíduos tendem a esperar dos "outros" formas e comportamentos para que se sintam *reconhecidos* e tenham sua individualidade confirmada, o convívio na esfera familiar proporciona a forma mais acabada para formar o *ponto de vista moral*. Por exemplo, ser um membro na esfera familiar (seja ele qual for) significa saber pensar a partir do ponto de vista do *outro concreto* e, dessa forma, saber qual comportamento é esperado para cada um desses membros, enquanto indivíduos concretos que possuem laços sociais que os unem com os demais.

Também chama atenção que as duplas e triplas jornadas femininas de trabalho não são percebidas como negativas nas falas das vereadoras evangélicas, ao contrário: elas são vistas como atributos positivos que se somam às trajetórias dessas representantes. Essa percepção possui relação próxima com as qualidades pessoais mencionadas nas campanhas, as quais exaltavam-nas como "mulheres guerreiras" e "cuidadoras". Essas qualidades também estiveram associadas a outros papéis femininos vinculados ao núcleo familiar, tais como serem boas mães, filhas, esposas, irmãs, avós.

Eu apoio a pastora Leia por sua dedicação, por ser uma mulher guerreira, por sempre estar preocupada com todos nós, querendo demonstrar o seu grande trabalho com essa liderança aí toda, e ela é muito especial para gente, ela é uma ótima mãe, uma ótima irmã, uma ótima filha. Então nós estamos apoiando ela por sua determinação (PASTORA L., 30/092016).

O tema do "cuidado" também esteve vinculado à identidade materna dessas mulheres, através da qual elas retratavam as suas experiências com o cuidado de seus filhos/as e assim propunham políticas de valorização à saúde materno-

infantil⁵⁸. Nesse tema, diversas vereadoras também apresentaram propostas para melhorar a qualidade de vida da população idosa e dos portadores de necessidades especiais. Entre os últimos, a atenção foi maior para crianças/jovens autistas ou bebês anencéfalos.

Em relação ao tema do cuidado, é importante salientar que ele é parte do cotidiano da população e sua necessidade varia conforme a situação de vulnerabilidade social e/ou econômica de cada pessoa, sendo maior durante a infância e velhice. Ela também pode ser maior quando os indivíduos possuem condições físicas especiais ou sofrem com enfermidades que demandam maior atenção. Assim, discutir sobre esse tema implica considerá-lo como um problema para a *democracia*, instigando reflexões em torno do acesso ao cuidado por aqueles que o necessitam e também sobre qual é "posição de quem cuida". Nesse sentido, há dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, a tarefa de cuidar demanda tempo e energia, os quais são retirados de outros afazeres. Em segundo lugar, são as mulheres que majoritariamente realizam as tarefas do cuidado, sendo responsabilizadas socialmente por elas. Portanto, é possível afirmar que o cuidado assume uma dimensão que reflete as desigualdades de gênero, classe e raça (BIROLI, 2018, p. 54).

Ressalta-se que o cuidado deve ser incorporado nas propostas eleitorais de diferentes representantes, afinal, ele é parte do cotidiano da população. Contudo, os estudos sobre a atuação feminina na política indicam a preponderância de elas assumirem os temas ligados "ao cuidado", refletindo a responsabilização desigual das mulheres na divisão sexual do trabalho. Isso explicaria a frequência desse assunto nas campanhas eleitorais das vereadoras evangélicas, conforme as análises indicaram. Também observou-se que as qualidades mais mencionadas durante as campanhas eleitorais estiveram ligadas à esfera da família. As candidatas foram apresentadas como mulheres de família e, por consequência, comprometidas na defesa da família tradicional *heteronormativa*. De forma semelhante, diversas mulheres citaram os seus casamentos, seus filhos/netos como referências positivas para inspirar credibilidade em seu trabalho futuro como vereadoras. Tal ponto remete novamente à ética do cuidado e ao pensamento

⁵⁸ O uso da maternidade nos discursos em campanhas eleitoral é tema analisado no capítulo 4.

maternal, em que as qualidades femininas estão conectadas à posição desigual das mulheres na vida familiar.

Ainda associado ao papel da esfera familiar na trajetória das vereadoras, constatou-se que 19 candidatas têm filhos⁵⁹. As mulheres que são mães abordaram a maternidade como uma qualidade que as legitima para a atuação na esfera da política. O fato de, por exemplo, essas mulheres cuidarem de seus filhos e serem boas profissionais apareceu como um valor positivo para conferir credibilidade às suas figuras. O discurso abaixo foi veiculado na campanha eleitoral da vereadora paulistana Vereadora 20 (PSDB), pastora na Comunidade da Graça.

É guerreira e, acima de tudo, é uma mulher comprometida com a sua família, pois apesar de sua agenda corrida, ela nunca descuidou de ser esposa e mãe dedicada, amiga, amorosa e companheira. Eu a admiro muito e meu voto, eu confirmo. (S. B., 27/09/2016).

Isso também está relacionado à faixa etária das vereadoras que, em sua maioria, possuem mais de 40 anos quando eleitas em 2016⁶⁰. Esse dado reflete a entrada tardia das mulheres no campo da política institucional. Tal resultado pode ser interpretado a partir de três fatores complementares: (a) elas entraram na política institucional mais tardiamente devido às funções que exercem na esfera familiar. Desse modo, elas se dedicam ao núcleo familiar e não possuem tempo livre e energia suficientes para pleitear um cargo de poder. As mulheres tendem a priorizar o cuidado familiar e apenas se lançam à política quando, por exemplo, seus filhos são adolescentes ou adultos, indicando uma possível relação entre a entrada tardia no campo da política e o exercício da maternidade⁶¹. (b) Considerando que 13 das vereadoras analisadas são herdeiras e contaram com o capital político de seus familiares, estima-se que elas entraram em disputa eleitoral quando seus familiares já haviam conquistado um mandato eletivo em outras esferas da política (deputados estaduais ou federais); (c) outra dificuldade enfrentada pelas mulheres é a falta espaço dentro dos partidos políticos. Como consequência, as mulheres recebem menos incentivos que os homens e participam menos das atividades político-

⁵⁹ Outras não possuem ou não foi possível identificar a existência de filhos.

⁶⁰ A idade média das vereadoras reeleitas em 2016 é de 48,9 anos, enquanto a idade média das vereadoras novatas eleitas em 2016 é de 43,9 anos.

⁶¹ É importante ressaltar que o material analisado impossibilita que essa hipótese seja confirmada, tornando necessária uma entrevista em profundidade com as vereadoras para analisar a relação entre a entrada tardia na política e a maternidade.

partidárias, as quais são necessárias para que elas tenham chances reais de eleições.

A análise dos materiais biográficos e de campanha eleitoral apontou que 13 vereadoras são herdeiras políticas, sendo que seis vereadoras contaram apenas com esse capital somado ao religioso⁶². Suas campanhas contaram com a presença de figuras políticas de seus pais/maridos. Nesse grupo de vereadoras, evidenciou-se que os familiares "falaram por elas" e quando elas eram referenciadas, o papel exercido pelos pais/maridos vinha antes de suas figuras políticas. Por exemplo, a vereadora recifense Vereadora 17 (PSB), pertencente a Igreja Batista, usou largamente o capital político de seu pai, o Deputado Estadual M, (PSB) que participou de 16 dos 19 vídeos divulgados em sua campanha; o seu vínculo familiar foi usado no slogan oficial da vereadora: "Pai e Filha unidos por Recife". O discurso pronunciado pela liderança do PSB no comício de lançamento da candidatura de Vereadora 17 demonstra a importância do capital familiar para visibilizá-la e transferir os votos de seu pai para ela:

Menudo tá lutando com vocês, como luta em todas as eleições, vocês sabem que votar nele é uma coisa, pois vocês já votaram nele por muitas vezes. Ele precisa de vocês para garantir o voto de Natália, é diferente essa eleição. Agora a candidata é Natália, Menudo precisa de vocês como nunca precisou. Menudo hoje é muito maior, ele hoje é muito maior que em todas as eleições que disputou, mas ele precisa de você". (G, J., 08/09/2016).

Outras sete vereadoras herdeiras já exerceram mandatos eleitorais anteriores, sendo assim, elas exploraram mais atuação anterior na política do os vínculos familiares com políticos. Por exemplo, a vereadora paulista Vereadora 5 (PSD) construiu sua campanha eleitoral a partir do seu capital político e não falou sobre ser uma herdeira política. Assim, constatou-se que as mulheres herdeiras que rompem com as barreiras da sub-representação feminina e acessam cargos de poder e, mais do que isso, conseguem se reeleger e construir uma trajetória nesse campo passam de "herdeiras" para as *protagonistas* na sua carreira política, deixando em segundo plano o capital político e familiar de seus pais/maridos.

As análises também apontaram para uma relação muito próxima entre família e religião: nas trajetórias e campanhas onde os membros do núcleo familiar atuam

⁶² Vereadora 1 (PSDB) – São Paulo, Vereadora 2 (PROS) – Natal, Vereadora 14 (PRB) – Belo Horizonte, Vereadora 17 (PSB) – Pernambuco, Vereadora 23 (PSD) – Goiânia, Vereadora 25 (PSD) – São Paulo.

como representantes políticos e pertencem às igrejas evangélicas, eles transferiam às vereadoras tanto o capital político como o religioso. Dessa forma, dentro do grupo de vereadoras evangélicas há um conjunto de "herdeiras políticas" que acionou tanto o capital familiar como o capital religioso em suas campanhas. O caso da vereadora de BH Vereadora 14 (PRB), pertencente a Igreja Batista, é ímpar: ela é esposa de um Deputado Federal⁶³ e mãe de um Deputado Estadual⁶⁴ ambos do PR e conhecidos por legislar em prol dos setores evangélicos em Minas Gerais. Assim, sua campanha eleitoral contou com o apoio de seus familiares e de figuras dos segmentos evangélicos, tais como o Pastor S. Malafaia e o presidente do conselho de pastores de BH, J. L.,⁶⁵ que a apontou como a candidata oficial dos evangélicos nessa capital:

Olá, meus queridos, sou Pastor Jorge Linhares, pastor da Igreja Batista e presidente do conselho de pastores de Belo Horizonte, e estou aqui com Pastor Cleber Agapito, que é o meu coordenador de política na igreja. Depois de uma análise bem profunda e bem criteriosa, decidimos que teremos o pastor Léo Portela como nosso candidato a deputado estadual e sua mãe Marilda como candidata a Vereadora. (PASTOR J. L., 13/09/2016).

A maioria das vereadoras evangélicas possuem ensino superior completo e/ou são pós-graduadas, o que demonstra que elas são altamente escolarizadas. Esse perfil também é encontrado na trajetória política de outras mulheres que conquistam mandatos eletivos no país, refletindo a importância da escolarização superior para que as mulheres ampliem as chances de acessar cargos de poder. Em sua maioria, as vereadoras evangélicas têm formação em cursos das áreas humanas e sociais, campo de estudo dominado majoritariamente por mulheres. Além disso, elas também atuam profissionalmente nas áreas do "cuidado" (professoras, médicas, psicólogas), conforme consta no quadro abaixo⁶⁶ sobre a distribuição ocupacional:

⁶³ Deputado Federal L. P./PR,

⁶⁴ Deputado Estadual L. P./PR.

⁶⁵ Pastor da Igreja Batista Getsêmani.

⁶⁶ Essas informações foram obtidas no banco de dados do TSE e combinadas com informações contidas na biografia das 29 vereadoras evangélicas.

Quadro 7 – Ocupações Declaradas x Vereadoras Evangélicas (N)

Ocupações Declaradas	Vereadoras Evangélicas (N)
Professoras	7
Comunicadoras em Rádio e Televisão	7
Advogadas, Administradoras e Empresárias	6
Médicas e Psicólogas	4
Outras ⁶⁷	5
TOTAL	29

Fonte: TSE (2019). Elaborado pela autora.

Conforme as informações acima, observa-se que parte considerável das vereadoras explorou o seu perfil profissional durante as campanhas eleitorais. Por exemplo, a vereadora 22 (PRB), da IURD, enfatizou em vários momentos a sua carreira profissional no campo educacional, assim, ela conferiu maior credibilidade à sua candidatura. A atuação como professora também possibilitou sua inserção no Conselho Municipal de Educação do Recife, contribuindo na construção das redes de contato da referida vereadora.

A partir dos dados profissionais identificou-se que 10⁶⁸ vereadoras atuaram no campo midiático, o que aumentou a visibilidade de suas candidaturas. A maioria delas exerceu atividades em Rádio e TV e, em alguns casos, atuaram como cantoras. Em linhas gerais, constatou-se dois grupos de vereadoras que usaram o capital midiático: (a) o primeiro é formado por seis mulheres que construíram a carreira midiática inseridas nos espaços religiosos. A vereadora curitibana Vereadora 19 (MDB) atuou por mais de 15 anos em projetos assistencialistas⁶⁹ da Assembleia de Deus e também apresentou programas na Rádio Marumby (AM 730) e na Rádio Gospel (FM 89,3). De forma semelhante, a vereadora paulistana Vereadora 18 (PR), pertencente à AD, construiu a sua carreira midiática como

⁶⁷ Servidoras Públicas (2), Estudantes (1) e Não informam a profissão (2).

⁶⁸ Sete vereadoras evangélicas trabalham exclusivamente no campo midiático (área de comunicação e entretenimento). Além dessa, outras três são comunicadoras em rádio e televisão, mas também mantinham suas atividades profissionais em outras áreas (advogadas, médicas, professoras).

⁶⁹ Além disso, ela participou da Associação de Homens de Negócios do Evangelho Pleno (Adhonep), Departamento da Família da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Central (IEADC), Círculo de Oração da Assembleia de Deus em Curitiba (COADC).

cantora gospel ainda nos anos 70 e, atualmente, conta com mais de 20 álbuns lançados; (b) o segundo grupo é formado por outras quatro vereadoras evangélicas que construíram suas carreiras midiáticas desvinculadas da questão evangélica. Por exemplo, a vereadora 4 (PP), pertencente à Igreja MIR, atuava profissionalmente como apresentadora do noticiário *Rondônia Urgente*, exibido pela rede bandeirantes⁷⁰.

De forma geral, a análise do desempenho eleitoral das 29 vereadoras levantou aspectos importantes. Em primeiro lugar, não basta ser uma candidata oficial, também é fundamental contar com o apoio das maiores igrejas, especialmente as (neo)pentecostais. Ou seja, receber o apoio da Assembleia de Deus ou da Universal do Reino de Deus contribuiu positivamente para que elas recebessem mais votos e ocupassem as primeiras posições nas suas respectivas Câmaras Municipais.

Em segundo lugar, o mandato eletivo prévio também atuou positivamente e auxiliou as candidatas a obterem boas votações, independente da igreja que elas pertencem. Ainda assim, as vereadoras que só tinham o capital político e não possuíam o apoio da IURD ou da AD obtiveram desempenho eleitoral menor do que as novatas apoiadas por essas duas denominações. Além disso, o capital familiar também se mostrou importante para que as vereadoras conquistassem uma boa votação em suas Câmaras Municipais: a novata Vereadora 17 (PSB), pertencente à igreja Batista, alcançou a oitava posição em Recife devido ao capital político que recebeu de seu pai. Por fim, também observou-se que as candidatas com as maiores votações receberam apoio da AD e somaram outros capitais, como político e/ou familiar: a vereadora e Missionária Vereadora 15 (PP), da AD, foi campeã de votos no Recife e possuía todos os capitais analisados.⁷¹

⁷⁰ O programa veicula as principais notícias sobre o Estado de Rondônia.

⁷¹ 15.357 votos.

4 SUJEITO MULHER NOS DISCURSOS DAS VEREADORAS EVANGÉLICAS

Estudos sobre a relação entre gênero e representação política apontam que, entre outros fatores, as mulheres encontram-se em desvantagem na disputa eleitoral devido à divisão sexual do trabalho. Assim, elas enfrentam "uma situação inferior em termos de acesso a recursos políticos e as levar a desenvolver representações e vivências da política distintas das masculinas, marcadas pela localização estrutural de gênero". (RAMOS, 2015, p. 155). A partir das referências teóricas no campo da ciência política, no presente capítulo serão analisados os discursos das 29 vereadoras evangélicas sobre a construção do sujeito mulher. Também serão analisados os posicionamentos diante da violência de gênero — tema que assume preponderância devido ao alto índice de violência doméstica no Brasil.

Ao analisar o conteúdo das campanhas eleitorais das vereadoras evangélicas percebe-se a frequência de temas ligados à *política moral*, tendência que segue o mesmo comportamento dos representantes evangélicos na política (FONSECA, 2009; MACHADO, 2006)⁷². Em linhas gerais, observa-se que a *política moral* assume duas "faces" discursivas. A primeira compreende a linguagem da *ética e da transparência*, ou seja, um discurso *moralizador* sobre a integridade dos segmentos evangélicos quando atuam na política institucional. Nessa visão, os *políticos de cristo* não possuem interesse materiais ou financeiros e são menos corruptíveis, pois ocupam a política para que o segmento evangélico obtenha maior representação política⁷³. (CAMPOS, 2005, p. 51). Princípio semelhante também é encontrado nos discursos das mulheres quando se lançam à disputa eleitoral, as quais utilizam-se dos estereótipos de gênero para afirmar a *superioridade moral* das mulheres,

⁷² As discussões em torno da moralização da política são amplas e não pretendo abordá-las em maiores detalhes. Em linhas gerais, Burity (2005, p. 178) discute as quatro teses sobre a presença de evangélicos na política: (a) deslocamento do político para outras áreas sociais, em função da crise e do esgotamento das instituições políticas; (b) como balancear as discussões em torno do carisma das igrejas com a heterogeneidade organizacional dos evangélicos; (c) se há uma tendência a confessionalização no sistema político brasileiro e (d) a importância de conferir maior rigor conceitual às relações entre religião e política.

⁷³ "Durante muito tempo, líderes pentecostais consideram 'suja' a atividade política, denunciavam os 'candidatos de porta de templo', que apareciam apenas em épocas de eleições e que, depois de eleitos, se fechavam aos interesses das bases que os elegeram ou simplesmente fingiam atendê-las. (CAMPOS, 2005, p. 51).

consideradas como menos corruptíveis que os homens devido à sua moral diferenciada. (RAMOS, 2013)⁷⁴.

As igrejas (neo)pentecostais afirmam que a corrupção é antítese dos valores cristãos, os quais envolvem a valorização da comunidade e do bem comum (ORO, 2005). Dessa forma, as vereadoras justificaram e legitimaram a entrada na política representativa com base no discursos da ética cristã diferenciada. Por consequência, elas distinguiram-se das demais candidatas não religiosas nas eleições municipais em 2016:

A natureza de Jesus, a honestidade, a transparência, a verdade no seu olhar, na sua conduta, no seu estender de mãos. Ética, Jesus era super ético, era a ética pura. Então é isso o que nós temos que aprender, é esse testemunho que nós temos que dar onde quer que estivemos. (VEREADORA 8, 11/09/2016)⁷⁵.

A linguagem *dos valores morais* também é recorrente entre os representantes evangélicos (homens ou mulheres). Esses discursos enfatizam a importância da família heteronormativa e no maior controle à sexualidade. Também destacam os temas ligados à violência urbana e doméstica, assim como o uso de drogas. (BURITY, 2005). Diversas vereadoras evangélicas manifestaram-se de acordo com o posicionamento de suas denominações e apresentaram-se como as "Obreiras de Deus", conforme já apresentado no capítulo anterior. Das 29 vereadoras evangélicas, 21 vereadoras apresentaram como proposta eleitoral a "defesa dos valores cristãos"⁷⁶, tendo como conteúdo ampliar e legitimar a parceria entre o poder público e essas igrejas. Por exemplo, durante o lançamento da candidatura da Missionária Vereadora 15 (PP) foi apresentado um projeto de lei para incentivar a parceria entre prefeitura e as igrejas evangélicas: "a gente sabe que as igrejas fazem um trabalho extraordinário e social [...] A área de políticas públicas e drogas que eu estou há anos, antes de se falar em políticas públicas de drogas as igrejas já abrigavam essas pessoas". (MISSIONÁRIA VEREADORA 15, 03/09/2016).

Novamente ressaltou-se a atuação assistencialista dos segmentos evangélicos, sendo objeto de análise em outros estudos (MACHADO, 2006). Por um

⁷⁴ É importante reforçar que as pesquisas sobre a atuação feminina na política institucional demonstram que as mulheres assumem comportamentos semelhantes aos homens. Inclusive, os esquemas de corrupção demonstraram que diversas mulheres estiveram envolvidas neles.

⁷⁵ Conforme Ari Oro (2005, p. 128) a experiência tem mostrado que a prática política de alguns evangélicos afasta-se do "ideal" ético cristão: vários parlamentares desse segmento estiveram envolvidos em escândalos de corrupção e em nada diferenciaram-se dos pares não crentes.

⁷⁶ As demais vereadoras defenderam outros temas (educação, esporte, saúde) e não construíram suas campanhas eleitorais na defesa aberta e direta das pautas cristãs.

lado, as igrejas evangélicas tendem a fornecer serviços básicos à população por meio dos seus projetos sociais, característica que forma a *identidade religiosa*. A maioria das mulheres direciona sua atuação às áreas sociais, vinculada à ética do cuidado (ELSHTAIN, 1995). Com isso, ambas as identidades (religiosa e feminina) se somam e reforçam-se mutuamente: "A identidade religiosa reforçou substancialmente a afinidade da identidade feminina com a agenda social". (MACHADO, 2006, p. 141).

A análise também apontou que a maioria das vereadoras prometeram "defender a família", subscrita na *heteronormatividade*⁷⁷. Chama atenção a quantidade de vezes que esse tema apareceu nos discursos veiculados nas campanhas eleitorais: família foi a segunda palavra mais mencionada em todo o *corpus analítico*, com 143 menções. Para esse conjunto de representantes evangélicas, o modelo familiar heteronormativo é um "dom de Deus" (VEREADORA 3, 30/09/2016) e, portanto, deve ser preservado para que a sociedade mantenha o seu bom funcionamento. Para reforçar essa ideia, elas citaram passagens bíblicas exemplificando o modelo nuclear, composto por homem e mulher, como o correto.

O modelo da família constituída por Deus é certo e fundamental para o progresso da humanidade. Sabemos que os valores e os princípios cristãos beneficiam a sociedade, mas alguns preferem ignorá-los. Defendemos o padrão da família constituída por Deus, homem e mulher. Os ensinamentos do Senhor Jesus são valiosos e importantes para a construção de um mundo justo e solidário. E criou Deus, o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou (Gênesis 1:27)⁷⁸.

Essa defesa da "instituição família" permite questionar quem a está ameaçando. Na interpretação das referidas vereadoras, a família está ameaçada devido aos seguintes fatores: a "ideologia de gênero", o "marxismo cultural" e o direito ao aborto legal. O conjunto de dados apontou que as vereadoras evangélicas pertencentes a três diferentes denominações foram as que mais defenderam a família em suas propostas eleitorais: a Assembleia de Deus, as Igrejas Batistas e a Igreja Internacional da Graça, as três totalizando 3/5 das representantes eleitas. A partir disso, cabe analisar como esse tema apareceu nas falas das vereadoras e

⁷⁷ "A cisheteronormatividade referencia um conjunto de relações de poder que visam normalizar e regulamentar o gênero, sexo e sexualidade em uma linha horizontal e ilógica (MORERA; PADILHA, 2017).

⁷⁸ Fragmento extraído em vídeo veiculado na biografia da vereadora Irmã Aimée (PSB).

quais foram as razões e justificativas para que ele fosse tão central no material veiculado em suas propagandas eleitorais.

A importância do debate sobre família relaciona-se à secularização, quando as instituições religiosas cristãs perderam sua influência direta no campo da política. Com isso, a família torna-se uma esfera fundamental para a reprodução dos valores sociais e cristãos. Nessa concepção, a moral familiar representa o símbolo da estabilidade e moral da sociedade, na qual a desestruturação do modelo familiar acarretaria a diminuição do poder religioso cristão (MACHADO, 1996).

As igrejas cristãs passam a concentrar seus esforços no domínio da esfera privada e ampliam as normas éticas de controle dos corpos/comportamentos. Por exemplo, proibindo e combatendo a prática do aborto e afirmando que a sexualidade deve ser exercida apenas após o matrimônio. A educação dos filhos é constantemente vigiada para evitar que eles sejam contaminados com "as influências do mundo secular" (MACHADO, 1996, p. 05). Assim, os corpos femininos precisam ser domesticados, seja pela lei ou por outros mecanismos sociais de dominação (discriminação, violências) para evitar a dissolução do modelo familiar patriarcal (SOUZA; LEMOS, 2009)⁷⁹.

Conforme Machado (2018) nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003) o poder executivo aproximou-se do movimento feminista e foram várias de suas lideranças chamadas para atuar no Estado. Tal acontecimento suscitou uma série de críticas no interior do movimento, mas, ao mesmo tempo, foram elaboradas e executadas políticas públicas direcionadas às minorias sociais - mulheres, LGBTs, população negra e indígena. Segmentos evangélicos e católicos sentiram-se desprivilegiados durante os governos pós-democratização e passaram a demandar maior representação das demandas cristãs.

O cuidado da população jovem e infantil esteve presente nas campanhas de 21 vereadoras. Esse cuidado foi articulado com a "inocência" de jovens e crianças e

⁷⁹ A tese defendida pelos segmentos religiosos de que a família está em crise devido às ameaças "da modernidade" não é um acontecimento isolado e tampouco exclusivo das eleições municipais em 2016. Em meados do século XIX, o modelo familiar patriarcal figurou papel de destaque na ordem social brasileira. Nesse modelo, o homem exercia autoridade legítima sobre as mulheres, usando o *poder marital*.⁷⁹ Transformações sociais ocorridas na Europa e nos Estados Unidos influenciaram diretamente o contexto brasileiro em relação aos direitos das mulheres. Os segmentos conservadores e tradicionais manifestaram-se contra a conquista dos direitos das mulheres, especialmente na entrada de mulheres no mercado de trabalho formal. Esses avanços e conquistas (ainda que pequenos) suscitaram uma série de reações contrárias, as quais intitularam-se como "a crise da família". (LEMOS; SOUZA. 2009).

como era necessário protegê-las da "ideologia de gênero". Dessa forma, enfatizaram a importância de controlar o espaço escolar para evitar que crianças e jovens sejam doutrinados por essa "ideologia". Nos discursos veiculados, a maioria das vereadoras alertava aos pais ou responsáveis: "Quero chamar a atenção dos senhores pais que estão ouvindo este discurso" (VEREADORA 9, 28/07/2016) e elas alertavam para os perigos da "ideologia gênero", na qual professores e autores de livros didáticos estariam utilizando as salas de aula para obter dos estudantes a adesão a essas correntes ideológicas. Para as vereadoras, a consequência da "ideologia de gênero" nas escolas seria a destituição das identidades femininas e masculinas: "ideologia de gênero nas escolas significa criar um falso ambiente de igualdade e neutralidade, onde eles terão acesso a brinquedos, roupas e até mesmo banheiros compartilhados. Não há limites, tudo é possível" (VEREADORA 9, 28/07/2016)

Segundo as vereadoras evangélicas, o perigo maior é proveniente do "marxismo cultural", o qual produz a "ideologia de gênero". Para Vereadora 6 (04/10/2016) essa doutrina "é um instrumento usado pela *esquerda* para tentar conquistar a *sociedade ocidental*. E produzir nela todas essas ideologias: a ideologia de *gênero*, a questão da *homossexualidade*, a questão da *esquerda*. A questão do *comunismo*, Marx e tudo isso aí". O Projeto de Lei Escola Sem Partido também foi defendido nas campanhas eleitorais. Para as vereadoras evangélicas, esse projeto representa uma escola "sem doutrinação ideológica, seja religiosa, seja moral, seja sexual, que vai contra o que nós pensamos" (VEREADORA 6, 04/10/2016).

Observa-se que diferentes conceitos e perspectivas teóricas/epistemológicas foram aglutinadas sob um único conceito, a "ideologia de gênero" que passou a representar todo o comportamento negativo que se alastra na sociedade brasileira. De outro lado, no oposto à essa ideologia estão os setores cristãos que defendem a família tradicional e os valores conservadores. Duas vereadoras evangélicas afirmaram que sofrem discriminação por serem cristãs: "Estamos cansados de sermos assim, colocados contra a parede, de sermos discriminados pelo nosso pensamento conservador, e daí? qual é o problema? eu tenho um pensamento conservador, eu gosto da família como tá na Bíblia" (VEREADORA 6, 04/10/2016). Além disso, o combate à "ideologia de gênero" nos planos municipais de educação foi usado para justificar a reeleição das candidatas. Elas mostravam como atuaram para barrar esses conteúdos: "tenho me colocado contra o aborto. E também contra

a ideologia de gênero nas escolas municipais, continuo firme e forte neste propósito que é o de valorizar e defender as nossas família" (VEREADORA 9, 01/08/2016).

As vereadoras também foram chamadas a se posicionar sobre esse assunto devido à crescente manifestação dos movimentos sociais religiosos, os quais financiaram a produção de cartilhas e artigos que foram distribuídos à população. Os materiais enfatizavam a importância de combater a "ideologia de gênero" e incentivavam que o eleitorado pressionasse o poder público para retirar os termos gênero e orientação sexual dos planos municipais de educação. O conteúdo da cartilha "Você já ouviu falar da Ideologia de Gênero: Conheça esta ideologia e entenda os perigos que você e seus filhos estão correndo!"⁸⁰ (2015) exemplifica esse ponto:

Em todas as Assembleias Legislativas dos Estados e nas Câmaras de Vereadores dos Municípios, os deputados estaduais e vereadores terão de aprovar estes planos. Por isso você precisa comparecer junto aos deputados e vereadores exigindo que eles não coloquem o termo gênero e orientação sexual em nenhum artigo ou parágrafo da lei, e nem nas metas do Plano de Educação Estadual ou Municipal. Caso contrário, todas as Escolas, de ensino público e privado, terão de adotar a ideologia de gênero. (MACHADO, 2018, p. 12).

Os debates em torno da esfera familiar também aglutinaram a defesa da vida, atacando posicionamentos "pró-aborto"⁸¹. Os segmentos evangélicos são conhecidos por suas articulações em torno da criminalização total do direito ao aborto no país⁸². As iniciativas do movimento feminista para descriminalizar o aborto surgem no Brasil nos anos 70 e o processo Constituinte (1986 – 88) foi marcado pela intensa realização e mobilização dos setores religiosos e conservadores do país, contrários ao direito do aborto. A Assembleia de Deus ampliou sua representação política com base na "defesa da vida e contra o aborto" (BARSTED, 2007; ORO, 2011). Atualmente as igrejas evangélicas encabeçam a maioria das manifestações e iniciativas para criminalizar totalmente o aborto. Por exemplo, na

⁸⁰ Editora Cléofas, Você já ouviu falar da Ideologia de Gênero: conheça esta ideologia e entenda os perigos que você e seus filhos estão correndo. Disponível em: <https://cleofas.com.br/voce-ja-ouviu-falar-sobre-a-ideologia-de-genero/>. Acessado em: 14.jan.2019.

⁸¹ O direito a descriminalização e legalização do aborto no país.

⁸² No Brasil, o direito ao aborto é permitido nos seguintes casos: em caso de estupro; quando a gestante corre risco de vida e se o feto for anencéfalo.

54ª legislatura (2011 – 2014) foram identificados 101 discursos para criminalizar a prática de aborto no país, entre os quais 97 foram manifestados por cristãos⁸³.

Em que pese a legislação sobre o aborto ser do âmbito federal, 1/4 das vereadoras evangélicas inseriram esse tema na plataforma da campanha nas eleições municipais e apresentaram-se como "pró-vida" e contra o aborto. Ainda que elas tenham uma ação local e não incidam diretamente sobre o código penal, elas adaptaram seus discursos para as eleições municipais, mostrando-se como candidatas comprometidas com os valores cristãos, enquadrados na plataforma (neo)pentecostal. O discurso da Vereadora 3 (PHS), pertencente à IIGD, exemplifica esse ponto:

[...] Tenho trabalhado em favor da vida, pois acredito que Deus deu a vida e só ele pode tirar. Aprovei o Dia Municipal da conscientização anti-aborto, hoje Salvador tem uma lei que é a favor da vida, e defende a vida. Pois acredito que aborto é assassinato de inocentes. Para continuar lutando a favor da vida, conto com o seu voto (VEREADORA 3, 30/09/2016).

Em relação à sexualidade, importa destacar que metade das vereadoras enfatizou a defesa da família tradicional, não abrangendo todos os arranjos familiares. Durante a campanha eleitoral a vereadora recifense, a Missionária Vereadora 15 (PP) trouxe duas obreiras da sua igreja para que relatassem o papel do Ministério, o qual foi apresentado como responsável por retirá-las das drogas e convertê-las em evangélicas. Porém, durante as falas das obreiras e da vereadora, observou-se que a atuação do projeto social foi estendida para evangelizá-las e controlar a sexualidade de ambas. Em certo momento do depoimento, elas afirmam que agora são amigas e não vivem mais como um casal, apesar de terem um filho juntas. "O que eu fico mais impressionada, gente, é que a sua companheira hoje também entregou a vida dela a Jesus e se converteu evangélica. Vocês agora estão como amigas" (VEREADORA 15, 01/09/2016). A destituição dessa família foi, em certo sentido, comemorada pela vereadora e produzida devido à atuação do seu ministério (projeto social).

A população LGBT também é foco em outros discursos da campanha eleitoral da Missionária Vereadora 15, em que ela reforçou a importância de projetos de lei que garantam a *liberdade religiosa* para os cristãos (evangélicos) em relação a essa

⁸³ SCAPINI, Gabriela; VAZ, Francine. Criminalização do corpo feminino: os debates sobre aborto no Congresso Nacional (2011-2014): In: Anais do VI Seminário Discente PPGS-UFRGS 2017: múltiplos olhares desde o Brasil, p. 56 - 67, 2017.

comunidade, mais especificamente o direito dos pastores pentecostais em recusar casar pessoas do mesmo sexo: "porque a coisa está avançando dentro das nossas igrejas e daqui a pouco um pastor que se negar a fazer um casamento pode ser até preso, ou chamado de homofóbico" (VEREADORA 15, 03/09/2016). Tal discurso elucida como os avanços e conquistas de direitos da comunidade LGBT causam preocupação em alguns segmentos evangélicos, especialmente com as propostas que buscam criminalizar a homofobia no Brasil. (MACHADO, 2018, p. 08)⁸⁴.

A análise de dados apontou que a maioria das vereadoras da AD e IIGD adotaram posicionamentos mais conservadores em relação à comunidade LGBT e defenderam a família no modelo heteronormativo, enquanto as demais vereadoras não manifestaram-se sobre esses temas. Por sua vez, a vereadora carioca Vereadora 29 (MDB) se manifestou a favor da comunidade LGBT nos materiais veiculados em sua campanha e também recebeu apoio eleitoral de membros dessa comunidade. Ainda que esse tenha sido um posicionamento de uma única vereadora evangélica, ele elucida a complexidade do campo evangélico e rompe com o senso comum de que a totalidade dos evangélicos é conservadora, principalmente quando atuam na esfera da política institucional. Para Almeida (2017, p. 06) "muitos destes destoam do *mainstream* conservador (cuja atuação política dá-se mais pela via eleitoral) e preferem a militância política na sociedade civil", acrescentando que o próprio termo "evangélico" está em constante disputa entre os que se autodeclararam como tal.

Também é importante reforçar que a concepção de "mulher" esteve baseada na *heteronormatividade*, conforme as falas das vereadoras indicaram. Em vários discursos de campanha, elas reforçam a concepção de que a humanidade é binária, existindo apenas homem e mulher:

Esta nefasta ideia de ideologia de gênero parte da crença de que o sexo masculino e feminino são construções sociais. O termo gênero não passa de um conceito ideológico que é imposto para anular as aptidões de cada sexo. Mas sabemos que homem nasce homem, a mulher nasce mulher. Não existe um terceiro sexo [...] de dirigir a vida das crianças com relativismo filosófico sem nenhuma base científica. Uma rebelião contra os princípios de Deus, contra a natureza, e contra a própria ciência" (VEREADORA 9, 28/07/2016).

Esse discurso veiculado pela vereadora recifense Vereadora 9 (PSB) evidencia o não reconhecimento da existência de inúmeras mulheres brasileiras, tais

⁸⁴ Projeto de Lei da Câmara nº 122 (2006).

como as lésbicas, transexuais, travestis ou não binárias. Conforme Machado (2018) os segmentos religiosos, em especial "os representantes da Santa Sé desejam reafirmar a concepção de mulher oriunda da biologia e reforçar os papéis atribuídos a ela tradicionalmente: o de esposa e o de mãe". Assim se enquadram os esforços do Vaticano em substituir as palavras gênero por sexo para "re-biologizar a diferença sexual, isto é, estabelecer um estreito conceito biológico da reprodução como um destino social da mulher" (BUTLER apud MACHADO, 2018, p. 10).

Para Machado (2018) as controvérsias sobre os direitos humanos e a incorporação da categoria de gênero e orientação sexual nas políticas públicas implicou um embate entre os movimento feminista e LGBT, de um lado, e os atores religiosos cristãos, de outro lado. Essa disputa reativou e colocou sob novos termos a disputa entre as esferas religiosas e científicas em como pensar a ordem social e as relações humanas: "trata-se de uma disputa sobre significados em que os atores da esfera religiosa se apropriam de determinadas ideias do campo científico para defender a concepção que atrela a verdade à crença em Deus e dá autoridade moral aos sacerdotes" (MACHADO, 2018, p. 1). O seguinte discurso exemplifica esse ponto: "a ideologia de gênero busca dirigir a vida das crianças com relativismo filosófico sem nenhuma base científica. Uma rebelião contra os princípios de Deus, contra a natureza, e contra a própria ciência" (VEREADORA 9, 28/07/2016).

A análise até aqui desenvolvida apontou o investimento das candidatas evangélicas, sobretudo as que pertencem às igrejas Assembleia de Deus, Internacional da Graça e Batistas, na defesa da família tradicional e nos valores cristãos, com base nas manifestações contrárias aos estudos de gênero. A reflexão teórica da feminista Anne Phillips (2013) contribui para compreender o posicionamento dessas vereadoras.

Quando a batalha pela paridade de representação é conduzida em nome dos 'interesses das mulheres' ou dos 'interesses dos negros', isso pode gerar noções essencialistas de uma voz unificada, que não tem validade teórica nem empírica. Estimulando a visão de que qualquer mulher é representativa de todas as mulheres. (PHILLIPS, 2009, p. 234).

Sendo assim, o fato de essas vereadoras evangélicas serem mulheres não significa que elas vão representar indiscriminadamente todas as mulheres, e muito menos que uma agenda feminista vai ser defendida por elas.

4.1 SUJEITO MULHER: O IDEAL DA MULHER-MÃE

A defesa de mais mulheres na política também esteve ancorada em discursos que enfatizavam as "qualidades femininas", sendo essas marcadas por "estereótipos de gênero". É importante ressaltar que, de um lado, as vereadoras evangélicas reconhecem as desigualdades e discriminações que afetam diretamente às mulheres, discutindo a importância desse gênero ocupar espaço na política institucional. De outro lado, elas o fazem a partir dos estereótipos de feminilidade, afirmando que as mulheres devem estar na política devido às funções que elas exercem na esfera familiar. Os estereótipos de gênero correspondem aos papéis tradicionais de gênero, os quais caracterizam "um conjunto muito arraigado de crenças sobre os atributos pessoais 'mais adequados' social, política e culturalmente a homens e mulheres, brancos e negros, homo e heterossexuais, sejam estas crenças individuais ou compartilhadas" (MATOS; PINHEIRO, 2012, p. 57).

As vereadoras evangélicas constituíram as mulheres como uma "mãe" que gerencia a vida familiar, sobretudo dos filhos. "Na hora de pensar na creche para acolher o seu filho, na hora de decidir para onde ele vai estudar, você, que é mãe, sabe o que é melhor. A mulher sabe o que é melhor para a sua família. Por isso, nós acreditamos que é preciso ter mais mulheres na política". (VEREADORA 2, 17/07/2016). O conteúdo desse discurso carrega uma valorização positiva das experiências femininas e, no limite, afirma a superioridade moral das mulheres em relação aos homens (RAMOS, 2015). Sendo assim, esses discursos relacionam-se com a defesa das teóricas feministas maternais (*maternal thinking*) que reforçam a importância das mulheres ocuparem os espaços públicos sem destituírem-se de suas características de feminilidade, enfatizando a importância da maternidade na vida das mulheres. Para Sara Ruddick (1995) a inclusão das mães na política tornariam as relações em sociedade mais pacíficas e melhores para o conjunto da população:

Maternal politics of peace: peacemakers create a communal suspicion of violence, a climate in which peace is desired, a way of living in which it is possible to learn and to practice nonviolent resistance and strategies of reconciliation. This description of peacemaking is a description of mothering. Mothers take their work

seriously and create a women's politics of resistance. (RUDDICK, 1995, p, 245).

As vereadoras evangélicas compartilharam a concepção de que a maternidade é transformadora na vida das mulheres: "A maternidade, ela me transformou mesmo. Trouxe para mim uma sensibilidade, trouxe um novo olhar sobre a sociedade. Eu acho que hoje eu consigo passar isso para os meninos, de amar o próximo, de se cuidar" (VEREADORA 23, 14/07/2016). Observa-se que a feminilidade e as relações na esfera privada foram valorizadas ao enfatizar os valores de interdependência, conexão, confiança, emoção que as mulheres possuem devido ao exercício da maternidade. Assim, as mulheres devem compartilhar esses atributos com a comunidade (eleitores). "Cabe a nós, mulheres, com a sensibilidade que nós temos, para passar muito carinho e amor a todos que estão à nossa volta" (VEREADORA 5, 15/08/2016).

Discursos semelhantes foram veiculados nas campanhas eleitorais de várias vereadoras, os quais reforçam a importância da sua eleição. Elas entrariam no campo da representação política e usariam da sensibilidade feminina para proteger e cuidar da população – da mesma maneira que elas cuidam do seu núcleo familiar. Dessa forma, elas direcionavam seus apelos para as mulheres (mães) e solicitavam que essas pensassem com o *coração* na hora da escolha, conforme expressa a vereadora rio-branquense Vereadora 2 (PROS), pertencente à AD.

Nós, mulheres, como vereadoras e prefeitas, certamente na hora de cuidar da saúde, dos tratamentos médicos e dos preventivos para a mulher, elas vão pensar como você pensaria. E isso faz toda a diferença, na hora de escolher em que vai te representar pense com o coração de mulher e escolha certo e escolha bem (VEREADORA 2, 17/07/2016).

A partir das falas das vereadoras evangélicas, constatou-se que a maternidade foi a característica definidora do "feminino" e auxiliou a inserção das mulheres na política, no campo dos afetos. Foram usados diversos estereótipos de gênero para justificar a participação dessas vereadoras na política institucional. Entre os elementos trazidos por elas, está o uso recorrente de figuras bíblicas femininas, apresentadas como modelos ideais de feminilidade. Essas figuras foram retratadas como mulheres de liderança em seu tempo: elas atuaram nas decisões políticas, cuidando e orientando a população. Também diferenciaram-se ao guiar suas decisões a partir da vontade de Deus e, sobretudo, exerceram o papel de mães amáveis e dispostas a se sacrificarem em prol dos seus filhos.

Conhecemos o grande líder que foi Moisés, mas podemos dizer que Moisés deve os seus ensinamentos à sua mãe, Joquebeth [...] Apesar de todas as dificuldades, uniu o coração de Moises e seus irmãos as coisas do céu e ensinou a todos amor e lealdade a Deus, mesmo em condições desfavoráveis, permaneceu fiel e nunca desistiu (VEREADORA 14, 23/08/2016).

Dessa maneira, a feminilidade das figuras bíblicas apareceu como fonte de inspiração para as vereadoras evangélicas: a mulher "ideal" é aquela que segue os ensinamentos de Cristo e "não se vende aos costume deste século" (VEREADORA 9, 08/08/2016). A devoção à família é fundamental nessa visão e encontra base em ditados populares e no senso comum, onde "ser mãe é padecer no paraíso" (SOUZA; LEMOS2009). Dificuldades apareceram nos materiais audiovisuais das vereadoras, onde elas reforçam a "superação" das mulheres que seguem a Deus:

Deus tem usado a história dessa mulher para nos ensinar uma grande lição: maternidade nem sempre é fácil, mas Deus tem grandes planos para as nossas famílias que começa das escolhas certas de cuidar bem de nossos filhos, mesmo quando há resistência. (VEREADORA 14, 23/08/2016)⁸⁵.

O nível educacional e as mudanças nos arranjos familiares contribuíram para mudar a vida de mulheres brasileiras. Hoje elas são a maioria nas universidades, mas continuam recebendo salários menores e ocupando menos cargos de poder (BIROLI, 2011). Na maioria dos casos, as mulheres acessam os espaços da política institucional sob uma constante negociação: elas precisam demonstrar capacidade técnica e, ao mesmo tempo, demonstrar como são "boas mães e esposas" para indicar que, embora busquem uma posição na esfera pública, não se afastam dos estereótipos de afetividade atribuídos à vida privada.

Os estereótipos de feminilidade e a centralidade na maternidade se refletem nas propostas de campanha, especialmente no tema saúde da mulher. Em sua grande maioria, as promessas dessas vereadoras visavam melhorar a condição e ampliar o acesso à rede de saúde pública para as mulheres, especialmente para a gestante ou a mãe⁸⁶. A campanha eleitoral da vereadora paulistana Vereadora 20 (PSDB), pastora na Comunidade da Graça, teve como um dos principais focos a defesa do parto humanizado e o direito ao aleitamento em locais públicos. "Dar à luz a um filho é um contato único entre a mãe e o bebê [...] no entanto, ainda existem muitos casos de violências obstétricas que podem agravar os quadros de depressão

⁸⁵ Aqui Vereadora 14 (2016) está se referindo à Joquebeth.

⁸⁶ As principais promessas eleitorais podem ser consultadas no Apêndice A.

pós-parto. Incentivar mulheres a fazer a opção do parto normal" (VEREADORA 20, 26/09/2019).

Vereadoras evangélicas "genéricas" também usaram os estereótipos de feminilidade. A trajetória da carioca Vereadora 29 (MDB) exemplifica esse ponto: ela entrou para a política partidária aos 25 anos, tendo iniciado a sua carreira profissional na área de entretenimento como apresentadora e cantora no programa musical *Furacão 2000*, exibido em rádio e televisão, e recebeu o título de *rainha do funk* devido às suas danças. Contudo, sua imagem foi alterada para uma mais *recatada* após as eleições ainda nos anos 2000, onde ela explorou o fato de ser mãe de dois filhos e lançou-se como a "Mãe Loura" da juventude carioca (MACHADO, 2006, p. 55). No material seu material de campanha eleitoral, ela apresentou-se como uma mãe dedicada aos seus filhos e à população jovem do Rio de Janeiro. As palavras "Mãe Loura" estiveram em quase todos os discursos da sua campanha eleitoral.

Mãe loura nasceu numa comunidade, a mãe loura casou com os 15 anos, mãe loura foi despejada seis vezes. Como muitas mulheres brasileiras, mãe loura conseguiu vencer na vida porque a bicha trabalhou. Mãe loura é representante de um movimento popular mais forte do país: ela é a mãe do *funk*. (VEREADORA 29, 25/09/2016).

As vereadoras Vereadora 20 (PSDB) e Vereadora 10 (PRB) apresentaram-se como feministas, tanto em suas biografias como nos vídeos das suas trajetórias. A primeira se apresentou como defensora dos direitos humanos, principalmente manifestando o seu apoio ao movimento internacional ElesporElas (*HeforShe*)⁸⁷. De forma semelhante, Vereadora 10 (PRB) apresentou o feminismo em sua biografia quando relatou suas atividades no projeto social "Mulheres Notáveis", o qual "não só fomenta o feminismo inteligente, mas também dá apoio para essas mulheres"⁸⁸.

Apesar disso, foram poucos os momentos que o feminismo foi evidenciado em suas campanhas eleitorais. Percebe-se que as duas apresentaram o tema de forma sutil para evitar o estigma de "feminista". Afinal, parte dos segmentos evangélicos é adversa ao feminismo, pois ele é associado a uma "ideologia"

⁸⁷ O movimento ElesporElas (*HeforShe*) foi criado pela ONU Mulheres e fomenta a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. "É um esforço global para envolver homens e meninas na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial, e ajudar homens e mulheres a modelarem juntos uma nova sociedade". Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/elesporelas/>. Acessado em: 19.jan.2019

⁸⁸ Recentemente o trecho sobre "feminismo inteligente" foi retirado da página oficial da Vereadora 10 (PRB).

perversa à sociedade. Em linhas gerais, as duas vereadoras não apresentaram discussões profundas sobre esse tema e tampouco ele esteve presente nas promessas eleitorais⁸⁹ que pudessem distingui-las das demais eleitas. Ambas mantiveram-se com uma postura tradicional em relação aos papéis femininos na vida cotidiana e na política, e suas promessas eleitorais direcionaram-se para as mulheres-mãe.

As reflexões até aqui apontam que todas as vereadoras acionaram estereótipos de gênero para ancorar suas campanhas eleitorais. De forma geral, elas usaram os papéis ligados à divisão sexual do trabalho para reforçar a competência feminina. Também observou-se uma proximidade na construção discursiva entre as igrejas evangélicas e as teóricas maternais – principalmente na valorização da instituição família, reforçando a superioridade moral dos valores difundidos nessa esfera, onde ela representa um espaço "sagrado" e fundamental para a reprodução dos valores positivos à nação brasileira. A partir das considerações ora apresentadas, o próximo item objetiva analisar como a questão da violência de gênero foi apresentada pelas 29 vereadoras evangélicas.

4.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A maioria das vereadoras evangélicas discutiu a violência que afeta as mulheres, o que está relacionado aos dados de 2016 sobre a violência de gênero, nos quais se constatou que 503 mulheres no Brasil foram vítimas de agressão física a cada hora, totalizando 4,4 milhões de casos naquele ano. Frente a essa alarmante situação, as candidatas evangélicas tiveram na violência de gênero um tema central em suas falas de campanha eleitoral. Na figura abaixo, é possível identificar as principais palavras veiculadas nos discursos das vereadoras evangélicas sobre o tema de violência.

Figura 3 - Principais palavras veiculadas nos discursos sobre violência

⁸⁹ De forma geral, candidatas autodeclaradas feministas usam essa identidade em suas campanhas e também apresentam promessas eleitorais para ampliar as discussões feministas na esfera pública.



Fonte: Dados coletados em campo (2018). Elaborado pela autora.

Assim, é importante analisar a relação entre os discursos cristãos e a violência contra as mulheres. Esse tema já foi objeto de análise de diversas pesquisas e trazem importantes contribuições para essa discussão (SOUZA; LEMOS, 2009; VILHENA, 2009). Para essas autoras, a maioria das religiões são sistemas produtores de sentido, na medida em que concebem o casamento como uma união para a vida toda, não importando quais são as situações que o casal vai vivenciar, sejam elas violentas e/ou abusivas. Com isso, as relações no espaço doméstico tendem a perpetuar hierarquias nas relações de gênero que engrenam abusos que afetam as mulheres. As instituições são apontadas como as principais responsáveis por perpassar esses valores, especialmente através da socialização que os indivíduos recebem desde a infância, e o discurso cristão hegemônico exerce um papel fundamental nessa produção de sentidos: "o que se experimenta na casa é fruto de uma cultura que produz e naturaliza as hierarquias de gênero, que se estrutura no âmbito da família, da escola, do Estado, da mídia e da religião, entre outros". (SOUZA; LEMOS2009, p. 21).

Essa discussão conduz à reflexão sobre o papel do poder simbólico na perpetuação das violências de gênero – e também aquelas exercidas contra demais grupos minoritários – , pois a existência e a manutenção dessas violências, seja no espaço doméstico ou em outras esferas da sociedade, existe devido à cumplicidade das representações encontradas nos espaços religiosos sobre os homens e

mulheres (SOUZA; LEMOS, 2009). Os relatos das mulheres que frequentam espaços cristãos demonstram o papel exercido por lideranças religiosas na manutenção dessas violências, sejam elas físicas ou simbólicas. Diversas mulheres desejam romper seus relacionamentos devido aos abusos que sofrem e são desencorajadas a fazê-lo, pois elas devem ser pacientes e buscar que o comportamento do seu esposo seja modificado e a família permaneça unida (VILHENA, 2009).

A partir dessas considerações, duas reflexões importantes são levantadas: (a) a literatura aponta que as tradições religiosas cristãs perpetuam formas tradicionais de organização familiar e contribuem na manutenção das violências sofridas pelas mulheres (SOUZA; LEMOS, 2009) e (b) durante as campanhas observou-se a preocupação das vereadoras evangélicas em combater a violência de gênero – ou violência contra as mulheres. Assim, é pertinente refletir a tradição religiosa que perpetua a violência e, por outro lado, as vereadoras evangélicas buscam romper com essa situação, mesmo recebendo apoio das denominações evangélicas.

As respostas a essas indagações, a partir do material analisado nesta dissertação, indicam a ocorrência de pequenas transformações e lutas nos espaços religiosos. A violência doméstica cada vez mais é reconhecida como uma violação dos direitos das mulheres e não deve ser tolerada. Nesse sentido, as visões liberais sobre a organização da família como um espaço onde o Estado não deve interferir, assim como os ditados populares afirmam "em briga de marido e mulher não se mete a colher" também são questionados e rechaçados pelas teóricas feministas. Assim, elas questionam e desafiam a visão liberal que separa as esferas entre público e doméstico (privado/familiar) ao afirmar que o pessoal também é político (SOUZA; LEMOS, 2019). As pressões exercidas pelos movimentos feministas e de mulheres buscam alterar a visão de que as mulheres são inferiores e devem ser submetidas à autoridade do homem⁹⁰, impulsionando para que o Estado ou as próprias igrejas interfiram e produzam relações de gênero mais igualitárias.

As considerações acima podem ser fruto das seguintes transformações sociais observadas nos últimos anos: (a) os discursos religiosos cristãos rearranjaram-se a partir da *modernidade* e o processo de secularização

⁹⁰ Por exemplo, o Código Civil de 1916 permitia que as mulheres fossem mortas por seus maridos quando adúlteras. Apesar de muito importante, a alteração nesse código civil não inibiu a prática de femicídio.

proporcionou uma relativização de seu poder, ainda que esses discursos exerçam ampla influência no cotidiano das pessoas. À medida que as mulheres (neo)pentecostais se deparam com múltiplas instituições produtoras de sentido, para além da religião, elas reorganizam as suas percepções e questionam; por exemplo, a visão hegemônica de subordinação das mulheres aos homens; (b) a atuação do movimento feminista (nacional e internacional) pautando discussões públicas e denunciando a violência doméstica, pressionando a aprovação da Lei Maria da Penha e pela tipificação do crime de Femicídio (MACHADO, 2005). O combate à violência doméstica fez com que diversas mulheres se identificassem com essa situação e, com isso, demandassem por soluções. As mulheres, mesmo dentro dos espaços religiosos, discutem esse tema e buscam por possíveis soluções. Tal movimento culmina na incorporação das discussões sobre a violência doméstica nas campanhas eleitorais das vereadoras evangélicas em 2016.

Soma-se a isso o reconhecimento de que parte das mulheres evangélicas vivencia ou já vivenciou uma situação de violência de gênero e que elas têm demandando uma solução que coloque fim a esse ciclo de violências, o que leva os representantes políticos a incluir, cada vez mais, essa discussão em suas propostas de campanha. Por exemplo, oito candidatas evangélicas citaram dados oficiais sobre a violência contra as mulheres em suas propagandas eleitorais. O discurso da Pastora D. A. durante a campanha eleitoral de Vereadora 6 (PSDB), obreira na Assembleia de Deus e eleita vereadora em João Pessoa, exemplifica esse ponto:

E nós precisamos continuar esse trabalho em João Pessoa, vocês sabiam que em João Pessoa uma mulher é estuprada a cada três horas? vocês sabiam que a cada 11 minutos uma mulher é violentada no Brasil? e a realidade em João Pessoa é a mesma. Vocês sabiam que a cada cinco meninas, uma será abusada no Brasil até 18 anos de idade? a gente precisa frear isso, a gente precisa parar isso. (PASTORA D. A. 11/09/2016).

A vereadora paulistana Vereadora 20 (PSDB), pastora na Comunidade da Graça, dedicou importante espaço para esse tema que, em sua visão, é um direito humano das mulheres. Ela apresentou em seu material de campanha uma breve discussão com o Pastor Z. M., lançando para ele o seguinte questionamento: "não denunciar o agressor, se ele for meu parceiro, me faz submissa?" (VEREADORA 20, 11/08/2016). E ele a responde:

Não, te faz infiel a Deus. Porque você não foi chamada por Deus a ser inferior a ninguém, você é igual a qualquer ser humano em condição e valor [...] Você é imagem e semelhança de Deus, então

se você aceita o papel inferior e inadequado que Deus te deu, você vai estar sendo infiel a Deus (PASTOR Z. M., 11/08/2016).

Outro aspecto também foi identificado nos materiais de campanha e não deve ser negligenciado: o tema "violência contra as mulheres", é um grande guarda-chuva para as várias formas de violências que afetam "as mulheres". Em 13 discursos a violência no espaço doméstico foi abordada e a fala da Vereadora 9, obreira na Assembleia de Deus em Recife, sintetiza a percepção desse tema:

A paz do Senhor, minhas irmãs e irmãos, hoje eu tenho um recado para todas as mulheres da nossa cidade. Na câmara de Recife quero trabalhar na criação da frente parlamentar em defesa dos direitos da mulher vítima da violência doméstica. Minha proposta, inclusive, já está tramitando lá, sou mulher, mãe, avó, e reconheço a importância do combate a violência, precisamos lutar para que nossos direitos sejam garantidos, sempre com muita ética e respeito, afinal, somos as flores do jardim de Deus (VEREADORA 9, 18/09/2016).

Essa fala da candidata evangélica é instigadora e permite analisá-la a partir de duas situações: primeiro, por ser um discurso ligado a um perfil específico de mulheres – àquelas que vivem em uma família heteronormativa e sofrem alguma violência neste espaço. Essas mulheres, sobretudo, devem ser protegidas e, no limite, essa proteção relaciona-se com o fato delas seguirem os "ensinamentos de Deus" e estarem no caminho esperado para uma mulher digna: o casamento e a maternidade, conforme a interpretação religiosa. O segundo ponto evidencia a busca pela união familiar, ainda que, para isso, o Estado precise interferir de modo a "reorganizar" essa esfera sem que a mulher sofra violências em sua casa.

A maioria dos discursos não denunciou quem pratica e perpetua as violências de gênero, mas esse assunto também foi abordado nas falas de duas vereadoras e de forma sutil e pouco explícita. Por exemplo, durante o discurso sobre a violência doméstica, a vereadora de Goiânia Vereadora 23 (PSD) da Igreja Manancial da Vida, enfatizou que "precisamos falar desse outro que está misturado na lama e precisamos encontrar"⁹¹ (04/08/2016), mas sua fala não deixa explícito quem é esse "outro" e o que deve ser feito para que ele não pratique mais violências.

⁹¹ Discurso completo de Vereadora 23 (PSD): Mulheres tiveram que estar na cadeira de rodas para que hoje existisse Maria da Penha, para que hoje a Luiza Brunet, uma artista famosa que sofreu uma violência, pudesse denunciar e ser ouvida. Então hoje a nossa luta, foi derramada às vezes com lágrimas com sangue, com esperança e com vontade. Nós somos essas mulheres que precisamos incentivar as mulheres, precisamos falar desse outro que está misturado na lama, e precisamos encontrar. Essa é a minha inspiração para falar de política.

Em linhas gerais, a maioria das vereadoras evangélicas discutiram sobre a violência doméstica de forma genérica, sem abordar diretamente quem pratica essa ação. Nesse sentido, elas enfatizaram: (a) como elas têm buscado, dentro de projetos sociais ou da atuação em seu mandato eleitoral ou também em seu futuro mandato criar mecanismos que combatam essa violência; (b) reforçando a importância da união entre mulheres para ampliar a autoestima feminina e combater as violências que as afetam, sobretudo no espaço doméstico.

É importante destacar que apenas na campanha eleitoral de quatro vereadoras foi discutida a importância de combater as inúmeras violências que afetam não só as mulheres brancas, mas também as negras. Chama atenção o baixo número dessa discussão nas campanhas eleitorais, pois os dados divulgados em 2016 apontaram que mulheres negras e pardas foram as que mais sofreram violências de gênero (63%). Os mesmos estudos também alertaram que enquanto o feminicídio de brancas foi reduzido nos últimos anos, o mesmo crime aumentou em 54% para as mulheres negras⁹². Mesmo diante desses dados alarmantes, as análises indicaram que a maioria das vereadoras invisibilizou a violência que mulheres negras sofrem no país. Sendo assim, observou-se que, por um lado, o tema da violência apareceu na maioria das campanhas eleitorais: as vereadoras evangélicas reconhecem e buscam combater a violência de gênero; por outro lado, esse reconhecimento não implica *necessariamente* em uma solidariedade racial:

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil (CARNEIRO, 2003, p. 120).

Foram quatro vereadoras evangélicas eleitas que se autoidentificam como negras, e metade delas incorporou demandas para essa população durante suas falas de campanha eleitoral, principalmente enfatizando o combate ao racismo e a importância de considerar as especificidades da população negra durante a elaboração de propostas legislativas. Além disso, destaca-se que a temática do racismo na sociedade brasileira também foi abordada pelas candidatas negras e brancas a partir de perspectivas diferentes. Para as primeiras, o racismo e as

⁹² Blogueiras Negras, Qual a cor da violência: feminicídio de mulheres negras no Brasil. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2018/01/10/cor-da-violencia-femicidio-de-mulheres-negras-no-brasil/>. Acessado em: 18.dez.2018.

discriminações que a população negra sofrem foram centrais em suas campanhas eleitorais, especialmente em relação às mulheres negras. Elas abordaram esse assunto em diversos momentos e prometeram criar projetos e iniciativas legislativas para combater a desigualdade racial no Brasil. Esse assunto foi mais frequente na campanha eleitoral das candidatas Vereadora 10 (PRB) e Vereadora 28 (PRB), ambas da IURD, e esteve vinculado à trajetória de vida das vereadoras.

A vereadora 29 (MDB) mencionou o tema em apenas uma passagem e de forma superficial. Já a vereadora 24 (PRB) abordou a situação da população negra no país, porém, suas falas foram marcadas pelo "mito da democracia racial" (GONZALEZ, 1983). Por exemplo, a representante se manifestou da seguinte forma "Deus me pinta de piche só pra dizer porque eu amo negro, se eu amo negro, eu tenho que ter a cor negra? Não, porque negro eu sou. Negro é o que tá dentro de mim, é a minha raça e eu não nego" E ela prossegue seu discurso e reforça, ainda mais, o "mito da democracia racial" ao afirmar que por ser brasileira, ela possui o sangue dos escravos angolanos: "Quem colonizou o Brasil foram os navios primeiro de Angola e Moçambique, que eu tive a oportunidade de conhecer. Então eu acho que sou muito mais negra do que muita gente que se diz negra aí" (VEREADORA 24, 25/07/2016). Seu posicionamento remete ao "pardo dilema" discutido por Joyce Lopes. Nesse dilema, onde o sujeito branco se autodeclara negro:

Destoa a aplicação da interseccionalidade, porque o racismo não alcança esta experiência, por mais que se apresente de turbante, significados religiosos de candomblé, seja classe trabalhadora, a sistemática racista não alcança esta identidade na matriz de opressão [...] Acessórios estéticos de negro são resolvidos quando as identidades tiram as aparências e mantêm suas peles brancas. (AKOTIRENE, 2018, p. 42).

As análises até aqui desenvolvidas apontaram para uma proximidade entre o combate à violência contra a mulher e os sentidos de maternidade, em que a mulher mãe-esposa deve ser protegida para não sofrer nenhuma violência. O que está em jogo é a reprodução e manutenção da família tradicional. Esse mesmo padrão foi constatado nas políticas públicas voltadas à saúde da mulher, cujo foco sempre esteve direcionado à maternidade, ao cuidado da mulher gestante e ao aleitamento materno. Foram poucas as mulheres que incluíram a violência contra a mulher negra em suas discussões, apresentando propostas para combater o racismo e a discriminação que acomete, sobretudo as negras.

Dentro dos limites, os resultados da presente dissertação vão ao encontro de pesquisas desenvolvidas no campo de estudos sobre gênero, religião e política, reforçando o papel exercido pelas igrejas/lideranças religiosas no período de campanhas eleitorais. Em sua maioria, as candidatas evangélicas justificaram sua entrada (ou permanência) na política institucional a partir dos seus vínculos religiosos e/ou familiares. Elas também exploraram a sua vida pessoal (maternidade) como importantes para o exercício de um mandato eleitoral. Assume relevância a presença constante das palavras mãe, esposa e filha durante as campanhas eleitorais, onde diversas candidatas tiveram suas qualidades ressaltadas por serem "boas mães, boas esposas, "mulheres de Deus", "dignas".

Pode-se afirmar que o "ser mulher" é naturalizado nos discursos das vereadoras, estando ligado à uma série de atributos, tais como: a sensibilidade, o cuidado, o amor maternal. A ética do cuidado e a diferenciação nas atribuições femininas e masculinas foi marcante e recorrente nos discursos de campanhas, sendo exceção as mulheres evangélicas que não exaltaram a figura da mulher associada à mãe. Ainda que não acionavam diretamente a maternidade, a ideia da "sensibilidade diferenciada" que as mulheres possuem devido à sua natureza dócil/gentil, estiveram presentes. Assim, o conjunto dos dados indicou uma conexão entre o conteúdo dos discursos de campanha e o pensamento maternal ou a política do desvelo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na última década, no Brasil, o aumento de representantes políticos identificados como evangélicos levanta questionamentos importantes sobre a interação entre política e religião. Observa-se também um significativo crescimento das mulheres pertencentes a essas denominações conquistando mandatos eletivos em diferentes esferas da política institucional. Diante desse cenário, a presente dissertação analisou as trajetórias políticas e as campanhas eleitorais de 29 vereadoras evangélicas eleitas no pleito municipal de 2016 nas capitais do país. O *corpus* analítico desta dissertação foi composto pelos materiais biográficos e as propagandas eleitorais veiculadas na web das referidas vereadoras. Esses dados foram obtidos no banco de dados do TSE, nas Câmaras Municipais e nas páginas oficiais das vereadoras (Facebook e Blogs). Os vídeos veiculados durante as campanhas foram transcritos e analisados, totalizando 657. Esse conjunto de materiais foi processado no software Nvivo a partir da técnica de análise de conteúdo (AC).

As informações coletadas apontaram que as 29 vereadoras foram eleitas em 15 capitais brasileiras, sendo as regiões nordeste e sudeste as que contaram com o maior número de representantes evangélicas. Essa tendência confirma os resultados de outros trabalhos acadêmicos: os evangélicos tendem a se eleger em regiões onde há maior penetração dessas igrejas, as quais contam com maior estrutura organizacional e número de fiéis. Em relação ao pertencimento religioso, a Assembleia de Deus foi o segmento que mais elegeu representantes, pelo menos uma em cada região, demonstrando sua capilaridade no território brasileiro. A IURD foi a segunda com mais eleitas, emplacando representantes nas regiões norte, nordeste e sudeste.

Para fins de análise, considerou-se que todas as 29 eleitas possuem o capital religioso devido à autoidentificação evangélica. Contudo, alguns fatores condicionaram para que elas usassem mais esse capital durante o período eleitoral de 2016. Por exemplo, a grande maioria dessas eleitas recebeu apoio de suas denominações religiosas e foram apresentadas como suas representantes oficiais. Também chamou atenção que diversos pastores/bispos justificaram o fato dessas

candidatas terem sido escolhidas como as "representantes oficiais" devido às relações de parentesco que elas possuem. Assim, elas foram apresentadas como "mulheres de família" e com "Cristo", merecedoras do voto de confiança dos evangélicos. Essa vinculação assumiu importância para as candidatas pertencentes à Assembleia de Deus e à Igreja Universal do Reino de Deus, as quais receberam apoio de uma rede maior de pastores/bispos. Com isso, elas destacaram a identidade evangélica com mais frequência. Esse resultado também é fruto do caráter corporativista dessas denominações, as quais possuem estratégias bem definidas para eleger seus representantes.

A maioria das vereadoras que compõem a amostra atuam em projetos assistenciais religiosos, com foco no público feminino. Nesses espaços, elas construíram uma importante rede social, conferindo maior visibilidade para essas figuras. Os projetos assistenciais também serviram para demonstrar o engajamento dessas vereadoras nas áreas sociais. Porém, observou-se que apesar desse conjunto de eleitas atuarem ativamente em suas denominações, apenas quatro vereadoras ocupam cargos de lideranças nessas igrejas. Entre essas, todas possuem parentesco com os fundadores de suas denominações.

O capital religioso atuou isoladamente na trajetória de cinco vereadoras, que contaram apenas com o apoio de suas denominações religiosas e não exploraram outros capitais. Contudo, a maioria das vereadoras evangélicas somou outros capitais ao religioso, auxiliando na construção de suas trajetórias e campanhas eleitorais. Foram 17 vereadoras evangélicas que também contaram com o capital político obtido no exercício de mandatos eletivos anteriores, ou através da coordenação da setorial partidária no PRB – Mulher. Tal partido também foi o responsável por eleger mais mulheres da amostra analisada e praticamente todas elas pertencentes à mesma igreja (IURD), o que confirma a relação próxima entre ambos.

Em relação ao pertencimento ideológico das eleitas, os dados apontaram que majoritariamente as vereadoras pertencem a partidos políticos do eixo ideológico de direita e centro. Essa ocorrência é fruto da visão ideológica conservadora e tradicional encontrada tanto nas legendas de direita como na grande maioria dos segmentos (neo)pentecostais. Outro ponto que merece destaque é a presença de 13 familiares detentores de cargos eletivos que transferiram seu capital político para as vereadoras, prática recorrente entre mulheres eleitas por partidos de direita.

Outras 10 vereadoras evangélicas também possuem capital midiático. Esse capital apareceu de duas formas distintas: (a) em um primeiro grupo formado por seis mulheres, essas conquistaram a visibilidade midiática devido à inserção religiosa, principalmente na atuação midiática televangélica e (b) em um segundo grupo formado por quatro mulheres, essas construíram o capital midiático a partir da atuação em meios de comunicação tradicionais, por exemplo, apresentando programas de notícias na TV aberta. É importante destacar que as últimas não receberam apoio aberto dos segmentos evangélicos e lançaram-se à sua disputa devido à trajetória profissional.

Em relação ao desempenho eleitoral das vereadoras evangélicas observou-se que, na maioria dos casos, as candidatas oficiais das denominações AD ou IURD conquistaram expressiva votação. Em alguns casos, suas votações foram superiores às vereadoras que disputavam a reeleição e possuíam capital político próprio. Merece ser aprofundada a relação entre o apoio dessas igrejas e o bom desempenho nas urnas.

Os 657 vídeos analisados apontaram para o uso extensivo da *política moral* nas propostas eleitorais das vereadoras. Em linhas gerais, ele pode ser dividido em duas principais categorias: (1) linguagem da ética e da transparência, em que as vereadoras apresentavam-se como íntegras e não corruptíveis devido à ética diferenciada compartilhada no *ethos* das igrejas evangélicas; (2) linguagem dos valores morais, enfatizando a defesa da família tradicional heteronormativa e dos valores cristãos.

O conjunto de dados apontou que a maioria vereadoras pertencentes às denominações Assembleia de Deus, Igrejas Batistas e Igreja Internacional da Graça de Deus defenderam o modelo de família tradicional heteronormativo em suas falas; juntas elas somaram mais de 3/5 da amostra. Elas defenderam a família devido à importância que atribuem à família para que a sociedade prospere. Para elas, os vícios da modernidade estão deteriorando esta instituição e conduzindo ao caos no país. Dessa forma, elas apresentaram como propostas eleitorais o combate à "ideologia de gênero", o "marxismo cultural" e o direito ao aborto legal - apontados como ideologias perversas que estão atingindo as crianças e jovens. A visão compartilhada por essas vereadoras demonstra empiricamente os paradoxos da política da presença, pois mesmo que elas sejam mulheres, não significa que vão legislar indiscriminadamente para todas as mulheres.

Os discursos ligados aos temas de cuidado e da maternidade foram destaque na maioria das campanhas eleitorais das vereadoras analisadas. A maternidade foi um dos atributos ressaltados para justificar a entrada dessas mulheres na política, estando ele associado a estereótipos de feminilidade. Os discursos também reforçaram a *ética* e *competência* diferenciada das mulheres para justificar e legitimar a entrada (ou permanência) dessas vereadoras evangélicas na política, afirmando que elas eram competentes por serem mulheres guerreiras, cuidadosas, sensíveis entre outros atributos semelhantes. É interessante mencionar que esses estereótipos de gênero permearam todas as campanhas eleitorais. Além disso, os papéis ocupados por essas mulheres na esfera familiar também foram apresentados como positivos para o exercício de um mandato eletivo, por exemplo, ser boa mãe, esposa, irmã, filha, avó, entre outros.

O sujeito mulher foi construído a partir de uma série de atributos que todas as mulheres "naturalmente" possuem: a sensibilidade, o cuidado, o amor maternal. O conjunto das falas indicou uma conexão dos discursos de campanha com o pensamento maternal ou a política do desvelo, pois as vereadoras afirmavam que devido a suas características femininas, elas trariam melhorias para o campo da política representativa. É possível afirmar que as referidas análises também confirmam a hipótese de que o "sujeito mulher" foi construído a partir de uma perspectiva tradicional de gênero, evocando discursos maternais para justificar a entrada dessas mulheres no campo da representação política.

Ao analisar o apoio de figuras presentes nas campanhas, percebe-se que a maioria das vereadoras não foi protagonista do material veiculado em suas propagandas eleitorais, sendo *mediadas* por atores religiosos e/ou familiares. Em muitos casos ambos somaram-se e conferiram duplo capital às mulheres, justificando a entrada na política a partir desse vínculo. Apesar disso, chama atenção que as mulheres que já exerceram um mandato eletivo construíram suas campanhas eleitorais a partir desse capital e contaram com menor apoio das denominações religiosas e de seus familiares; em alguns casos nenhum dos dois apareceu no material analisado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo. **Guerra de Possessões**. In: ORO, Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean – Pierre (orgs.). Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. Campinas: **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017.

ALVES, Daniel; ORO, Ari Pedro. **O Pentecostalismo Globalizado das Pequenas e Médias Igrejas**: contribuição ao estudo de redes religiosas transnacionais. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos. Alberto; RICKLI, João. (orgs.). Transnacionalização religiosa: fluxos e redes. São Paulo: Terceiro Nome, p, 15 – 36, 2012.

AMADEO, Javier. Identidade, reconhecimento e redistribuição: uma análise crítica do pensamento de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. In: **Política e Sociedade**. v. 16, n. 35, p. 242 – 270.

AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo; RESENDE, Edgar. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. In: **Revista Estudos de Sociologia**, v. 21, n. 40, p. 21 – 37, 2016

ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso de mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 567– 584, 2010.

_____. Feminismo e Poder Político: algumas reflexões sobre trajetórias, tensões e ambivalências. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 4, n. 2, p. 139 – 158, 2002.

BANDINI, Claudirene. Mulheres Evangélicas no Processo de Empoderamento. In: VILHENA, Valéria (org.). **Evangélicas por sua Voz e Participação** – Gênero em discussão. São Paulo: Fonte Editorial, p. 39 – 59, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARSTED, Leila Linhares. **O movimento de Mulheres e o Debate sobre o Aborto**. In: Seminário Estudos sobre a Questão do aborto. Campinas: Unicamp, 2007.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2005.

BENHABIB, Seyla. **The Claims of Culture**: equality and diversity in the global era. Princeton: Princeton University Press, 2002.

_____. El Feminismo y la Cuestión del Posmodernismo. In: **El ser y el Otro en la Ética Contemporánea: feminismo, comunitarismo y posmodernismo**. Barcelona: Gedisa, p. 231 – 270, 2006.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos nos discursos jornalísticos. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política (online)**. n. 6, p. 71 – 98, 2011.

_____. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. Campinas: **Opinião Pública**, n. 2, v. 10, p. 288 – 338, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertand, 1989.

BRACKE, Sarah; PATERNOTTE, David. Unpacking the Sin of Gender. Utrecht: **Religion and Gender**. v. 6, n. 2, 143 – 154, 2016.

BRAGA, Sérgio. Podemos ter um(a) nov@ Obama? Perspectivas do uso da Web no próximo pleito eleitoral brasileiro. Florianópolis: **Em Debate**, v. 2, p. 10 – 18, 2010.

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do pósmoderno. Campinas: **Cadernos Pagu**, n. 11, p.11 – 42, 1998.

_____. Corpos que Pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 151 – 172, 1999.

_____. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 15 – 60, 2003.

_____. Le genre Comme Performance. In: **Humain, inhumain: le travail critique des normes. (Entretiens)**. Paris: Éditions Amsterdam, p.13 – 42, 2005.

_____. O não Pensamento em Nome do não Normativo. In: **Quadros de guerra quando a vida é passível de luto**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 223 – 259, 2015.

_____. Política de Género y el Derecho a Aparecer. In: **Cuerpos Aliados y Lucha Política: hacia una teoría performativa de la asamblea**. Barcelona: Paidós, p. 31 – 70, 2017.

BURITY, Joanildo. Religião, Voto e Instituições Políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002, In: BURITY, Joanildo, MACHADO, Maria das Dores (orgs.). **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Massangana, p. 173 – 180, 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>. Acessado em 03.março.2017.

CAMPOS, Leonildo Silveira. De políticos de Cristo: uma análise do comportamento político dos protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, Joanildo, MACHADO, Maria das Dores (orgs.). **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Editora Massangana, p. 29-81, 2005.

_____. A Identidade Protestante e a Hegemonia Pentecostal no Cenário Religioso Brasileiro. Rio de Janeiro: **Tempo e Presença digital**, n. 6, p. 1 – 6, 2007.

_____. Os mapas, atores e números da diversidade religiosa cristã brasileira: católicos e evangélicos entre 1940 e 2007. São Paulo: **Revista de Estudos da Religião**, v. 4, p. 9 – 47, dez. 2008.

_____. Protestantismo brasileiro e mudança social. In: SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro Sá (Org.). **Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2004. p. 106–136.

CARRARA, Sergio. Moralidades, Racionalidades e Políticas Sexuais no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: **Mana**, v. 21, p. 323 – 345, 2015.

_____. A Antropologia e o Processo de Cidadanização da Homossexualidade no Brasil. Campinas: **Cadernos Pagu**, n. 47, p. 445 – 482, 2016.

CARRANZA, Brenda. Modus Operandi Político de Evangélicos e Católicos: consolidações e inflexões. Porto Alegre: **Revista Debates do NER**, v. 2, n. 32, p. 87 – 116, 2017.

CARVALHO, Erico Tavares; ORO, Ari Pedro. Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras. Porto Alegre: **Revista Debates do NER**, v. 2, n. 32, p. 15 – 68, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. São Paulo: **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49. p. 117 – 132, 2003.

CHODOROW, Nancy. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (orgs.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 65 – 94, 1979.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Women and war**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

FACCHINI, Regina; SÍVORI, Horácio. Conservadorismo, Direitos, Moralidades e Violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. Campinas: **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017.

FALUDI, Susan **Backlash The Underclared War Against American Women**. New York: New York Three Rivers Press, 1991.

FERNANDES, Rubem César. **Novo Nascimento**: os evangélicos em casa, na igreja e na política. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FONSECA, Alexandre. **Evangélicos e Mídia no Brasil**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 2010

FRASER, Nancy. La Política Feminista en la era del reconocimiento: un enfoque bidimensional de la justicia de género. Granada: **Arenal – Revista de Historia de las Mujeres**, v. 19, n. 2, p. 267–286, 2012.

_____. Mapeando a Imaginação Feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 291–308, 2007.

_____. False Antitheses: a response to Seyla Benhabib and Judith Butler. In: BENHABIB, Seyla Benhabib (org.). **Feminist Contentions**: A Philosophical Exchange. London: Routledge. p. 71– 26, 1995.

FRESTON, Paul. Breve História do Pentecostalismo Brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto (org.). **Nem Anjos nem Demônios**: Interpretações sociológicas do Pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. A Religião e as Eleições Municipais Brasileiras de 2016: a verdadeira novidade. Porto Alegre: **Debates do NER** v. 2, n. 32, p. 81 – 86, 2017.

GILLIGAN, Carol. In **a Different Voice**: Women's conceptions of self and of morality. Cambridge: Harvard Educational Review, v. 47, n. 4, p. 481 – 517, 1977.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: Movimentos Sociais Urbanos, Minorias e Outros Estudos. Brasília: **Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS n. 2, p. 223 – 244, 1983.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia. Transformando a Diferença: as mulheres na política. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 167 – 206, 2001.

IVES, Diogo. A gênese e a institucionalização do Partido Republicano Brasileiro (PRB). São Borja: **Missões - Revista de Ciências Humanas e Sociais**. v. 2, n. 1, p. 55-69, 2016.

KRITSCH, Raquel. O gênero do Público. In: BIROLI, Flávia, MIGUEL, Luis F. (orgs.). **Teoria Política e Feminismo**: abordagens brasileiras. Vinhedo: Ed. Horizonte, p. 17– 45, 2012.

KUHAR, Roman; ZOBEC, Aleš. The anti–gender movement in Europe and the educational process in public schools Ljubljana: **CEPS Journal**, v. 7, n. 2, p. 29 – 46, 2017.

KYMLICKA, Will. **Multicultural Citizenship**: a liberal theory of minority rights. Oxford: Clarendon Press, 1995.

LEMOS, Carolina Teles; SOUZA, Sandra Duarte de. **A Casa, as Mulheres e a Igreja**: Gênero e Religião no contexto familiar. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Carismáticos e Pentecostais**: adesão religiosa na esfera familiar. Campinas: ANPOCS, 1996.

_____. Representações e Relações de Gênero nos Grupos Pentecostais. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v.13, n.2, p.387– 396, 2005.

_____. **Política e Religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

_____. Aborto e Ativismo Religioso nas Eleições de 2010. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 25 – 54, 2012.

_____. O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2. p. 01 – 18, 2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos; FIGUEIREDO, Fabiana Melo. Gênero, Religião e Política: as evangélicas nas disputas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro. Porto Alegre: **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, v. 4, n. 4, p. 125 – 148, 2002.

MACHADO, Maria das Dores Campos; PICCOLO, Fernanda Delvalhas. **Religiões e Homossexualidades**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

MADEIRA, Rafael; TAROUCO, Gabriela. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. Porto Alegre: Civitas - Revista de Ciências Sociais. v. 15, n. 1, p 24 - 39, 2015.

MARIA, Lúcia Moritz. **Familismo e Gênero no Congresso Brasileiro (2006 - 2014)**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), p. 1 – 13, 2017.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2014.

MARIANO, Silvana. O sujeito do Feminismo e o Pós–estruturalismo. In: MIGUEL, Luís Felipe, BIROLI, Flavia,. (orgs.). **Teoria Política e Feminismo**: abordagens brasileiras. Vinhedo: Ed. Horizonte, p. 127– 156, 2012.

MARIZ, Cecília. Algumas questões inspiradas pelas eleições municipais de 2016: comentando o artigo de Erico Tavares de Carvalho Junior e Ari Pedro Oro. Porto Alegre: **Revista Debates do NER**. v. 2, n. 32, p. 71 - 80, 2017.

MARIZ, Cecília; GRACINO JUNIOR, Paulo. Os pentecostais no censo de 2010. In: Renata Menezes; Faustino Teixeira (orgs.). **Religiões em Movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, p. 11–21, 2013.

MATOS, Marlise. Teorias de Gênero ou Teorias e Gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 333 – 357, 2008.

MATOS, Marlise.; PINHEIRO, Marina Brito. Dilemas do Conservadorismo Político e do Tradicionalismo de Gênero no Processo Eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas percepções. In: ALVES, José Eustácio; PINTO, Celi Jardim; JORDÃO, Fátima. (orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, p. 15 – 20, 2012.

MAYER, Stefanie; SAUER, Birgit. "Gender ideology" in Austria: Coalitions around an empty signifier. In: KUCHAR; Roman; PATERNOTTE, David. **Anti-Gender Campaigns in Europe**. Mobilizing against Equality. Maryland: Rowman & Littlefield, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de Comunicação e a Prática Política. São Paulo: **Lua Nova**, n. 55–56, p. 155–184, 2002.

_____. Capital político e Carreira Eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro, Curitiba: **Revista Sociologia e Política**, n. 20, p. 115 –134, 2003.

_____. Política de Interesses, Política do Desvelo: representação e "singularidade feminina". Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 267–253, 2001.

_____. Da "Doutrinação Marxista" à "Ideologia de Gênero" – Escola Sem Partido e as leis da mordaga no parlamento brasileiro. Rio de Janeiro: **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 590 – 621, 2016.

_____. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Teoria Política Feminista, hoje? In: MIGUEL, Luís F.; BIROLI, Flavia, (orgs.). **Teoria Política Feminista: textos centrais**. Vinhedo: Horizonte, p. 07 – 55, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e Carreira Política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 3, p. 721 – 747, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani. **O Debate sobre Aborto no Brasil: posições e argumentos na Câmara dos Deputados**. Aborto e democracia. São Paulo: Alameda, p. 127 – 154, 2016

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna na câmara dos deputados. Rio de Janeiro: **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 52, n. 1, p. 201– 221, 2009.

NATIVIDADE, M. T. **Deus me Aceita como Eu Sou?** A disputa sobre o significado da homossexualidade entre evangélicos do Brasil. 2008. 342 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NASCIMENTO, Beatriz; MENDES, Diane. **Reféns da Fé: Mulheres Evangélicas sofrem mais violência.** São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2017.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 09 – 41, 2000.

NOVAES, Regina Reyes. Crenças Religiosas e Convicções Políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, Luis Carlos (orgs.). **Política e cultura no século XXI.** Rio de Janeiro: Relume/Dumará, p. 63 – 98, 2002.

ORO, Ari Pedro. Religião e Política nas Eleições de 2000 em Porto Alegre. Porto Alegre: **Debates do NER**, v. 2, n. 3, p. 87 – 97, 2001.

_____. Religiões e Eleições em Porto Alegre: um comparativo entre 2000 e 2004. Porto Alegre: **Debates do NER**. v. 5, n. 6, p. 9 – 34, 2004

_____. A Igreja Universal e a Política. In: BURITY, Joanildo, MACHADO, Maria das Dores. **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil.** Recife: Massangana, p. 119 – 148, 2005.

_____. Religião e política no Brasil. In: ORO, Ari Pedro. **Religião e política no Cone-Sul: Argentina, Brasil e Uruguai.** São Paulo: Attar: CNPq/ Pronex, p. 75–156, 2006.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o Público e o Privado. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v.16, n 2, p.305 – 332, 2008.

_____. O multiculturalismo é Ruim para as Mulheres? In: MIGUEL, Luís F.; BIROLI, Flavia, (orgs.). **Teoria Política Feminista: textos centrais.** Vinhedo: Horizonte, p. 359 – 376, 2013.

PATEMAN, Carol. Críticas Feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luís F.;BIROLI, Flavia, (orgs.). **Teoria Política Feminista: textos centrais.** Vinhedo: Horizonte, p. 55 – 79, 2013.

PEDRO, Joana. Gênero e Feminismo. In: ROSADO–NUNES, Maria José (org.). **Gênero, Feminismo e Religião sobre um campo em constituição.** Rio de Janeiro: Garamond, p. 39 – 59, 2015.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença?. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 268 – 288, 2001.

_____. Da desigualdade à diferença: um caso grave de deslocamento? In: Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.2 –Brasília, jul./dez, p. 223 – 240, 2009.

_____. O que há de errado com a democracia liberal? In: MIGUEL, Luís F.; BIROLI, Flavia, (orgs.). **Teoria Política Feminista: textos centrais**. Vinhedo: Horizonte, pp. 251 – 263, 2013.

PIERUCCI, Antônio Flávio, **Bye Bye ,Brasil – o declínio das religiões tradicionais no Censo de 2000**. São Paulo: Estudos Avançados, n 52, p. 17 – 28, 2004.

_____. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. São Paulo: **Ciências sociais Hoje**, v. 11, p. 104 – 132, 1989.

_____. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. São Paulo: **Novos Estudos CEBRAP**. s/v, n. 89, p. 5 – 16, 2011.

PINTO, Céli; MORITZ, Maria Lúcia. A Tímida Presença da Mulher na Política Brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008). Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, p. 61 – 87, 2009.

PINTO, Céli Regina. MORITZ, Maria Lúcia, SCHULTZ, Rosangela. **Perfis, trajetórias, desempenhos: uma pesquisa com as vereadoras gaúchas**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

PINTO, Céli Regina. Feminism, History and Power. Curitiba: **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15 – 23, 2010.

_____. Espaços deliberativos e a questão da Representação. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 19, n. 54, p. 97 –113, 2004.

_____. O que as Teorias do Reconhecimento têm a Dizer sobre as Manifestações de Rua em 2013 no Brasil. Brasília: **Sociedade e Estado**, v. 31, n. SPE, p. 1071 – 1092, 2016.

_____. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. São Palulo: **Revista USP**, n. 49, p. 98 – 112, 2001.

RAMOS, Daniela Peixoto. A família e a Maternidade como Referências para Pensar a Política. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**. n. 16, p. 87 – 120, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de Fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Lidice Meyer; CUNHA, Danilo. "Bola de Neve": Um fenômeno pentecostal contemporâneo. Belo Horizonte: **Horizonte**, v. 10, n. 26, p. 500-521, 2012.

RONDÓN, Manuel Alejandro Rodríguez. La ideología de género como exceso Pánico moral y decisión ética en la política colombiana. Rio de Janeiro: **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latino-Americana**, n. 27, p. 128 – 148, 2017.

ROSADO–NUNES, Maria José. O aborto sob o Olhar da Religião: um objeto à procura de autor@s. São Paulo: **Estudos de Sociologia**, v. 17, n. 32, 2012.

_____. As complexas Relações entre Religião e Gênero In: ROSADO–NUNES, Maria José (org.) *Gênero, Feminismo e Religião: sobre um campo em construção*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 07–18, 2015.

SANTOS, Edmilson Santos; MANDARINO, Cláudio Marques. Juventude e Religião: cenários no âmbito do lazer. São Paulo: **Revista de Estudos da Religião**, v. 3, p. 161–177, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. TRADUÇÃO: Christine Rufino Dabat. Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott–Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. 1989.

_____. O enigma da igualdade. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v.13 n. 1, p. 11 – 30, 2005.

_____. Os usos e abusos do gênero. Projeto História. São Paulo: **Revista do Programa de Estudos Pós–Graduados de História**. v. 45, p. 327 – 351, 2012.

SCOTT, Russel; CANTARELLI, Jonhny. Jovens, Religiosidade e Aquisição de Conhecimentos e Habilidades entre Camadas Populares. Salvador: **Caderno CRH**, v.17, n.42, p.375 – 388, 2004.

SEFFNER, Fernando, PICCHETTI, Yara de Paula. A quem tudo quer Saber nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável?. Santa Cruz: **Revista Reflexão e Ação**. v. 24, n.1, 2016.

SORJ, Bila. O Feminino como Metáfora da Natureza. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**. V.0, n.0, p. 143 – 150, 1992.

SOUZA, Mércia Cardoso de; FARIAS, Déborah Barros Leal. Os direitos humanos das mulheres sob o olhar das Nações Unidas e o Estado Brasileiro. In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; LEAL, César Oliveira de Barros (orgs) Fortaleza: **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**. V. 9, N. 9, 2009.

SOUZA, José Carlos, As marcas metodistas hoje. REILY, Duncan; SOUZA, José Carlos; JOSGRILBERG, Rui. In: **Teologia em perspectiva wesleyana**. São Bernardo do Campo: Editeo, p. 72, 2005.

SOUZA, Sandra Duarte. Política Religiosa e Religião Política: os evangélicos e o uso político do sexo. São Paulo: **Estudos de Religião**, v. 27, n. 1, p. 177 – 201, 2013.

_____. 'Não à Ideologia de Gênero!' A produção Religiosa da Violência de Gênero na Política Brasileira. São Paulo: **Revista Estudos da Religião**, V. 28, p. 188 – 204, 2014.

_____. Mulheres Evangélicas na Política: tensionamentos entre o público. Belo Horizonte: **Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 13, n. 39, p. 1261 – 1295, 2015.

TADVALD, Marcelo. A reinvenção do Conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. Porto Alegre: **Debates do NER**, v. 1, n. 27, p. 259 – 288, 2015.

_____. Religião e política no Brasil e as eleições de 2016: algumas tendências. **Revista Debates do NER**. v. 2, n. 32, p. 117 – 133, 2017.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalism**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

VAGGIONE, Juan Marco. A religião e a Política no Tempo dos Discursos Sexuais e Reprodutivos. In: ROSADO–NUNES, Maria José (org.). **Gênero, Feminismo e Religião sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 60 – 71.

_____. The Catholic Church Faces Sexual Politics The Configuration of a Religious Citizenship. Campinas: **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017.

VIEGAS, José Manuel Leite; FARIAS. Participação Política Feminina. Percursos, constrangimentos e incentivos . In: **Sociologia - Problemas e Práticas**, n 30, p. 55-87, 1999.

VILHENA, Valéria Cristina. **Pela voz das Mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e convivência da mulher – Casa Sofia**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Metodistas, São Paulo, 2009.

_____. **Evangélicas por sua Voz e Participação** – Gênero em discussão. São Paulo: Fonte Editorial, p. 39 – 59, 2015.

VIGOYA, Mara Viveros. Intersecciones, periferias y heterotopías en las cartografías de la sexualidad. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latino-Americana**. n, 27, p. 220–241, 2017.

VUOLA, Elina. Questões teóricas e metodológicas sobre gênero, feminismo e religião, In: ROSADO–NUNES, Maria José (org.). **Gênero, Feminismo e Religião sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 39 – 59, 2015.

YOUNG, Iris. O ideal da Imparcialidade e o Público Cívico. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flavia, (orgs.). **Teoria Política Feminista: textos centrais**. Vinhedo: Horizonte, p. 305 – 336, 2013.

APÊNDICE A - PROMESSAS ELEITORAIS DAS VEREADORAS EVANGÉLICAS (2016)

Vereadora	Principais Promessas	Slogan	Vídeos Analisados
Vereadora 1 (PSDB)	Defesa do Trabalhador da Construção Civil; Defesa das Mulheres (saúde e violência); Regularização Fundiária; Programas de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho;	#Lado a Lado com Você; #Tamo junto	50
Vereadora 2 (PROS)	Projeto Dose Certa – Medicação gratuita a base de vitaminas para a prevenção de doenças degenerativas; Ampliar e continuar o trabalho do seu marido, esse é o nosso compromisso.	Compromisso.	8
Vereadora 3 (PHS)	Defesa da Família e dos Valores Cristãos; Contra o aborto; Defesa dos Segmentos Evangélicos.	Em defesa da Vida!	8
Vereadora 4 (PP)	Cuidado emocional e espiritual na Família p/ combater o crime (usar depoimentos). Participação feminina na Política; Feminicídio;	#Mudança Urgente; Firmes, vamos juntos, Deus na Frente!	11
Vereadora 5 (PSD)	Continuidade do Mandato Eleitoral; Defesa dos animais; Fazer uma faxina; Policial feminina; Revitalização de Praças; Construção de Postos; Fiscalização do Governo; Defesa do Esporte, Dança e Arte; Transporte Público; Defesa da Educação;	Somos Todos Vereadora 5 outra vez; A vereadora da nossa região.	49
Vereadora 6 (PSDB)	Defesa da Comunidade Surda e com Deficiência; Continuidade do Mandato Eleitoral; Defesa dos valores da Família Tradicional, Defesa da Vida e contra o aborto, Contra a Ideologia de Gênero, Defesa de Valores Cristãos, Defesa das Crianças e Adolescentes; Defesa do Projeto Escola Sem Partido.	#Unidos pela Família; Vote Certo, Vote Eliza!	35
Vereadora 7 (PDT)	Gratuidade do Transporte Coletivo; Políticas Públicas para as Mulheres;	Juntos Fazemos Mais.	4
Vereadora 8 (PATRI)	Defesa da população em vulnerabilidade social; Projeto de Lei da Escritura Pública; Lei que defende os idosos; Defesa do Projeto Escola sem Partido.	Uma voz em sua defesa	67
Vereadora 9 (PSB)	Contra a Ideologia de Gênero; Defesa da Família Tradicional brasileira; Contra a Ditadura das Minorias; Defesa das Crianças; Defesa dos Princípios Morais,	Por Recife, Cidadania, Ação; A paz do	23

	Éticos e Cristãos;	senhor, meus irmãos.	
Vereadora 10 (PRB)	Resgate da Memória das Mulheres Negras; Representar Deus; Igualdade de Gênero; Combate a Violência Doméstica; Empoderamento da Mulher.	Ninguém Manda nessa Preta; Sim, Nós Podemos Mudar!	30
Vereadora 11 (MDB)	Defesa das Mulheres e da Juventude; Representante Oficial da AD na Câmara Municipal.	#Eu voto #Eu acredito Mulher de Fé, Coragem e Compromisso	27
Vereadora 12 (PSC)	Defesa da Família e dos Valores Cristãos; Mais mulheres na Política; Representante oficial da Igreja AD; Em defesa da Vida.	#Eu Acredito Esperança que floresce	21
Vereadora 13 (PSC)	Defesa da Educação e da Justiça; Fiscalizar a atuação do Prefeito; Atender as Comunidades;	#Mais Salvador	42
Vereadora 14 (PRB)	Juventude; Patriotismo; Solidariedade; Em defesa da família e da vida.	Juntos por BH; Somos todos 10.000.	12
Vereadora 15 (PP)	Continuidade do Mandato Eleitoral; Defesa dos Valores Cristãos; Defesa da Família Tradicional brasileira; Defesa dos Jovens e combate às drogas; Combate a Alienação Parental;	Recife Vota Assim.	17
Vereadora 16 (PHS)	Continuidade do Mandato Eleitoral; Representante da Igreja na Câmara Municipal de Boa Vista; Fiscalizar a prefeitura; Ampliar a sinalização; Melhorar a Estrutura de Escolas e os incentivos à Educação.	#Juntos Nós podemos Acredite, a história continua. Família em primeiro lugar.	5
Vereadora 17 (PSB)	Continuidade do Mandato Eleitoral do Pai; Lutar pelos menos favorecidos; Ampliação da Representação Feminina na Política.	Pai a Filha Unidos por Recife	20
Vereadora 18 (PR)	Em defesa dos menos favorecidos; Saúde da Mulher	A vitória é do povo de Deus.	6
Vereadora 19 (MDB)	Trabalho Focado nas Instituições Religiosas, Comunidades Terapêuticas, Instituições Filantrópicas; Combate às Drogas; Combate à Violência contra as Mulheres; Defesa do Meio Ambiente, Saúde e Educação; Valorização da Família.	Firme na Rocha	12
Vereadora 20 (PSDB)	Continuidade do Mandato Eleitoral; Defesa da Mãe e da Criança; Aleitamento Materno; Parto Humanizado; Combate à Violência e Exploração Infantil; Defesa dos Direitos das Mulheres e Contra a Violência Doméstica; Contra a objetificação feminina	#Quem Conhece Confirma; Fé e Fibra.	47
Vereadora 21 (PRB)	Defesa das causas sociais; Combate à corrupção; Investir na Cultura; Representante da IURD e de Deus.	Não Basta falar é preciso trabalhar	22

Vereadora 22 (PRB)	Lutar por Melhores Condições de Trabalho para todos os Trabalhadores da Educação; Requalificação permanente do parque escolar; Formação continuada de qualidade para os educadores; Garantir à todas e todos os estudantes de Rede Pública Municipal, material didático; Continuação do Mandato Eleitoral	#Estou Com Ela E Não Abro Mão	26
Vereadora 23(PSD)	Ampliar a Representação feminina na Política; Saúde e melhorias na Infraestrutura; Projeto de Creches Noturnas; Combate à violência contra a Mulher.	A força da Mulher na Renovação	12
Vereadora 24 (PRB)	Mudança e Transformação de Salvador; Levar o Evangelho à população; Empoderamento da Mulher Negra.	Tô com Vereadora 24; #Minha Amiga em Ação	31
Vereadora 25 (PSD)	Defesa da Criança e do Adolescente; Ampliação de vagas em Creches e Escolas; Defesa dos Valores Cristãos; Defesa da Família Tradicional; Representante oficial do Ministério AD;	Em Deus acreditamos e prosperamos; Estamos fazendo uma grande obra não podemos parar. (06 63)	21
Vereadora 26 (DEM)	Continuação do Mandato Eleitoral; Defesa da Família Tradicional brasileira e da Vida; Ampliação da Representação Feminina; Defesa da Saúde e Lazer;	A Vereadora da Família; Trabalhando por São Paulo.	11
Vereadora 27 (PRB)	Cuidar da Mulher e da Juventude; Combate a violência contra a mulher; Defesa da Saúde, Esporte e Lazer; Ampliação da Representatividade Feminina; Criar a Procuradoria Especial da Mulher; Capacitação para o primeiro emprego; Políticas Públicas para idosos e pessoas com deficiência;	Vote Certo, Vote na Mulher, Simone; Eu voto em quem me representa	9
Vereadora 28 (PRB)	Defesa da Saúde; Defesa da população com Autismo; Combate à violência contra a Mulher;	Sou Vereadora 28	15
Vereadora 29 (MDB)	Defesa da Cultura Funk, dos grupos marginalizados e da Favela; Defesa da Comunidade LGBT e dos preconceitos; Defesa dos Jovens.	#Somos Todos Mãe Loira	16

APÊNDICE B - PERFIL DAS VEREADORAS EVANGÉLICAS (2016)

Vereadora	Denominação	Título	Posição	Situação	Capital
REGIÃO NORDESTE					
Vereadora 10 (PRB)	IURD	Obreira	13°	Novata	Religioso, Político e Midiático
Vereadora 24 (PRB)	IURD	Obreira	11°	Novata	Religioso, Político e Midiático
Vereadora 3 (PHS)	IIGD	Obreira	19°	Reeleita	Religioso, Político e Familiar
Vereadora 13 (PSC)	IB	Pastora	35°	Novata	Religioso
Vereadora 17 (PSB)	IB	Obreira	8°	Novata	Religioso e Familiar
Vereadora 22 (PRB)	IURD	Obreira	12°	Novata	Religioso
Vereadora 9 (PSB)	AD	Obreira	2°	Reeleita	Religioso e Político
Missionária Vereadora 15 (PP)	AD	Obreira	1°	Reeleita	Religioso, Político, Midiático e Familiar
Vereadora 8 (PATRI)	AD	Membro	14°	Reeleita	Religioso, Político, Midiático e Familiar
Vereadora 6 (PSDB)	AD	Obreira	4°	Reeleita	Religioso, Político, Midiático e Familiar
Vereadora 2 (PROS)	AD	Obreira	2°	Novata	Religioso e Familiar
REGIÃO SUDESTE					
Vereadora 14 (PRB)	IB	Pastora	11°	Novata	Religioso e Familiar
Vereadora 20 (PSDB)	Comunidade da Graça	Pastora	17°	Reeleita	Religioso, Político e Familiar
Vereadora 5 (PSD)	Evangélica	Obreira	21°	Reeleita	Religioso, Político, Midiático e Familiar
Vereadora 26 (DEM)	IIGD	Obreira	28°	Reeleita	Religioso, Político e Familiar
Vereadora 25 (PSD)	AD	Obreira	29°	Novata	Religioso e Familiar
Vereadora 18 (PR)	AD	Obreira	32°	Reeleita	Religioso, Político e Midiático
Vereadora 1 (PSDB)	Evangélica	Membro	35°	Reeleita	Religioso e Familiar
Vereadora 28 (PRB)	IURD	Obreira	18°	Reeleita	Religioso e Político
Vereadora	Evangélica	Membro	23°	Reeleita	Religioso, Político

29 (MDB)					e Midiático
REGIÃO NORTE					
Vereadora 7 (PDT)	IB	Membro	2°	Novata	Religioso
Vereadora 11 (MDB)	AD	Obreira	4°	Novata	Religioso
Vereadora 4 (PP)	MIR	Obreira	10°	Novata	Religioso e Midiático
Vereadora 27 (PRB)	IURD	Obreira	5°	Novata	Religioso e Político
Vereadora 21 (PRB)	IURD	Obreira	9°	Novata	Religioso e Político
Vereadora 16 (PHS)	AD	Obreira	13°	Reeleita	Religioso e Político
REGIÃO CENTRO-OESTE					
Vereadora 23(PSD)	Manancial da Vida	Obreira	18°	Novata	Religioso e Familiar
Vereadora 12 (PSC)	AD	Pastora	29°	Novata	Religioso
REGIÃO SUL					
Vereadora 19 (MDB)	AD	Obreira	29°	Reeleita	Religioso, Político e Midiático